

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE PROSGRAP – PRÓ-REITORIA DE
PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA PROGRAMA DE PÓS-
GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA-PPGA**

MARIALÚCIA PEREIRA SILVA LIMA

**COMUNIDADE REMANESCENTE QUILOMBOLA DO OITEIRO EM
PENEDO/ALAGOAS: DINÂMICAS E MEMÓRIAS NESSE TERRITÓRIO
TRADICIONAL**

São Cristóvão
2024

MARIALÚCIA PEREIRA SILVA LIMA

**COMUNIDADE REMANESCENTE QUILOMBOLA DO OITEIRO EM
PENEDO/ALAGOAS: DINÂMICAS E MEMÓRIAS NESSE TERRITÓRIO
TRADICIONAL**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal de Sergipe para obtenção do título de Mestre em Antropologia.

Orientador: Prof. Dr. Ulisses Neves Rafael

São Cristóvão
2024

MARIALÚCIA PEREIRA SILVA LIMA

**COMUNIDADE REMANESCENTE QUILOMBOLA DO OITEIRO EM
PENEDO/ALAGOAS: DINÂMICAS E MEMÓRIAS NESSE TERRITÓRIO
TRADICIONAL**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal de Sergipe, como parte dos requisitos para a obtenção do Título de Mestre em Antropologia. Esta dissertação foi julgada e aprovada pela comissão abaixo assinada em 15 de agosto de 2024.

São Cristóvão, Sergipe, Brasil

Prof. Dr. Ulisses Neves Rafael – Orientador
Universidade Federal de Sergipe

Prof. Dr. Roberto Cunha Alves de Lima – Membro Interno
Universidade Federal de Sergipe – UFS

Prof.^a. Dr.^a. Auceia Matos Dourado – Membro Externo
Universidade Federal de Alagoas - UFAL

São Cristóvão
2024

**FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE**

Lima, Maria LúciaPereira Silva.

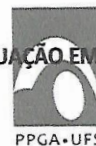
Comunidade remanescente quilombola do Oiteiro em Penedo/Alagoas: dinâmicas e memórias nesse território tradicional/Maria Lúcia Pereira Silva Lima; orientador Prof. Dr. Ulisses Neves Rafael. – São Cristóvão - SE, 2024.

136 p.: il.

Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Universidade Federal de Sergipe, 2024

1. Memórias. 2. Ancestralidade. 3.Comunidade tradicional. 4. Resistência. 5. Quilombos. I. Rafael, Ulisses Neves (orient.). II. Universidade Federal de Sergipe. III. Título.

SãoCristóvão
2024



ATA DE EXAME DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

Aos quinze dias do mês de agosto de 2024 (dois mil e vinte e quatro), às 15h:30, reuniram-se na sala 402 da didática VII, a comissão examinadora composta pelos professores/as doutores/as: **Ulisses Neves Rafael (Presidente/PPGA/UFS)**, **Auceia Matos Dourado (1º Examinador/a externo à Instituição/UFAL/Campos Arapiraca)**, **Roberto Cunha Alves Lima (2º Examinador Interno PPGA/UFS)**, **Luiz Gustavo Pereira de Souza Correia (Suplente/PPGA/UFS)**, para avaliar o trabalho intitulado: **“Comunidade Quilombola do Oiteiro em Penedo/Alagoas: Dinâmicas e Memórias nesse Território Tradicional”**. O orientador, na condição de presidente da comissão examinadora, passou a palavra à candidata **Maria Lúcia Pereira Silva Lima** para que ela expusesse os principais aspectos da pesquisa. Antes do início da apresentação, o presidente informou a candidata que ela teria 30 (trinta) minutos para a apresentação e que cada examinador/a iria dispor 20 de (vinte) minutos para a arguição, podendo a candidata dispor de igual tempo para as respostas. Terminada a exposição da mestranda, o presidente passou a palavra aos membros da comissão examinadora, que iniciaram a arguição na seguinte ordem: Primeiramente arguiu a candidata a professora Auceia Matos Dourado; em seguida, o professor Roberto Cunha Alves Lima e, por último, manifestou-se o professor Ulisses Neves Rafael. Finalizada a arguição e, uma vez garantida à candidata a oportunidade para a apresentação das respostas, os membros da comissão examinadora discutiram reservadamente, a fim de deliberar sobre a avaliação final. Logo em seguida, o presidente convocou a candidata, comunicando que ela foi considerada APROVADA sendo proferido-lhe o grau de **Mestre em Antropologia**. Após proclamado o resultado, que deverá ser homologado pela secretaria de Pós-Graduação em Antropologia, o presidente agradeceu aos participantes, encerrando em seguida a sessão. Nada mais havendo a tratar, foi lavrada a presente ata pelo secretário Berghson Serafim Costa do Sacramento. Cidade Universitária “Prof. José Aloísio de Campos” São Cristóvão, Sergipe/Brasil. PPGA/USF: 49.100-000 – Tel (79) 3194-6840, 15 de agosto de 2024.

Professor Dr. Ulisses Neves Rafael
Presidente/orientador/PPGA/UFS

Professor/a Dra. Auceia Matos Dourado
1º Examinador/a Externa à Instituição/UFAL/Campos Arapiraca

Professor Dr. Roberto Cunha Alves Lima
2º Examinador/ Interno/PPGA/UFS

Maria Lúcia Pereira Silva Lima
Discente

À minha heroína ativa, preta-Vó Anunciação (in memoriam), por ter me ensinado tanto! Mesmo de forma inconsciente conseguiu me fazer refletir sobre a beleza da africanidade e o sofrimento de ser negro nesse país “rico em cultura”. À minha mãe, Lourdes, mulher forte que mesmo carregando em seu ventre doze filhos e enfrentando os desafios da vida no campo, sempre se manteve firme e disposta a conduzir nossa família com a força do céu, a luz do sol, o clarão da lua, o esplendor do fogo, a velocidade do relâmpago, a presteza do vento, a profundidade dos mares, a firmeza da terra e a solidez das rochas. Ao meu pai, Luiz (in memoriam) -homem que amei incondicionalmente pela sua dedicação e pela sabedoria com a qual iniciou o nosso processo de educação, firmando-a em base rochosa.

AGRADECIMENTOS

Agradeço esplendidamente a Deus, ser magnífico, pois sem Ele nada poderei fazer. Essa conquista é obra de tuas mãos!

Aos meus avós paternos (in memoriam) – Pascoal, de origem portuguesa, e minha avó Anunciação, de origem africana, por tanto amor e ensinamentos, mas especificamente por ter me ensinado a desmistificar o preconceito racial através da perfeita união que viveram por longos anos até a morte. Aos meus avós maternos (in memoriam) – Jaconias e Madalena, pelo carinho, educação em valores éticos e morais e incentivo à educação escolar.

Agradecimento ímpar à minha filha Nataly - meu tesouro valioso. Gratidão por todo apoio, incentivo, paciência e compreensão em meus dias ausentes. Também por estar comigo em todos os momentos desafiadores desse curso de Mestrado. Amo sem medidas!!! Também ao meu esposo Leonardo pelo incentivo.

Profunda gratidão aos meus pais Maria de Lourdes Pereira Silva e Luiz Gonzaga da Silva que, mesmo diante de tantos desafios, trabalharam incansavelmente e conseguiram me educar em princípios e valores que me permitiram chegar onde estou.

Agradeço imensamente aos meus irmãos Lenilda, Manoel Leonardo, José Luiz, Antônio Lécio, Lindinalva e em especial a Marcos (in memoriam), estes sempre foram meus escudos protetores. Em nome de todos os meus treze sobrinhos, agradeço a Caroline que me acompanhou nas pesquisas mais difíceis realizadas nas casas de religião africana, Atanael e Daniel que sempre estiveram comigo me apoiando, ajudando a resolver meus problemas domésticos enquanto eu estava ausente. Todos me acompanharam quando estive a subir as escadas para descortinar esta montanha.

Agradecimento especial aos colegas do Mestrado pela ajuda mútua, pela partilha de experiências e fortalecimento diante dos desafios antropológicos.

Jamais poderia deixar de externar aqui a minha imensa gratidão ao Professor Dr. Ulisses Neves Rafael, por todos os ensinamentos conquistados durante o curso e em especial pela dedicação e paciência no processo de orientação desse estudo etnográfico. Desejo que o universo esteja sempre te emanando energias positivas!

Agradeço aos demais professores – Prof. Dr. Wilson Jose Ferreira de Oliveira, foi ele quem me mostrou o início do caminho da Antropologia. Através da disciplina Tópicos Especiais em Antropologia I fez-me entender a Antropologia Social Britânica na percepção de Radcliffe-Brown. Que desafio!!! Prof. Dr. Luiz Gustavo Pereira de Souza Correia (Prof. Guga), a ele agradeço todo o aprendizado, destacando a aqui o desafio de entender a solidão

como experiência emocional através da “Antropologia das emoções”. Gratidão ao Prof. Dr. Beto Viana, por ter desarrumado meu cérebro através da disciplina Linguística Antropológica - a Biologia do Conhecer de Humberto Maturana me fez compreender o que é o viver a partir de explicações da fenomenologia. Ao Prof. Dr. Roberto Cunha Alves de Lima, que me deixou um importante legado através da disciplina Seminário de Pesquisa. De forma mágica, ele conseguiu aumentar o meu QI para entender o Gênero da Dádiva de Marilyn Strathern, sobretudo, nos aspectos em que seus conceitos de indivíduo, sociedade e sua inter relação “perseguiram” as abordagens antropológicas sobre a Melanésia.

Minha gratidão a todos os interlocutores do campo de pesquisa – Comunidade Remanescente Quilombola do Oiteiro, pela acolhida durante todo o tempo em que estive buscando informações e vivenciando experiências, destaco aqui Josilene Xavier (integrante do grupo de organização da Lavagem do Bonfim), ao Wanderley (presidente da Associação Cultural), Senhor Raimundo do Leite (morador antigo que mais contribuiu), Dona Edimeia (moradora antiga e benzedeira), Dona Ester (dona de um Barracão de Umbanda e benzedeira), Dona Francisca (mestra do guerreiro Treme Terra do Oiteiro), Isaías (neto de escravo do quilombo do Oiteiro), Dona Marlene (moradora antiga e descendente de escravos), Jaquinho (Pai de Santo), Senhor Francisco (Pai de Santo), Lucimar (morador da Comunidade Quilombola integrante da Associação Cultural), Fábio Zacarias (Guia de turismo), Mestre Bentinho (Presidente do grupo de Capoeira Mandingueiros do Penedo).

Gratidão a Fundação Casa do Penedo na pessoa da Dinha pela disponibilidade de alguns arquivos para pesquisa.

Também a Cláudio Santos - presidente da Associação das Vilas, Dr. João Batista – Promotor de Justiça, pelo incentivo durante a pesquisa e os trabalhos realizados naquela comunidade.

Agradeço imensamente à uma família de amigos, dona Lúcia, mulher preta pela qual tenho uma admiração imensa, alegre, descontraída, de um coração com bondade inexplicável por toda contribuição através dos incontáveis momentos de conversas sobre o sofrimento da ancestralidade dos pretos daquela comunidade, também à sua filha Lucimeire pelo apoio e ao seu filho Luciano Rodrigues pelas vezes que suprimiu seu tempo de trabalho para me ajudar na busca das informações.

Agradeço ainda a dois motoristas: Júnior e Eduardo por todos os desafios vivenciados durante o percurso das viagens Penedo – Aracaju no período de 2022-2023, pelo compromisso e espera, sem eles não teria sido possível galgar esse degrau tão importante na minha vida acadêmica.

Por fim, agradeço a todas as pessoas anônimas que contribuíram direta/indiretamente para que eu desafiasse um percurso ora amargo e conquistasse essa doce vitória.

Encontrei minhas origens

Encontrei minhas origens em velhos arquivos

.....livros

encontrei

em malditos objetos troncos e grilhetas encontrei

minhas origens no leste

no mar em imundos tumbeiros encontrei

em doces palavras

.....cantos

Em furiosos tambores

.....ritos

encontrei minhas origens nos lanhos de minha

alma em mim

em minha gente escura em meus heróis altivos

encontrei

encontrei-as enfim me encontrei

(OliveiraSilva,2021).

RESUMO

O objeto de estudo desta dissertação se funda no olhar sobre as dinâmicas e memórias da Comunidade Remanescente Quilombola do Oiteiro localizada na área urbana do município de Penedo - Alagoas e construída a partir do agrupamento de negros refugiados no século XVI. Nele se encontra um passado permeado de sofrimentos, lutas, desafios, mas também de resistência e busca pelo avivamento e continuidade da ancestralidade africana. Esta escrita etnográfica tem como objetivo investigar a trajetória do negro na formação da sociedade penedense e conhecer de perto o cotidiano vivenciado, tendo como enfoque principal as dinâmicas e memórias da comunidade quilombola aqui citada e, a partir de então, pensar caminhos que sejam capazes de refletir sobre a valorização do povo negro e o fortalecimento da ancestralidade africana, como a realização de projetos nas escolas sobre avivamento da cultura. Os poucos registros achados escritos, as entrevistas, os relatos, objetos museológicos, fotografias, acompanhamento de momentos culturais e rituais, funcionaram como informações principais para compreender a organização social do quilombo do Oiteiro. No princípio do seu processo de colonização, Penedo foi evidenciado como um dos mais populosos centros de negros, na região alagoana, sendo o Quilombo do Oiteiro um local de suma importância para dar visibilidade a essa história. Nesse sentido, a dissertação em curso, traz aspectos relevantes como: um recorte da historicidade e trajetória do negro em Penedo/Al, destacando os negros malês que tiveram grande influência nos primórdios da construção desse lugar; A Irmandade dos negros; A construção e desconstrução da identidade negra em terras do Penedo/Alagoas a partir da escravização e a Comunidade Remanescente Quilombola do Oiteiro enquanto lugar que rememora e resiste à ancestralidade africana revivendo suas memórias através de dinâmicas conturbadas, porém, importantes. O caminho para a construção dessa Dissertação foi trilhado por meio de um breve estudo teórico e a etnografia realizada durante todo o percurso vivenciado no campo de pesquisa em 2022 e 2023. A relevância desse estudo se expressa no conhecimento conquistado por meio da visão da história dos negros em Penedo, mas especificamente, nas descobertas ocorridas e experiências vivenciadas dentro do território tradicional nomeado como Comunidade Quilombola do Oiteiro.

Palavras-chave: Dinâmicas. Memórias. Resistência.

ABSTRACT

The object of study of this dissertation is based on looking at the dynamics and memories of the Remaining Quilombola do Oiteiro Community located in the urban area of the municipality of Penedo-Alagoas and built from the group of black refugees in the 16th century. It contains a past permeated with suffering, struggles, challenges, but also with resistance and the search for the revival and continuity of African ancestry. This ethnographic writing aims to investigate the trajectory of black people in the formation of Penedense society and get to know closely the daily life experienced, with the main focus being the dynamics and memories of the quilombola community mentioned here and, from then on, think about ways that are capable of reflect on the appreciation of black people and the strengthening of African ancestry, such as carrying out projects in schools on cultural revival. The few written records found, interviews, reports, museum objects, photographs, monitoring of cultural moments and rituals, served as main information to understand the social organization of the Oiteiro quilombo. At the beginning of its colonization process, Penedo was highlighted as one of the most populous centers of black people in the Alagoas region, with Quilombo do Oiteiro being a place of utmost importance to give visibility to this history. In this sense, the current dissertation brings relevant aspects such as: An overview of the historicity and trajectory of black people in Penedo/Al, highlighting the Malês black people who had a great influence on the beginnings of the construction of this place; The Black Brotherhood; The construction and deconstruction of black identity in the lands of Penedo/Alagoas based on slavery and the Quilombola Remnant Community of Oiteiro as a place that remembers and resists African ancestry, reviving its memories through troubled, but important, dynamics. The path to the construction of this Dissertation was followed through a brief theoretical study and ethnography carried out throughout the journey experienced in the research field in 2022 and 2023. The relevance of this study is expressed in the knowledge gained through the vision of the history of black people in Penedo, but specifically, in the discoveries that occurred and experiences lived within the traditional territory named as Quilombola Community of Oiteiro.

Keywords: Dynamics. Memories. Resistance.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Rocheira de Penedo – Alagoas	37
Figura 2 – Alagoas: exportação de escravos por região fiscalizadoras,1854-1858.....	43
Figura 3 – Negros malês em Penedo – 1800.....	48
Figura 4 -Vista aérea (2023) do Bairro Santo Antônio –onde viveram os negros malês nos anos 1800	50
Figura 5 – Vista externa do local da antiga bica dosmalês – Bairro Vermelho – 2023.....	51
Figura 6 – Local da antiga bica dos malêsBairro Vermelho – 2023	51
Figura 7 - Localdaantigabicados malêsBairro Vermelho – 2023.....	51
Figura 8 -Vista aérea da Comunidade Quilombola do Oiteiro – 2023.....	58
Figura 9 – Mirante do Bonfim na entrada da Comunidade Quilombola do Oiteiro.....	60
Figura 10 - Senhor Raimundo do Leite - Oiteiro, 2023.....	62
Figura 11 – Organograma da organização política e social do Oiteiro – 2023.....	74
Figura12 - Pautado I Movimento Consciência Negra do Oiteiro – 2022	76
Figura13 - Apresentação cultural estudantes da Escola Irmã Jolenta – 2022	76
Figura 14 - Palestra sobre Desconstrução do Racismo na Comunidade do Oiteiro - 2023	76
Figura 15 - Participação dos moradores do Oiteiro na palestra – 2023.....	76
Figura 16 – Guerreiro Treme Terra do Oiteiro – 2023.....	80
Figura 17 - Entrevista com dona Francisca mestra do guerreiro do Oiteiro -2023	82
Figura 18 – Conhecendo os acessórios do guerreiro de dona Francisca mestra do guerreiro do Oiteiro – 2023.....	82
Figura 19 - Roda de capoeira na Praça do Oiteiro – Grupo Mandingueiro de Penedo – 2023	85
Figura 20 - Visita a oficina do Mestre Bentinho – 2023.....	87
Figura 21 - Informações da Escola Prof. Leonidas Souza	89
Figura 22 – O que sobrou da Escola Professor Leonidas Souza –Oiteiro 2021.....	90
Figura 23 –Demolição das sobras da Escola Leonidas Souza.....	90
Figura 24 – Matriz da Escola Irmã Jolenta comunidade quilombola do Oiteiro –	

2023.....	92
Figura 25 – Extensão da Escola Irmã Jolenta comunidade quilombola do Oiteiro –	
2023.....	92
Figura 26 - Imagens do projeto Minha escola tem História EMEB Josef Bergmann	
– 2023	98
Figura 27 – Localização dos terreiros na Comunidade Remanescente Quilombola	
do Oiteiro.....	100
Figura 29 – Dançados orixás casa do Pai Bobô -2023.....	103
Figura 29 – Saudação a Xangô casa do Pai - Bobô – 2023.....	103
Figura 30 - Saída de santo filho de Xangô casa do Pai Bobô -2023	104
Figura 31 - Filho de Xangô recebendo flores casa do Pai Bobô -2023	104
Figura 32 – Imagens dos orixás no quarto de santo da casa de Jaquinho – Oiteiro –	
2023.....	107
Figura 33 - Imagens do quarto da esquerda casa do pai Jaquinho Oiteiro -2023.....	107
Figura 34 - Imagens do quarto da esquerda casa do pai Jaquinho Oiteiro -2023.....	107
Figura 35 – Oferenda ao povo da rua.....	108
Figura 36 – Festa de orixá na casa do pai Jaquinho Oiteiro- 2023.....	109
Figura 37 – Barracão da Dona Ester – Oiteiro 2023.....	110
Figura 38 – Ritual de benzeção casa de dona Ester, Oiteiro – 2023	111
Figura 39 – Ouvindo os relatos de benzeção de Dona Ediméia, Oiteiro – 2023.....	112
Figura 40 – Baianas na lavagem do Bonfim Oiteiro – 2023.....	116
Figura 41 – Baianas na lavagem do Bonfim Oiteiro – 2023.....	116
Figura 42 – Cortejo subindo ao Forte do Bonfim, Oiteiro – 2023	117
Figura 43 – Cortejo subindo ao Forte do Bonfim, Oiteiro – 2023	117
Figura 44 – Lavagem da calçada da Igreja do Senhor do Bonfim , Oiteiro - 2023.....	118
Figura 45 – Encerramento do ritual da lavagem do Bonfim, Oiteiro – 2023.....	118

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – População de Penedo por cor e identidade – 2022.....	56
Quadro 2 – Perfil social antropológico dos interlocutores da pesquisa.....	59

LISTA DETABELAS

Tabela1 -Escravosabordo doPatachoMinerva embarcadosem Penedo/Alagoas,1852....	42
Tabela 2 - Pagamento da taxa dos escravos das vilas e cidade – Penedo anos fiscais de 1854-1855e1855-1856.....	22
Tabela3 –Alagoas:exportaçãodeescravospor município.....	44

LISTA DE SIGLAS

NUER -Núcleo de Estudos sobre Identidade e Relações Interétnicas.....	28
FCP - Fundação Cultural Palmares.....	28
ONG – Organização não Governamental.....	68
ITERAL - Instituto de Terras e Reforma Agrária.....	68
CEBs –Comunidade Eclesial de Bases.....	85
FRM –Faculdade Raimundo Marinho.....	91

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	17
OBJETIVOS	17
Objetivo Geral	17
Objetivos Específicos.....	18
DEFINIÇÃO DO TEMA E OBJETO DE PESQUISA	18
PROPOSTA METODOLÓGICA	21
ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO	22
FONTES TEÓRICAS	23
1 RECORTES DA HISTORICIDADE DE PENEDO/ALAGOAS	35
1.1 Início do povoamento do território penedense – 1600-1615	35
1.2 Penedo na categoria de Vila –1636	38
1.3 Avila se transforma em cidade-1842.....	39
2 PESCANDO MEMÓRIAS DA HISTORICIDADE NEGRANO TERRITÓRIO DE PENEDO-ALAGOAS	41
2.1 O tráfico de escravos no território do Penedo-anos 1800.....	41
2.2 Vestígios dos negros malês no Penedo – anos 1800	46
2.3 Irmandades em Penedo/AL: exercício da caridade e embaraço para a resistência negra.....	53
2.4 Irmandade do Rosário dos Pretos - século XVII.....	54
2.5 Airmandade de São Gonçalo Garciados Homens Pardos.....	55
2.6 Desafios da negritude penedense para o avivamento da ancestralidade africana.....	56
3 COMUNIDADE QUILOMBOLA DO OITEIRO EMPENEDO - ALAGOAS: QUE TERRITÓRIO É ESSE?	58
3.1 Origem do Quilombo do Oiteiro	59
3.1.1 Relatos sobre a origem do Quilombo	61
3.2 Processo de certificação da comunidade.....	66
3.3 Quem tomou as terras do Oiteiro? Elas não eram apenas um punhado de solo!.....	67
3.3.1 A construção das vilas: moradia para quem professava a fé católica	68
3.3.2 O Loteamento Vitória: dentro do bairro, porém fora do quilombo	70
3.3.3 O Areal	70
3.3.4 O loteamento São Rafael	71
3.3.5 O loteamento Monte Rey.....	71
3.4 Dentro do bairro, porém, fora do quilombo, vivendo um conflito étnico separatista.....	71
3.5 Dinâmicas da organização social no Oiteiro e conflitos de poder.....	73

3.5.1 Associação de Moradores do Oiteiro	74
3.5.2 Associação Cultural Quilombolado Oiteiro – ACQUIO.....	75
3.5.3 ONG do Oiteiro.....	77
3.6 Expressões culturais do Oiteiro representadas pela dança.....	79
3.6.1 Guerreiro Treme Terrado Oiteiro.....	80
3.6.2 Grupo de capoeira Mandingueiro de Penedo.....	85
3.7 Dinâmica educacional na história do quilombo do Oiteiro e seus entornos.....	88
3.7.1 A Memórias da educação escolar-Escola Isolada Mista do Oiteiro.....	88
3.7.2 Escola Municipal de Educação Básica Irmã Jolentaea incorporação dos saberes quilombola.....	91
3.8 Experiências da religiosidade africana na Comunidade Remanescente Quilombola do Oiteiro	99
3.8.1 Roça de Candomblé do Pai Bobô - Ilê, Axé, Sesu, Omin, Odé, Aqueran	100
3.8.2 Terreiro do Pai Jaquinho “Ilê Axé, Obaderô	105
3.8.3 O Barracão da Dona Ester	109
3.8.4 Rituais de benção no território do Oiteiro	111
3.9 Lavagem do Bonfim: evento da valorização da cultura afro e sincretismo dentro do quilombo	115
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	119
REFERÊNCIAS.....	122
APÊNDICES	128
ANEXOS	132

INTRODUÇÃO

A história do negro no espaço brasileiro durante o período em que foram escravizados, sobretudo aqueles que desafiaram seus senhores e resistiram às formas desumanas pelas quais eram tratados, nem sempre é contada como deveria ser. A tentativa de apagamento dessa história é um processo contínuo de descrédito aos povos negros.

A partir do século XX, é percebido que temáticas atinentes à construção da sociedade brasileira tendo o negro como grande protagonista da história vêm sendo debatidas com mais afincos; discute-se a questão da negritude no Brasil, promove-se reflexões na tentativa de entender porque esse país ainda reforça estereótipos e quais os caminhos para manter e ou ressignificar ancestralidade africana. No entanto, superar as amarguras do passado e a tentativa de apagar a cultura afro ainda se constitui como um processo desafiador em terras do Penedo. Nesse sentido, tomei a decisão de enfrentar o desafio e investigar a história desse daquele lugar para descobrir a memória do povo negro a partir de vivências e experiências do passado dialogando com aquelas reproduzidas para a atualidade.

Penedo é uma das cidades históricas do estado de Alagoas, fundada no século XVI às margens do rio São Francisco e vista por muitos como uma “joia barroca” devido ao seu complexo arquitetônico. Também descrita como a “cidade dos casarões”. Nesses monumentos históricos pode-se visualizar o retrato da nobreza que se perpetua até os dias atuais. Porém, se escondem em seus porões, as raízes sangrentas das amarguras vivenciadas pela negritude que as construiu.

OBJETIVOS

Objetivo Geral

Investigar a história que ninguém contou sobre o negro nas terras do Penedo – Alagoas, a partir de achados de vivências e experiências do passado reproduzidas para a atualidade, tendo como enfoque principal as dinâmicas e memórias da comunidade remanescente quilombola do Oiteiro – um território tradicional.

ObjetivosEspecíficos

Compreender aspectos da historiografia de Penedo/Alagoas com foco na vivência da negritude quedeixou seu legado de trabalho, amarguras e cultura naquele lugar;

Rememorar a historicidade negra no Penedo-Alagoas com ênfase ao período de escravidão, anos 1850;

Conhecer as dinâmicas e memórias da Comunidade Remanescente Quilombola do Oiteiro através de todas as formas de representatividade,origem, história,maneiras pelas quais resistem às suas ancestralidades africanas,destacando o aspecto religioso.

Expressar meu sentimento de pertencimento a essa comunidade e enfrentar os desafios para perpetuar sua ancestralidade cultural.

DEFINIÇÃO DO TEMA E OBJETO DE PESQUISA

Este estudo surgiu a partir do desejo de pescar a historicidade negra emPenedo e expor o que ainda está oculto aos olhos da comunidade penedense, tendo como objeto principal a Comunidade Quilombola do Oiteiro, inserida no bairro onde resido.O intuito é conhecer a história dos pretos, perceber as dinâmicas que aquele território desenvolve para rememorar sua ancestralidade africana, combater o apagamento de sua cultura e evidenciar a sua identidade. Tal despertar se originou a partir das experiências em três tempos que assinalaram minha história.

No primeiro momento, recorro às lembranças da minha avó paterna. Pois como afirma Ecléa Bosi “A lembrança é a sobrevivência do passado. O passado, conservando-se noespírito de cada ser humano, afiará à consciência na forma de imagens-lembrança” (1979, p. 23).Essas lembranças contextualizam minhas origens, já que sou neta de uma negra, casada com um homem branco que teve a felicidade de viver mais de 40 anos ao seu lado atéamorte. Porém, quando criança – anos 1980, presenciei diversas vezes atitudes racistas advindas das pessoas que habitavam os arredores do sítio onde nasci e vivi enquanto criança e adolescente – Sítio Cajaíbas no município dePortoReal do Colégio. Naquelesmomentos, eu ainda não tinhaessa percepção do que seria o racismo, mas enxergava com estranheza a forma pela qual algumas pessoas teciam “elogios” à minha avó. Eis algunsdeles:

*“Anunciação, você teve sorte viu, casou-se com um homem branco”.
 “Anunciação, você tem uma barriga limpa, seus filhos são brancos”. E outros
 termos que às vezes, me irritavam:*

“Mulher, esse óleo de coco com parafina não presta para seus cabelos, ele é para cabelo de gente branca” – era um creme que ela preparava dizendo que seria para diminuir o sofrimento do cabelo. Minha avó resistia a essas expressões com sorrisos, e, muitas vezes cantava o que ela chamava de “alguns versos de nego”. Entre eles recordo este:

*Anega tána cozinha fazendo a sua muqueca,
 Valei-mecaiu um cabelo e agora o cumênum presta?.*

Em outros momentos, por ocasião das farinhadas, as mulheres se reuniam para “raspar” a mandioca e cantavam alguns cantos. Muitas vezes presenciei as comadres, como ela chamava, pedindo a minha avó que cantasse “versos de nego”. Aparentemente ela ficava feliz e cantava:

*Feche a porta Juzé, feche a porta Juzé,
 Alivem uma nega como o cabelo sempre”!. Feche a porta Juzé, feche a porta
 Juzé.
 Essa nega num é gente ela vemdo candombé!*

Sobre este último “verso”, em uma conversa com minha avó, ela contou que havia uma mulher branca no lugar onde ela morava no Sítio Junco¹, município de Porto Real do Colégio-Alagoas² enquanto criança e que era mãe de um filho branco. Então, quando as moças negras passavam em frente à casa para pegar água em uma fonte (riacho de água vindo de uma nascente), a mulher dava essa ordem ao filho para fechar a porta com medo de que ele fosse se interessar por uma delas. Intrigada, perguntei: “vó, e porque essa nega não era gente?” Ela respondeu: “minha filha, porque dizem que quando vai para o candombé, lá entram uns bichos nas pessoas, mas deixe pra lá, você não entende disso”. Eu sempre guardei muitas memórias vivenciadas pela minha avó, mas sei que foram incontáveis as situações de racismo e preconceito por ela “enfrentadas”.

¹Local da zona rural habitado por poucas pessoas. O nome Junco atribuído a esse local foi devido a sua localização próximo a uma área alagada onde haviam numerosas espécies de plantas da categoria germíneas, monocotiledôneas do tipo junciforme.

²Trata-se de reduto de remanescentes indígenas da etnia Kariri-Xokó, porém, com grande quantidade de povos negros.

Diversas vezes fiquei inquieta quando presenciei atitudes de racismo, porém, não tinha maturidade para entender essas questões. Aos 23 anos de idade, chegou o momento em que me percebi disposta a conhecer e quiçá fazer algo por aquilo que minha avó sugeri deixar para lá. Foi quando me deparei com o segundo momento que aguçou a ideia de realizar este estudo.

O segundo momento ocorreu em 1993, quando meus pais construíram uma casa aqui em Penedo, localizada no Bairro Vitória que hoje é o Bairro Senhor do Bonfim onde está situado o Quilombo do Oiteiro. Porém, naquela época este local era “separado” teoricamente, do Oiteiro. Desde minha chegada a esse território, aconteceram vários fatos que despertaram ainda mais a vontade de pesquisar aspectos da minha origem negra. Um deles foi quando tive a oportunidade de exercer o cargo de diretora em uma escola quilombola a qual estava no território do quilombo, mas que ninguém a considerava pertencente a ele pelo fato de estar situada distante da área conhecida como quilombo.

Naquela escola, vivenciei e desconstruí algumas impressões relativas às religiões de matriz africana as quais eram frequentadas pelos pais de alunos daquela instituição. Estes eram xingados pelos colegas com termos pejorativos como “macumbeiro”, “negro do inferno”, “cascabuio de xangô”. Essas vítimas de racismo, por sua vez, agiam com violência física para se defender da violência verbal. Além disso, próximo a escola, há um Terreiro de Candomblé, seu dono, Senhor Francisco, mais conhecido como pai “Bobô” realiza a festa de êres no dia 27 do mês de setembro e, bondosamente, levava doações de doces para as crianças. Então, haviam funcionários que proibiam algumas crianças matriculadas na escola de comer. Os intolerantes demonizavam aquelas doações e diziam que as crianças não poderiam comer “coisas vindas do diabo, benzidas em macumba”.

Para desconstruir tais atitudes, criei, juntamente com a equipe pedagógica da escola, um projeto de intervenção que foi trabalhado com toda a comunidade escolar, cujas ações eram direcionadas ao combate das atitudes de racismo, desumanização dos negros e intolerância religiosa. Foi um desafio gigante, mas consegui mudar alguns conceitos e atitudes.

Também vivenciei outras experiências na Comunidade Remanescente Quilombola do Oiteiro antes de iniciar a pesquisa etnográfica ouvindo relatos de algumas pessoas que diziam: “gosto demorar no Oiteiro, o problema é que o povo diz que aqui é quilombo e nesses lugares tem muita macumba”. E ainda outras de fora da comunidade que de maneira racista, ao encontrar alguém branco que reside lá, indaga: mora no Oiteiro? Procure outro lugar, ali só presta pra morar a raça dos negros”. Essa classificação baseada na arrogância da separação

entre brancos e pretos demonstra as raízes da exclusão da categoria negra pelos brancos em pleno século XXI, remontando o apogeu das teorias raciais no Brasil nos anos de 1800.

Diante de tudo isso, destaco que a relevância desse estudo, está na oportunidade de conhecer de perto a realidade negra de Penedo, sobretudo da Comunidade Quilombola do Oiteiro, poder contribuir para dar visibilidade a essa história, cultivar a ancestralidade africana e me perceber enquanto parte desse contexto quilombola. Essa percepção foi esculpida no território da Comunidade Quilombola do Oiteiro através das experiências, dos conhecimentos, da rememoração das memórias da infância e daquelas imprimidas pelos interlocutores.

PROPOSTA METODOLÓGICA

Para a obtenção dos dados que constam nesta dissertação, foi realizado, inicialmente o levantamento de fontes bibliográficas disponíveis nas instituições locais fora da cidade. Este material serviu como embasamento para destrinchar alguns conceitos que facilitaram o entendimento, bem como para descobrir aspectos pouco evidentes no contexto da pesquisa. Além desse levantamento, realizei a observação direta na Comunidade Quilombola do Oiteiro durante quase um ano, ouvindo relatos dos meus informantes realizei entrevistas com pessoas da comunidade, e participei de eventos de natureza religiosa. O recorte temporal para a construção dessa dissertação consiste num espaço de tempo que vai de 1636 a 2023.

A pesquisa para esta etnografia foi conduzida através do contato direto, frequente e prolongado na comunidade quilombola remanescente do Oiteiro. Os instrumentos utilizados, fora observação, entrevistas, depoimentos dos interlocutores e participação em eventos. A população pesquisada foram membros da Comunidade Quilombola do Oiteiro – moradores antigos, líderes comunitários, pais de santo, benzedeiros e outras pessoas que aqui residem.

A interlocução ocorreu por meio de entrevistas estruturadas escritas, relatos escritos e gravados. O estudo foi guiado por algumas interrogações que serviram para ampliar o meu conhecimento e o reconhecimento deste universo extenso e complexo que diz respeito, sobretudo, as dinâmicas e memórias da comunidade quilombola do Oiteiro - um território tradicional. Quais aspectos importantes na historicidade da negritude do Penedo precisam ser conhecidos? Quais os vestígios do processo de escravização nesse território? Por que a história do negro não é bem contada nesse berço da cultura alagoana? Quilombo do Oiteiro: que território é esse? Como se formou? Quais as dinâmicas e memórias evidenciadas no território do Oiteiro no intuito de resistir à ancestralidade africana? Como contribuir para a valorização do povo negro ao qual pertencço, combater as formas de preconceito, racismo e

intolerância religiosa?

Todos esses questionamentos me conduziram a um caminho difícil na busca pelas respostas. Porém, a partir da pesquisa, percebi que existem muitos acontecimentos que se tornaram conhecidos pela população através de relatos das pessoas mais antigas. Existem fatos importantes sobre a história do negro naquele lugar que continuam cobertos com um cobertor tecido pela branquitude, costurado pelo racismo e intolerância religiosa.

Quando se trata do lugar ocupado pelos negros nos primórdios dessa história, a partir dos achados em livros escritos e por meio dos relatos das pessoas que me serviram de interlocutores, percebe-se que esse segmento da sociedade penedense ocupa um espaço de exclusão, permeado de crueldade e desumanização. E o fato da história do negro não ser bem contada nesta cidade considerada o berço da cultura alagoana, se dá por conta dos valores racistas enraizados por aqui, onde se fala em belezas arquitetônicas, magnitude das igrejas católicas, cidade como pérola barroca entre outros. Nesse contexto, cultura da nobreza pode dar mais visibilidade a esse território do que a cultura africana.

Adentrando no foco desse estudo que é a comunidade remanescente quilombola do Oiteiro, foi possível percebê-lo como um território criado a partir da resistência negra, que carrega consigo uma história de exclusão por conta das condições pelas quais se originou e todas as representatividades que fazem parte desse torrão. No entanto, desde o seu processo de criação a comunidade Quilombola trava lutas para manter viva a ancestralidade africana por meio de dinâmicas visíveis através de grupos culturais, terreiros e eventos festivos.

Esse recorte traz como relevância a oportunidade de conhecer de perto a importância da negritude penedense, estreitar os laços de pertencimento à Comunidade remanescente quilombola do Oiteiro e intervir no que se refere à valorização do povo negro, o combate as formas de preconceito, racismo, intolerância religiosa e avivamento da ancestralidade africana, através do desenvolvimento de projetos nas escolas situadas naquela comunidade.

Não pretendi reconstituir a história dessa comunidade com todos os seus aspectos, pois não seria possível juntá-los em apenas um recorte etnográfico realizado em uma dissertação de mestrado. Então, trago algumas informações a respeito disso para contextualizar, sobretudo, o processo de resistência da ancestralidade africana.

ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO

Para facilitar a organização do texto e a compreensão do leitor, esta dissertação foi dividida em três capítulos. No Capítulo I, trago um breve recorte da história de Penedo,

abordando alguns aspectos do seu processo histórico e explorando a vivência dos povos negros, que se constituíram como categoria fundamental para o desenvolvimento da história desse lugar.

No capítulo II, intitulado “Pescando memórias da historicidade negra no chão do Penedo-Alagoas em tempos de escravidão”, discorro sobre vestígios do processo de comercialização dos escravos em tempo de escravidão e a presença dos negros Malês com sua cultura e religião muçulmana. Nele, também apresento rastros da africanidade presentes no Penedo/Alagoas. Nessa parte do texto, encontram-se memórias negras que demonstram formas de resistência e preservação das raízes culturais de um povo que sobrevive às tentativas de apagamento de sua cultura.

O capítulo III, apresenta o cerne desse recorte etnográfico e nos convida a uma viagem no tempo da Comunidade remanescente quilombola do Oiteiro: um território tradicional permeado de histórias de sofrimento, exclusão territorial, mas também de lutas, desafios e resistência à ancestralidade africana. Desse torrão foram trazidos relatos, depoimentos, histórias dos interlocutores que permitem compreender as dinâmicas e memórias desse território tradicional, e um evento que traduz parte da dinâmica do povo quilombola criado como uma forma de avivamento da ancestralidade africana.

FONTES TEÓRICAS

Para embasamento teórico deste trabalho, foi preciso recorrer às fontes de alguns autores que se ajustam às discussões desta dissertação, com o intuito de dialogar com estes e compreender de forma mais profunda as abordagens apresentadas. Os textos lidos serviram para fundamentar esse estudo, pois, mesmo se tratando de uma etnografia, faz-se necessário buscar pontos de referência para análise científica. Então, primeiramente, busquei um conceito breve sobre etnografia em Geertz (1989, p. 4):

Em antropologia ou, de qualquer forma, em antropologia social, o que os praticantes fazem é a etnografia. E é justamente ao compreender o que é a etnografia, ou mais exatamente, o que é a prática da etnografia, é que se pode começar a entender o que representa a análise antropológica como forma de conhecimento. Devemos frisar, no entanto, que essa não é uma questão de métodos. Segundo a opinião dos livros-textos, praticar a etnografia é estabelecer relações, selecionar informantes, transcrever textos, levantar genealogias, mapear campos, manter um diário, e assim por diante. Mas não são essas coisas, as técnicas e os processos determinados, que definem o empreendimento. O que o define é o tipo de

esforço intelectual que ele representa: um risco elaborado para uma "descrição densa".

A partir dessas definições, conduzi minha pesquisa na comunidade quilombola do Oiteiro em Penedo -Alagoas. Também busquei a contribuição de Malinowski (1976) a partir das referências do seu trabalho “Os Argonautas do Pacífico Ocidental”³ com a intenção de nortear a elaboração da etnografia na comunidade quilombola do Oiteiro e compreender o “fazer antropológico”. Este autor enfatiza que os objetivos da pesquisa de campo etnográfica podem, pois, ser alcançados através de três diferentes caminhos:

1. A organização da tribo e a anatomia de sua cultura devem ser delineadas e modo claro e preciso. O método de documentação concreta e estatística fornece os meios com que podemos obtê-las.
2. Este quadro precisa ser completado pelos fatos imponderáveis da vida real bem como pelos tipos de comportamento, coletados através de observações detalhadas e minuciosas que só são possíveis através do contato íntimo com a Vida nativa e que devem ser registradas nalgum tipo de diário etnográfico.
3. O corpus inscriptionum - uma coleção de asserções, narrativas típicas, palavras características, elementos folclóricos e fórmulas mágicas - deve ser apresentado como documento da mentalidade nativa (Malinowski, 1976, p.37).

Para Malinowski (1921), essas três abordagens conduzem ao objetivo final da pesquisa, que o etnógrafo jamais deve perder de vista. Em breves palavras, esse objetivo é o de aprender o ponto de vista dos nativos, seu relacionamento com a vida, sua visão de mundo. Acerca das narrativas, categoria presente nesta dissertação, me apoiei nas abordagens de Aumont (1993), já que em sua concepção, as narrativas se configuram como um “[...] conjunto organizado de significantes, cujos significados constituem uma história [...]”; tendo assim um conteúdo que se desenvolve num certo espaço e numa certa temporalidade. Portanto, elas não são apenas relatos da experiência e sim a vivência compartilhada e a estrutura do comportamento, relacionado ao tempo e ao espaço necessário à compreensão das experiências e sempre evidenciando a relação entre os sujeitos e a multiplicidade dos fatos.

Diante dessa multiplicidade, destaca-se nesta dissertação, fatos expressivos do percurso histórico da cidade de Penedo fortemente marcados pela herança negra. Ali

³Clássico publicado em 1992 por Bronislaw Kasper Malinowski (1884–1942), o primeiro pesquisador a introduzir a pesquisa de campo prolongada como parte da investigação etnográfica com os então chamados “povos primitivos” — sociedades pouco conhecidas no Ocidente —, em seu caso, os habitantes do arquipélago de Trobriand, na Melanésia. Por essa inovação e pela relevância e desdobramentos dos resultados que produziu, esta é, sem dúvida, a pesquisa de campo mais reverenciada da história da antropologia. Em *Argonautas do Pacífico Ocidental*, encontramos muitos dos fundamentos da antropologia como disciplina até hoje (Peirano, 2018).

evidencia-se a presença dos malês – negros que também construíram memórias no início da formação daquele chão no final do século XIX. Segundo historiadores, eles viveram por aqui, precisamente na Roqueira onde teve início o núcleo de povoamento e no “Barro Vermelho”, hoje Bairro Santo Antônio, ambas às margens do rio São Francisco. Abelardo Duarte, (1958) em seu livro “Negros muçulmanos em Alagoas” traz um recorte da atuação dessa categoria ao enfatizar:

Foram eles quem realizaram a Festa dos Mortos, descrita magistralmente, embora com sentido folclórico retido, por Melo Moraes Filho no Penedo; foram também os insurretos de 1815, na projetada revolta do Natal daquele ano na Alagoas; foram os penitentes fotografados em 1887 no Penedo ainda, pelo Dr. Carvalho Sobrinho; foram ao Malês da Roqueira e do Barro Vermelho, Penedo, muito aproximados dos seus irmãos do centro baiano; foram os conhecidos mandingueiros, de fama local (Duarte, 1958, p. 8).

Essas afirmações permitem entender algumas características dessa população negra que se destacam na história da negritude brasileira, e que estiveram presentes no território do Penedo. Acrescentando informações acerca da cultura religiosa dos negros malês no que se refere a Festa dos Mortos, tem-se que era um ritual celebrado por essa categoria de negros e que teve grande visibilidade no Penedo: “ Até 1888, nas Alagoas, grupos desses homens, de uma ou de mais nações, celebravam suas festas dos mortos, que tinha lugares duas vezes por ano” (Moraes Filho, 1999, p.207).

De acordo com os registros encontrados, a presença dos malês naquelas terras remonta ao período compreendido entre 1815 e 1888. A visibilidade desse tempo está expressa em poucos vestígios: a festa dos mortos, que acabamos de falar, e uma fotografia que expomos adiante, no tópico 2 deste capítulo. Além disso, um interlocutor do Bairro Santo Antônio, o antigo “Barro Vermelho”, me informou que haviam registros de dois documentos na Casa do Penedo que confirmam a presença dos negros maometanos, que seriam de Bebiã e Benedicto. Segundo ele, esses documentos foram expedidos no quartel de Penedo no século XIX, neles haviam vestígios de islamismo já que os dois professavam, de forma documentada, a fé em Mahomet. No entanto, nas pesquisas realizadas na Casa do Penedo, os atendentes informaram que estes documentos já não existem lá.

Nas abordagens dessa etnografia, encontram-se de forma extensa, as evidências da escravidão – uma instituição que predominou por mais de três séculos em todos os cantos do Brasil de forma violenta e desumana, incluindo Alagoas e Penedo. Nesse sentido, Douglas Apratto Tenório (2015), expõe suas ideias acerca dessa condição do negro no território

alagoano. Em seu livro “A presença negra em Alagoas”, encontra-se uma série de questionamentos que nos servem de reflexão sobre a vida dos negros durante o tempo da escravidão e depois dela. Entre estes se destaca: “Quem são os negros cuja vida está por trás da ribalta histórica que construiu e ajudou a formar nossa cultura, nossos ethos e que foram esquecidos ou tiveram seus nomes apagados dos nossos anais?” (Tenório, 2015, p.33).

Esses questionamentos remetem a reflexões sobre o apagamento da memória dos negros, sua história, suas lutas e contribuições na cidade de Penedo, onde pouco se fala dessa classe no processo de evolução daquele lugar. Expressando a condição do negro no regime da escravidão o autor descreve que:

O regime da escravidão uniu todos os povos negros sob uma denominação, negro da costa, peçada África, ou simplesmente preto ou negro. Quando eles chegavam nos navios negreiros eram simplesmente chamados boçais. E por todos os anos e séculos seguintes, mesmo após a República em 1889 e até o século XX eram assim tratados, pois o termo passou a significar estúpido, grosseiro, rude mal educado (Tenório, 2015, p. 29-30).

Nesse enfoque, um trabalho realizado por Teixeira (2017), tratando da presença negra e a escravidão no território do Penedo na década de 1850, nos concede acesso a informações importantes datadas dos anos de 1854 a 1855, de 1855 a 1856 e 1864 a 1865. Neles constam dados significativos sobre o comércio de escravos, período de desumanização dos povos negros. “Como se pode perceber, assim como em Maceió, em Penedo o comércio de exportação de escravos vinha ocorrendo desde, no mínimo, os anos 1840, mas, na década de 1850, a presença de comerciantes de outras províncias teria sido fundamental para impulsionar o comércio” (Teixeira 2017, p. 120).

Os dados aqui referenciados serão apresentados mais adiante. Nessa linha de pensamento, Santana (1970), em “Contribuição à história do açúcar em Alagoas”, traz dados significativos sobre a produção dos escravos em engenhos de Penedo. Tais dados nos remete a reflexão no tocante a forma cruel de tratamento dos negros escravizados na produção de açúcar.

A dispersão dos cativos no espaço urbano do Penedo é ainda mais evidente porque a taxa dos escravos de 1855 indica que os 429 escravos listados residiam em 23 ruas e logradouros – praticamente a totalidade da área central – demonstrando que havia escravos residindo em todos os cantos do centro da cidade [...]. Penedo era uma cidade escrava, como tantas outras do Império do Brasil. Cativos carregando latrinas, trabalhando nos serviços domésticos, lavando roupa, vendendo alimentos, arrumando sapatos,

construindo edificações, trabalhando no porto, ajudando no comércio, escravos alugados e escravos de ganho faziam parte de seu cotidiano. A organização do trabalho escravo em Penedo exige pesquisas aprofundadas, mas o que a taxa de escravos evidencia é que este não apenas existia, como também era relativamente extenso e estava sob o controle das autoridades (Teixeira, 2017, p.136).

Apesar da autora expressar a necessidade de pesquisas avançadas sobre a organização da escravidão, os dados por ela apresentados evidenciam com precisão o cenário dessa crueldade no solo penedense. Por isso, este lugar é referenciado como um dos maiores centros alagoanos onde a escravidão predominou. A partir desse processo vivenciado, Penedo conta com dois territórios quilombolas, sendo um na zona rural - A Comunidade Quilombola do Tabuleiro dos Negros situada aproximadamente há 15 km da cidade de Penedo e um quilombo urbano, a Comunidade Quilombola do Oiteiro - local da minha etnografia.

Considerando o quilombo como lugar de fuga, escravidão e abordando aquele lugar a partir de uma caracterização em seus vários aspectos, Clóvis Moura destaca que:

O quilombo foi, incontestavelmente, a unidade básica de resistência do escravo. Pequeno ou grande, estável ou de vida precária, em qualquer região em que existia a escravidão, lá se encontrava ele como elemento de desgaste do regime servil. O fenômeno não era atomizado, circunscrito a determinada área geográfica, como a dizer que somente em determinados locais, por circunstâncias mesológicas favoráveis, ele podia afirmar-se. Não. O quilombo aparecia onde quer que a escravidão surgisse. Não era simples manifestação tópica. Muitas vezes surpreende pela capacidade de organização, pela resistência que oferece; destruído parcialmente dezenas de vezes e novamente aparecendo, em outros locais, plantando a sua roça, constituindo suas casas, reorganizando a sua vida social e estabelecendo novos sistemas de defesa. O quilombo não foi, portanto, apenas um fenômeno esporádico. Constituíam-se em fato normal dentro da sociedade escravista. Era reação organizada de combate a uma forma de trabalho contra a qual se voltava o próprio sujeito que a sustentava (Moura, 1962, p.81).

A partir dessa abordagem, relaciona-se o contexto da fuga para o quilombo e a permanência na condição de escravo, para se chegar ao entendimento da formação daquele espaço. Nesse sentido, a leitura do livro “O poder Quilombola” esclarece aspectos interessantes, trazendo elementos úteis para compreender a formação do Quilombo do Oiteiro. [...] “o fato da escravidão é uma coisa, se o negro escravo permanece na condição de trabalhadores escravos, é outra coisa, se trata do fato de negro fugitivo não serem mais trabalhadores fugitivos” (Lindoso, 2007, p.77).

Entende-se, portanto, que esse procedimento de fuga dos escravos estava inserido socialmente dentro nas cidades escravistas, como foi o caso de Penedo. Então, decifrar os

significados essenciais que uma fuga tinha para os escravos, sua condição após esse ato é algo que requer um estudo aprofundado e criterioso. Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003 que regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos, está no art. 68:

Os territórios das comunidades quilombolas derivam de diversas situações, tais como: áreas ocupadas por negros que fugiram da escravidão; compra de terra através de prestação de serviços, inclusive de guerra; doações de terra para santos ou em troca por serviços religiosos, conhecidas como terras de preto, terras de santo ou terra de santíssimas; como também doação de terras com a desagregação da lavoura de monocultura (algodão e cana-de-açúcar) (Brasil, 2013a).

Em se tratando da identidade alagoana quilombola, Araújo (2020, p. 69) destaca que começou a ser construída quando os primeiros africanos e seus descendentes se embrenharam nas matas e se estabeleceram na Cerca Real dos Macacos–Serra da Barriga. O autor acrescenta que a identidade quilombola é fundada na formação histórica alagoana porque aqui negros e negras construíram organização social marcadas pelas relações sociais quilombolas, ou seja, criaram uma cultura própria que diferenciava da cultura da sociedade colonizadora.

Diante disso, no início da minha caminhada na comunidade do Oiteiro, comecei a enxergar as comunidades quilombolas como espaços importantes de percepção da resistência negra e das lutas travadas para ressignificar sua ancestralidade. Com o apoio de uma amiga moradora na comunidade – a Jô do Oiteiro, que já me falava constantemente sobre a luta dos mais antigos e as dinâmicas existentes naquele lugar para preservar suas culturas, comecei a perceber o ambiente como espaço onde se reproduz a coragem do povo africano em busca da preservação da sua identidade, mesmo com seus conflitos e estratificação da dinâmica social. Percebi que possivelmente, aquela comunidade seria um local propício para a realização de estudo etnográfico no sentido de compreender todos os sistemas de parentesco, representações e simbologia que fazem parte do contexto africano, conforme afirma Alessandra Schmitt.

Parentesco e território, juntos, constituem identidade, na medida em que os indivíduos estão estruturalmente localizados a partir de sua pertença a grupos familiares que se relacionam a lugares dentro de um território maior. Se, por um lado, temos território constituindo identidade de uma forma bastante estrutural, apoiando-se em estruturas de parentesco, podemos ver que

território também constitui identidade de uma forma bastante fluída, levando em conta a concepção de F. Barth (1976) de flexibilidade dos grupos étnicos e, sobretudo, a ideia de que um grupo, confrontado por uma situação histórica peculiar, realça determinados traços culturais que julga relevantes em tal ocasião. É o caso da identidade quilombola, construída a partir da necessidade de lutar pela terra ao longo das últimas duas décadas (Schmitt, et al, 2002).

As ideias de Schmitti me conduziram à observação daquele espaço para entender o movimento de luta da comunidade quilombola por seus direitos e por sua identidade a partir do contexto histórico, político e cultural. Um lugar que carrega em sua essência a luta e resistência de homens e mulheres que buscam no quilombo possibilidades de manter física, social e culturalmente a sua ancestralidade africana.

Lindoso (2007, p. 79), ressalta que “a condição de quilombola nem todos negros escravos a têm. Ela surge de uma série de atos sociais sucessivos antecedentes [...] a maneira como o escravo fugitivo transforma sua fuga em um ato social global, que envolve toda sua vida [...]. Todas essas condições foram verificadas para que a comunidade quilombola do Oiteiro fosse certificada, conforme será apresentado adiante.”

O Boletim Informativo do NUER - Núcleo de Estudos sobre Identidade e Relações Interétnicas (2005, p.21), aborda que de modo concomitante têm-se tornado complexas as modalidades de classificação dos territórios quilombolas, exigindo novos tipos de cadastramento e uma redefinição estrito senso da noção de imóvel rural. Bem ilustra isto a Portaria n.06 de 1º. d março de 2004 da Fundação Cultural Palmares, que instituiu o Cadastro Geral de Remanescentes das Comunidades de Quilombos da FCP nomeando-as de "terras de preto", "mocambos", "comunidades negras" e "quilombos". Nesse contexto de nomeação, tem-se o Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003, Art. 2º, que traz conceitos de comunidades quilombolas a partir de características específicas consideradas para as finalidades de decreto:

Consideram-se remanescentes das comunidades dos quilombos, para os fins deste Decreto, os grupos étnico-raciais, segundo critérios de autoatribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida.

§1º Para os fins deste Decreto, a caracterização dos remanescentes das comunidades dos quilombos será atestada mediante autodefinição da própria comunidade.

§2º São terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos as utilizadas para a garantia de sua reprodução física, social, econômica e cultural (Brasil, 2003).

Ante o exposto, nota-se que há um conjunto de características utilizado para decretar

uma comunidade como remanescente quilombola e que os fundamentos de autodefinição, precisam ser vistos como uma forma autêntica de pertencimento. Contribuindo para a compreensão dos conceitos, na intenção de entender de forma mais profunda o território do Oiteiro destaca-se aqui Arruti (2008):

O conceito contemporâneo de quilombo efetivamente deu tradução legal a uma demanda coletiva pela pluralização dos direitos, sustentado na observação da diversidade histórica, étnica e cultural da população compreendida pelos limites territoriais do Estado brasileiro. Entretanto, a necessidade de atrelar tal reconhecimento a um ato de nomeação do Estado, levou também a converter aquela pluralização inicial em um processo de fixação e cristalização de novas identidades – não só administrativas e legais, mas também políticas e étnicas. Quilombola: é o negro fugido acoitado em quilombo” e tem como origem etimológica um “radical banto africano que recebeu um sufixo verbal (ora) próprio da língua tupi, formando o híbrido quilombola, ou mais exatamente, a palavra canhembora, derivada do étimo banto quilombo e que tomou as formas conhecidas calhambola e quilhombola (p. 26).

Corroborando com esses conceitos, e especificando o período em que as comunidades quilombolas se formaram em terras brasileiras, Jurandir de Souza, antropólogo vinculado ao Museu Paranaense, traz informações precisas para que se compreenda de forma mais profunda o processo de construção dos quilombos e os aspectos que os caracterizam.

Até cem anos após a assinatura da Lei Áurea que libertou os escravizados no Brasil, os quilombos eram considerados locais com grandes concentrações de negros que se rebelaram contra o regime colonial. Com a Constituição Federal de 1988, o termo “quilombo” teve seu conceito ampliado de modo que na atualidade é considerado toda área ocupada por comunidades remanescentes dos antigos quilombo (Souza, 2012, p. 2).

Quando ainda estava no meu processo de escolarização, iniciando o ensino fundamental e sem conhecimentos sobre quilombos, eu imaginava a construção desses lugares como território formado por grupos de negros que fugiram da escravidão, de um determinado lugar se ajuntaram em outro - onde havia mata fechada, e ali formaram seu esconderijo, e mais tarde se transformara em comunidade. Também pensava que as comunidades quilombolas eram habitadas apenas por negros e que não haviam quilombos urbanos, só a partir do despertar para esse estudo e da vivência nessa comunidade foi possível adquirir novas concepções.

Nesta dissertação, busquei também aspectos da cultura e religiosidade afro brasileira atentando para o fato de que dentro dos quilombos, as religiões com influência afro se

apresentam como um traço importante da identidade cultural. Na investigação dessas religiões na comunidade remanescente quilombola do Oiteiro, nem sempre consegui desvendar com precisão, o significado dos terreiros dos eventos e rituais realizados por meio das explicações daqueles que são zeladores de santo. Dessa forma, foram as leituras realizadas de teóricos especializados no assunto, que me trouxeram esclarecimentos mais profundos. Entre estes destaco Luiz Antônio Simas que em seu livro “Ciência encantada das Macumbas”, que trata do significado de “macumba” – um dos termos mais utilizados pela comunidade penedense para expressar a religião de influência africana. Em relação a denominação desse termo, o autor traz importantes explicações:

A expressão macumba vem muito provavelmente do quicongo kumbá:feiticeiro (o prefixo “ma”, no quicongo, forma o plural). Kumba também designa os encantadores das palavras, poetas. Macumba seria, então, aterrados poetas do feiticeiro; os encantadores d corpos e palavras que podem fustigar e atazanar a razão intransigente e propor maneiras plurais de reexistência pela radicalidade do encanto, em meio às doenças geradas pela retidão castradora do mundo como experiências singular de morte (Simas, 1967, p.4).

Sobre a invenção do terreiro, Simas (1967) traz importante contribuição contextualizando a diáspora africana⁴ seu traslado para os seres humanos no contexto do chamado Novo Mundo através do investimento do colonialismo em migrações forçadas. Então, sobre isso e a invenção do terreiro ressalta:

Os terreiros, as esquinas, as rodas, os barracões são expressões do caráter inventivo e das sabedorias das populações afetadas pela experiência da dispersão e do não retorno. Na perspectiva da epistemologia das macumbas, a noção de terreiro configura-se como tempo/espço onde o saber é praticado. Assim, todo espaço em que se risca o ritual é terreiro firmado. Neste sentido, esta noção alarga-se, não se fixando apenas nos referenciais Citados no que de compreende como contextos religiosos. A ideia aqui defendida aponta para uma multiplicidade de práticas, saberes e relações tempo/espaciais (Simas, 1967, p. 42).

Quando se trata do Candomblé, as leituras do livro “O Candomblé da Bahia: rito Nagô” de

⁴Movimentos dos povos africanos e afro-descendentes no interior do continente negro ou fora dele. A diáspora traz em si a idéia do deslocamento que pode ser forçado como na condição de escravo, resultado de guerras, perseguições políticas, religiosas ou desastres naturais. (Santos, JÁ. Diáspora africana: paraíso perdido ou terra prometida. In: Macedo, JR., org. Desvendando a história da África [online]. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008. Diversidades series, pp. 181-194. ISBN 978- 85-386-0383-2. Available from: doi: 10.7476/9788538603832. Also available in ePUB from: <http://books.scielo.org/id/yf4cf/epub/macedo-9788538603832.epub>).

Roger Bastide me ajudaram a entender o que é essa religião, sua origem, significado e os rituais que fazem parte da sua estrutura funcional, além da identificação daqueles que ele considera como os mais puros: Nagô, Quêto e Ijêxa.

Sobre a penetração no mundodos camblés, o autor descreve:

A penetração no mundo dos Candomblés se opera por meio de uma série de iniciações progressivas, de cerimônias especializadas, abertas àqueles que são chamados pelos deuses, qualquer que seja sua origem étnica, e é à medida que se vai penetrando no interior do santuário que os mistérios vão sendo aprendidos (Bastide, 1961, p. 13).

No contexto do Candomblé, Bastide (2026) apresenta o termo Nagô ou Anagô como uma designação atribuída a negros escravizados que falavam iorubá e eram vendidos na antiga Costa dos Escravos. Os negros malês que viveram em Penedo no século XIX também utilizavam essa língua. Corroborando esses conceitos, Renato Ortiz destaca que:

O candomblé é a conservação da memória coletiva africana no solo brasileiro. É claro que não devemos conceber o candomblé em termos de pureza africana; na verdade ele é um produto afro-brasileiro resultado da bricolagem desta memória coletiva, sobre matéria nacional brasileira que a história ofereceu aos negros escravos. Entretanto, pode-se afirmar que para o candomblé a África continua sendo fonte privilegiada do sagrado, o cultos dos deuses negros se opõem a uma sociedade brasileira branca ou embranquecida (Ortiz, 1999, p.16).

Então, a partir dessa afirmação, compreende-se com mais clareza o significado do candomblé enquanto religião afro – brasileira no sentido de perpetuar a ancestralidade africana por meio dos rituais realizados em cerimônias que homenageiam as divindades desafiando a branquitude racista.

Além de Bastide (2026), também foi possível contar com a importante contribuição de Beatriz Gois Dantas através de sua obra “Vovó Nagô e Papai Branco”. Em um dos trechos desse texto, a autora enfatiza a presença de intervenções para contestar a intolerância religiosa vivenciada pela religião africana.

Ao transformar a pureza nagô, categoria nativa utilizada pelos terreiros para marcar suas diferenças e rivalidades, em categoria analítica, os antropólogos (através da construção do modelo nagô) contribuíram para a cristalização de conteúdos culturais que passam a ser tomados como expressão máxima de africanidade (Dantas, 1988, p. 242, 243).

A partir do exposto, percebe-se que Dantas (1988), aborda a importância dos

antropólogos, bem como os cientistas que se dedicaram a essa construção do modelo nagô no sentido de proteger daqueles que os perseguiam pelo fato de não aceitar seus espaços decultos e rituais. Estes defensores buscavam formas de apresentar o candomblé como uma religião legítima da África e conquistar a aceitação da sociedade brasileira também defendendo a liberdade religiosa.

A umbanda também faz parte da conjuntura religiosa⁵ pertencente à África e surge no Brasil entre o final do século XIX e o início do século XX, período em que a sociedade passa por transformações sobre as relações de poder. Esta religião aparece como representação de uma nova visão para as classes sociais excluídas e perseguidas pelo catolicismo. Diante disso, Renato Ortiz em seu livro “A morte branca do feiticeiro negro: umbanda e sociedade brasileira” afirma:

Constataremos assim que o nascimento da religião umbandista coincide justamente com a consolidação de uma sociedade urbano-industrial e de classes. A um movimento de transformação social corresponde um movimento de mudança cultural, isto é, as crenças e práticas afro-brasileiras se modificam, tomando um novo significado dentro do conjunto da sociedade global brasileira. Nesta dialética entre social e cultural, observaremos que o social desempenha um papel determinante (Ortiz, 1999, p. 15).

Analisando o contexto histórico, percebe-se que o período correspondente ao surgimento da umbanda foi permeado de muitas mudanças sociais, as quais permitiram a aproximação de pessoas da religião Católica com rituais dos cultos relacionados ao sincretismo. Entre estas mudanças pode-se destacar a abolição da escravatura, a Proclamação da República e o início da integração dos negros na sociedade.

No que se refere às categorias investigadas e refletidas neste trabalho, sobretudo na comunidade remanescente quilombola do Oiteiro – local da etnografia, é salutar tecer aqui alguns conceitos acerca de memórias, identidade, remanescente quilombola, demarcação territorial e problemas de identidade expostos por pesquisadores que contribuíram para o desenvolvimento dos conceitos.

No capítulo III dessa dissertação, priorizou-se um tópico com abordagens das memórias do povo quilombola da comunidade do Oiteiro, dessa forma, busquei as contribuições da antropóloga Ecléa Bosi, uma vez que essa autora faz uma crítica a sociedade capitalista no que se refere a destruição das memórias e ao mesmo tempo, faz uma

⁵Refere-se ao contexto social, histórico e cultural que influencia e molda práticas e crenças religiosas em determinado período e local.

contextualização nos tempos antigos:

A memória das sociedades antigas se apoiava na estabilidade espacial e na confiança em que os seres de nossa convivência não se perderiam, não se afastariam. Constituíam-se valores ligados à práxis coletiva como a vizinhança versus mobilidade), a família larga, extensa iversus ilhamento da família restrita), apego a certas coisas, a certos objetos biográficos (versus objeto de consumo). Eis aí, alguns arrimos em que a memória se apoiava (Bosi, 1979, p.8).

Essa afirmação nos remete aos relatos dos interlocutores da Comunidade Remanescente Quilombola do Oiteiro, quando afirmam que nos dias atuais as memórias daquele lugar estão se perdendo e que há uma luta constante para que os povos mais novos cultivem as tradições antigas, já que estes estão “vestidos de modernidade”. No entanto, a modernidade nesse sentido não seria uma alavanca para o apagamento das memórias, pois elas podem ser preservadas acompanhando o processo de evolução social.

Nesse processo de evolução social, pontuamos a representação da educação na comunidade remanescente quilombola do Oiteiro utilizando a universidade como parceira para auxiliar na produção dos saberes. Então, o livro “Panorama Quilombola” do Antropólogo José Maurício Arruti, trouxe importante contribuição para orientar esse aspecto, já que segundo o autor, “[...] com o Panorama Quilombola temos a oportunidade de aquilombar a universidade, a vida e o pensamento, ampliando nossas percepções em torno do que podem vir a serem as práticas de educação, de criação e de produção de conhecimento[...]

 (Arruti, 2022, p. 11). A partir dessa contribuição, é possível pensar em ações que podem ser realizadas em forma de parceria para incentivar o processo cultural da ancestralidade africana.

CAPÍTULO I

1 RECORTES DA HISTORICIDADE DE PENEDO/ALAGOAS

Nesse capítulo destinado a apresentação de um recorte da historicidade de Penedo, busquei memórias fundamentadas em descrições e observações realizadas por alguns autores de livros e trabalhos construídos antes dessa pesquisa. Também coletei, relatos de pessoas que pesquisaram aspectos da história, e ainda, outras pessoas que guardam memórias vivenciadas pelos seus familiares de gerações antigas, pois, “A memória é a reserva que se dispõe da totalidade de nossas experiências” (Bosi, 1979. p. 13).

Além disso, procurei informações contidas em museus da cidade como a Casa do Penedo. Porém, antes de adentrar nesse recorte da historicidade negra em Penedo, é importante o conhecimento sobre a construção desse território que evidencia um percurso costurado por acontecimentos importantes. Nesse sentido, construí um breve histórico da cidade, desde a sua fundação, enveredando pela atuação dos negros em seu processo de colonização. O texto desse capítulo foi bem resumido, servindo apenas para que os leitores possam se situar em relação ao território onde está inserido o objeto da pesquisa etnográfica.

1.1 Início do povoamento do território penedense – 1600-1615

Nesta seção são enfatizados aspectos da fundação do Penedo como uma forma de conhecer a época em que surgiu o município onde está inserida a comunidade remanescente quilombola do Oiteiro, meu objeto de estudo. O cientista social alagoano Manoel Diegues Júnior, em seu livro “O bangüê nas Alagoas” aborda sobre objetivos do povoamento de Penedo:

Enquanto na região norte - a de Porto Calvo - e na região central - a das lagoas: Alagoa do Norte e Alagoa do Sul - o povoamento se processou através da fundação de engenhos de açúcar, já o do Penedo tem origens bem diferentes. Seu fundamento se baseia na defesa do sul da capitania de Duarte Coelho. Foi-lhe dado o feito de arraial fortificado: era o ponto mais distanciado da sede da capitania, e também o limite desta. Daí a necessidade de constituir-lo núcleo de defesa do extremo sul, preservando colonos mais expostos, ali que em outras partes (Diégués Júnior, 1980, p.73).

Essa abordagem foi muito importante, pois, as leituras que havia realizado anteriormente, não me trouxeram essa informação sobre os interesses de povoar aquele

território que hoje se chama Penedo. Compreende-se, a partir desta abordagem, que a necessidade de proteger os colonos estaria atrelada ao desejo de expandir a colonização em busca do crescimento econômico.

Quando se trata da fundação de Penedo, especificando sobre as datas, esse aspecto requer estudo e cautela na análise dos fatos, pois, existem controvérsias acerca do seu processo de criação. Diante disso, Francisco Reinaldo Amorim de Barros (2005), escreveu no ABC das Alagoas algo que expressa essa a situação de dualidade datas.

Relativamente à data da fundação, os dados são contraditórios, sem apoio em documento que a elucide. Assim, as épocas apresentadas para o início do povoado ficam entre 1522 a 1560. Abelardo Duarte em trabalho, sobre o assunto, se reporta a todos estes estudos e conclui: “tudo indica que a fundação de Penedo se deu em 1535” (Barros, 2005, p.389).

Sendo assim, existindo essas duas versões para a origem do município de Penedo, não é possível descrever com precisão acerca desse acontecimento. Uma vez que não se pode fugir dos escritos já existentes, continua-se com esses dois achados, apenas discutindo sobre os fatos ocorridos na época. Cabe aqui destacar também as contribuições do historiador penedense Josué Marques, em seu livro “Penedo, cidade da gente”, no qual escreveu uma ordem cronológica da história de Penedo, elencando algumas datas importantes dentro de um tempo histórico que trata da criação desse território, acontecimentos e nomes dados a esta cidade.

1510 – Data polêmica do início da povoação que viria a ser Vila do Penedo do São Francisco é que já teria sido visitada por franceses que exploraram o pau-brasil; 1534 – Duarte Coelho Pereira reconhece a doação da Capitania de Pernambuco e em vista aos seus domínios, encontra a Povoação; 1560 – O novo donatário da Capitania de Pernambuco Duarte Coelho Pereira de Albuquerque, filho de Duarte Coelho Pereira, reconhece a Povoação; 1600-1615 – Nesse período Penedo já era Curato com um templo que servia de Matriz e cujo Padroeiro era Santo Antônio; 12 de abril de 1636 – A Povoação é elevada a categoria de Vila, recebendo o nome de Vila do Penedo do São Francisco; 27 de março de 1637 – Murício de Nassau, príncipe holandês, invade a Vila do Penedo do São Francisco, constrói o Forte Maurício de Nassau e a Vila passa a chamar-se Maurícia (Marques, 2023, p.23).

Esse arcabouço histórico, mesmo ainda enfatizando a polêmica da origem deste lugar, traz eventos importantes para a compreensão alargada do processo de evolução da cidade que hoje chamamos de Penedo. Em uma conversa com o autor do livro citado, o mesmo falou:

A história desse Penedo é muito rica, nela se encontra fatos que precisamos nos debruçar com muito afinco para que sejam compreendidos. Eu já estudei muito sobre ela e ainda tenho muito a aprender, porém, sobre essas datas de fundação não há o que estudar, pois não se encontra autores que as revele com precisão, seguimos com aquilo que vem sendo escrito ao longo dos tempos (Josué Marques - Bili Marques, 2023).

Aquele lugar que hoje chamamos de Penedo é historicamente considerado uma das três primeiras cidades históricas do estado de Alagoas e respira narrativas importantes por todos os seus cantos. Seu primeiro núcleo de povoamento surgiu no século XVI em cima de um rochedo. Por isso a origem do nome.

Figura1–Rocheirade Penedo –Alagoas



Fonte:PMP(2006)

A existência de um sítio alto marcava um local que reunia várias das características procuradas pelos portugueses ao fundar uma povoação. Elevada em relação ao seu entorno, permitia não apenas a visualização dos arredores, mas também constituir-se num local mais defensável. No caso de Penedo, tratava-se da primeira elevação da margem direita esquerda do rio, este por sua vez, muito utilizado para a travessia da capitania de Pernambuco para a Bahia. Além disso, a base da rocha oferecia um porto para receber embarcações (Silva; Muniz, 2016, p. 126).

Barros(2005,p.388),assinalaqueaorigemdacidadedePenedoépolêmica.Algunshistoriadores afirmam ter sido seu criador Duarte Coelho Pereira, primeiro donatário da Capitania de Pernambuco, em viagem de reconhecimento de seus domínios. Já Barros (2005) enfatiza que foi Duarte Coelho de Albuquerque, segundo donatário. Na percepção deste historiador, o processo de conquista e colonização de Penedo, teve início com o segundo donatário da

Capitania, no ano de 1560, ao findar o mandato de sua mãe, Dona Brites Duarte Coelho de Albuquerque.

O processo de colonização promoveu o crescimento populacional daquele território denominado povoado e crescendo geograficamente, não poderia permanecer na condição de povoado, então, ganhou conotação de vila. “Em fins do século XVII, a vila começou a ser denominado de Penedo do Rio São Francisco, mais tarde simplesmente Penedo, em razão do grande rochedo sobre o qual se assenta” (Barros, 2005, p.389). Complementando essa informação, encontrei em fontes do IBGE publicada na Secretaria da Cultura e Economia Criativa que Penedo foi elevado à condição de cidade com a denominação de Penedo, pela Lei Provincial nº 3, de 18 de abril de 1842.

1.2 Penedo na categoria de Vila –1636

Penedo teve um período de aproximadamente 75 anos até ser elevado à condição de vila. Na condição de vila, Penedo viveu a experiência da invasão dos povos holandeses. Já que o objetivo era ocupar todo o chão nordestino, os holandeses também se instalaram nesse território conforme se encontra no mapa das cidades históricas: “O domínio holandês que se alastrou pelo Nordeste, chegou a Vila em 1637” (Alagoas, 2009).

No ato de ocupação do território do Penedo pelos os holandeses, Maurício de Nassau construiu um forte como estratégia de dominação e enfrentamento aos portugueses e lhe deu o seu nome “Forte Maurício de Nassau”⁶. De acordo com Silva e Muniz (2016, p. 127), “[...] a partir desse momento a Vila São Francisco se tornou um ponto estratégico de defesa do Brasil Holandês - como ficou chamada a área ocupada pelos invasores[...]”. Autores dão conta de que o Forte Maurício de Nassau chegou a ser ocupado por 1.600 soldados. O período de ocupação pelos holandeses durou 8 anos e nesse período, o território foi chamado de “Maurícia”. A luta para expulsar esse povo do território do Penedo foi intensa. Sobre o evento da expulsão dos holandeses, encontra-se no Mapeamento Cultural das Cidades Históricas:

Esse intento só foi conquistado em 1645, com a destruição do Forte Maurício de Nassau lá instalado. Por sua vez, os holandeses, antes de fugirem, queimaram os arquivos da igreja e da câmara. Dessa forma, a recomposição da memória histórica da cidade foi duplamente prejudicada: perdeu-se a

⁶Construído pelo governador holandês Maurício de Nassau em 1637, quando os holandeses invadiram o povoado de Penedo por causa da sua localização estratégica na foz do rio São Francisco. Situava-se na altura da vila do Penedo e se destinava a interromper as comunicações e suprimentos de gado inimigos, por terra, para a Bahia. O forte era também o ponto de apoio usado pelo exército de Nassau para as conquistas nos sertões do São Francisco e, principalmente, para executar a invasão a Sergipe.

edificação do forte e a documentação religiosa e pública da Vila (Alagoas, 2009, p. 36-37).

Acredita-se que essa queima dos arquivos, se deve ao fato de que Maurício de Nassau pretendia apagar a história e recomeçar da sua forma, já que suas percepções política e religiosa tinham características diferenciadas daquelas já construídas nesse território até aquele momento.

1.3 A vila se transforma em cidade-1842

De acordo com o Mapeamento Cultural das Cidades Históricas de Alagoas realizado em 2009, em 1842 a partir da posição geográfica que desfrutava às margens do rio São Francisco, Penedo conheceu um desenvolvimento acelerado a partir do século XVIII e foi elevado à condição de cidade quando já conhecia as benesses do desenvolvimento econômico e cultural que a destacou como importante polo no país. Nessa época tornou-se o maior centro intermediário entre as cidades ribeirinhas e os grandes empórios comerciais, graças à navegação fluvial (Alagoas, 2009, p. 36).

No tocante à organização social de Penedo, Mero (2018), descreve que no início do processo de colonização, século XIX, surgida e logo crescente, era constituída de cinco categorias:

- a) Os senhores de engenho, que em geral provenientes da média ou da pequena nobreza, trazidos a nova terra em busca da construção de patrimônios e da acumulação de riquezas, muitos deles porque deserdados em razão das *instituições vinculares*, especialmente a do morgadio, este que, favorecendo os filhos primogênitos em detrimento dos seus irmãos, em diversos casos a estes últimos condenou à pobreza ou até à miséria;
- b) Os lavradores e os pecuaristas: os primeiros em especial dedicados aos cultivos da cana-de-açúcar e do tabaco; os últimos afeitos às criações de gado, com patrimônios que lhes permitiam, inclusive adquirir e manter escravos;
- c) Os mercadores, notadamente os que se aplicavam em atividades de importação da mão-de-obra escrava do continente africano e de víveres e produtos manufaturados da metrópole, bem como de exportação de açúcar, pau-brasil e tabaco; entre eles sobressaíam-se os chamados cristãos-novos, que eram judeus ou muçulmanos convertidos ao cristianismo.

- d) Os operários, divididos em duas categorias: (1) os artífices, reunindo os tecelões, os barbeiros, os serralheiros, os alfaiates, os ferreiros, os marceneiros, os carpinteiros e outros mais; (2) os assalariados, compreendendo os mestres do açúcar, os feitores, os caixeiros etc., funções vinculadas às atividades econômicas que, na época incluíam-se entre as mais expressivas.
- e) Os escravos, que embora seres humanos odiosamente oprimidos e até coisificados, tiveram relevante contribuição para a evolução material da comunidade, como valiosa mão-de-obra nas atividades domésticas e no campo, sem falar na fortuna cultural que viriam a enraizar em terras brasileiras (Mero, 2018, p. 48).

Todos esses aspectos definem o início da edificação daquele lugar, que se formou a partir de interesses em conquistar essas terras, dominar o território e expandir a riqueza daqueles que já haviam se apoderado de outros territórios importantes nas terras brasileiras – os donatários das capitanias. Penedo também contava com um aspecto de grande relevância: o rio São Francisco, que, além de servir para navegação e pesca, também se apresentava como uma abertura para momentos de fuga de escravos que se dirigiam para quilombos constituídos na costa, nos sertões.

CAPÍTULO II

2 PESCANDO MEMÓRIAS DA HISTORICIDADE NEGRA NO TERRITÓRIO DE PENEDO-ALAGOAS

Instigada pelo desejo de descobrir a trajetória dos negros que fizeram e fazem parte da história de Penedo, aprofundar o conhecimento e ampliar a divulgação da importância da desse povo que marca fortemente a história desse solo, nesse capítulo abordo memórias dos povos negros do território penedense, destacando as suas vivências, sua cultura, tradições heranças, valores, religião.

A trajetória do negro em Alagoas foi fortemente marcada por muita dor, humilhação e luta. O belo recorte da luta de Zumbi e seus companheiros no Quilombo dos Palmares, situado na Serra da Barriga em União dos Palmares – Alagoas, não encerrou a história de resistência que acompanhou a saga negra em todo período colonial, imperial e republicano.

Essa trajetória também foi vivenciada no território de Penedo. Dessa forma, ela só pode ser compreendida se conhecermos a maneira pela qual a sociedade daquele lugar estabeleceu suas relações com a população negra nos diferentes aspectos. Sendo assim, a marca mais forte deste capítulo está na apresentação das marcas encontradas no limiar da escravização dos negros que viveram ali como cativos.

Sobre a década de 1800, a autora Luana Teixeira traz informações precisas para visualizar a realidade da escravidão a partir da representação de dados coletados acerca do processo de comercialização dos negros no território do Penedo naquela década, período de colonização. Esses dados permitem a reflexão sobre a trajetória dessa categoria humana em um passado escravista.

2.1 O tráfico de escravos em terras do Penedo-anos 1800

No período correspondente a escravidão no Brasil Penedo foi uma dos lugares que se destacou no tráfico de escravos. Porém, não há muitos registros escritos desse tempo de sofrimento e mortificação para os negros.

Acerca desse aspecto historiográfico, Luana Teixeira (2016, p. 137), assevera que “[...] em julho de 1852, o Patacho Minerva⁷ chegou ao Rio de Janeiro proveniente da Bahia levando

⁷Barco a vela de dois mastros, tendo na proa uma vela redonda e na popa uma do tipo latina. Começou a ser utilizado no final do século XVI. Com deslocamento variando entre 40 e 100 toneladas, o barco era utilizado para transporte de cargas e reconhecimento.

58 cativos. Destes, 27 iam do Porto do Penedo, tendo sido transferidos ao Minerva em Salvador [...]”.

A autora continua sua descrição enfatizando que a procedência dos escravos que chegaram ao Rio de Janeiro naquele inverno e que iniciaram sua viagem atlântica pelo porto fluvial em relação a residência e quantidade comprova-se por meio da tabela seguinte:

Tabela1-Escravosabordo doPatacho Minerva embarcados em Penedo (1852).

RESIDÊNCIA DO SENHOR	QUANTIDADE DE ESCRAVOS
Alagoas – Penedo	(8)
Outras localidades	(2)
Pernambuco	9
Sergipe	3
Bahia	2
Localidades não identificadas	3
Total	27

Fonte:(Teixeira,2016).

Analisando os dados, percebe-se que havia diferença na quantidade de escravos de Penedo em relação às demais localidades. Isso evidencia a vasta presença dessa mão-de-obra no Penedo. Por isso, a literatura existente sobre esse aspecto inclui esse lugar nos maiores centros de comercialização de escravos do estado de Alagoas no tempo da escravidão. A seguir, dados que evidencia de formaprecisao processo danegociação dos escravos enquanto mercadorias através da visibilidade de taxas de pagamento.

Tabela 2 - Pagamento da taxa dos escravos das vilas e cidade – Penedo anos fiscais de 1854-1855 e 1855-1856.

ANO FISCAL	PROPRIETÁRIOS	ESCRAVOS	ESCRAVOS POR PROPRIETÁRIO	VALOR DA TAXA (RÉIS)	VALOR ARRECADADO (RÉIS)
1854-1855	177	421	2,4	2.000	842.000 *
1855-1856	186	429	2,3	2.000	858.000

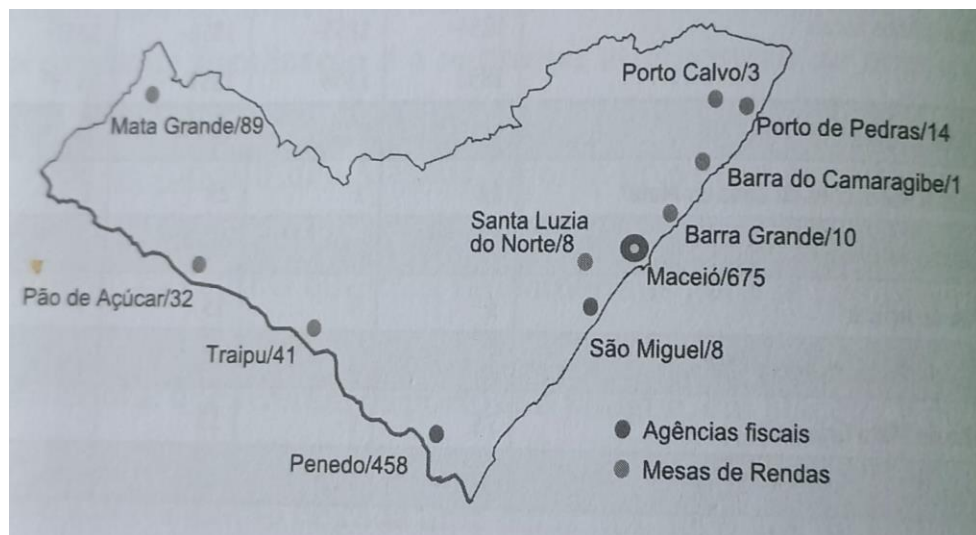
* Na fonte a soma total está calculada em 742 mil réis.

Fonte:(Teixeira,2016,p.135)

Em 1854, o engenheiro Henrique Halfeld esteve em Penedo e calculou que a população total da freguesia chegava a 17.874 almas, sendo que 2.213 delas era escrava (12,82%). No entanto, a freguesia era ampla e ao se deter apenas aos limites da cidade, Halfeld contou haver 1.014 casas e estimou que nelas viviam de 8.500 a 9.000 habitantes. Colocando lado a lado os dados do engenheiro e da tabela acima, percebe-se que a população escrava na área central do Penedo não chegaria a 5% do total. O que não é de se estranhar, visto que o próprio administrador da Mesa de Rendas afirmou que acobrança da taxa era bastante restritiva, recaía apenas sobre aqueles escravos que efetivamente residissem na área central da cidade. Muitos outros viviam nos arrabaldes e costumavam frequentá-la (Teixeira, 2016, p.135).

Ainda nos anos de 1800, a autora traz um recorte interessante para confirmar os negócios da escravidão em Alagoas tratando da exportação por região conforme o mapa seguinte evidenciando esse procedimento desumanizado, nele visualiza-se Penedo com dados expressivos daquela exportação, configurando esse território como um dos lugares alagoanos que mais se envolveu no lucro do tráfico humano.

Figura 2 –Alagoas: exportação de escravos por região fiscalizadora, 1854-1858



Fonte: Teixeira (2017, p.36)

Ante o exposto, vê-se que Penedo apresenta um número elevado comparado as demais localidades alagoanas. Das dez cidades destacadas no mapa, apenas Maceió traz maior quantidade de escravos exportados. Isso significa que havia altas taxas de lucros com a comercialização dos escravos.

Ainda sobre dados de exportação de escravos que comprovam o alto índice em Penedo, foram encontrados, mesmo em pequena quantidade, vestígios desse tráfico que evidenciam esse município como um polo de grande potencialidade para a comercialização. Diante disso, refletir-se o processo de evolução do território penedense a partir da

exportação de escravos como fonte de economia.

Tabela3-Alagoas:exportaçãodeescravospor municípios alagoanos – 1854 a 1858

ALAGOAS: EXPORTAÇÃO DE ESCRAVOS POR MUNICÍPIO				
Lugares da exportação	1854/55	1855/56	1856/57	1857/58
M a c e i ó	155	136	367	17
P e n e d o	85	73	299	71
Santa Luzia do Norte	7	—	1	—
São Miguel dos Campos ...	5	—	3	—
Pão de Açúcar	3	5	15	9
Pôrto da Fôlha	2	6	33	—
Pôrto de Pedras	—	1	11	2
Mata Grande	—	1	13	—
Barra Grande	—	—	10	—
Pôrto Calvo	—	—	3	—
Passo de Camaragibe	—	—	1	—
	257	222	686	99

Fonte:(Santana,1970,p.148).

Quando trata da quantidade de produção nos engenhos associando ao número de escravos no ano de 1856, Moacir Medeiros de Santana assim descreve:

No mesmo ano de 1866 os 7 engenhos moentes de Penedo, que safrejaram 7.800 arrobas de açúcar, possuíam **159 escravos**, o que dava a média de **49 arrobas** por escravo, provavelmente não pelo fato de a mão-de-obra ser distraída no plantio da mandioca e do milho, pois isso também os outros faziam, mas sim por se dedicarem alguns ao cultivo do algodão, como os engenhos Pescoço, Gameleira e Sobrado, que naquele ano colheram **6.700 arrobas**, quase que o equivalente à safra de açúcar do distrito, e com a particularidade de as duas primeiras fábricas haverem produzido mais algodão do que açúcar. Dos referidos engenhos penedenses o que mais produziu foi o Saco que, possuindo **20 escravos**, **safrejou 2.400** arrobas de açúcar, numa média de 120 arrobas por escravo. O de menor expressão foi o Pindoba, que apesar dos seus 30 escravos fabricou somente 600 arrobas de açúcar, correspondente a 20 arrobas por escravo (Santana, 1970, p. 152) (Grifo meu).

Esse contexto confirma com clareza que o trabalho realizado pelos negros escravizados nos engenhos visava apenas o lucro, sem se preocupar com a condição desumanizada de quem estavam lá a produzir. O trabalho além de requerer grande esforço físico, era feito sob péssimas condições com jornadas de trabalho fatigante e ainda havia os castigos. Então, se a liberdade é a condição dos seres humanos, lamenta-se tal forma de tratamento aos negros lhes “descaracterizando” da condição humana.

Exportar um cativo envolvia inúmeros custos. A começar pelo frete ou passagem e imposto de exportação, que somados, chegavam a 180 milréis. Outras despesas eram necessárias para alimentar e alojar o escravo até que ele fosse vendido. Note-se o custo com roupas anotados pelo negociante: não apenas era preciso vestir o cativo, como devia haver uma boa apresentação. Os pés continuavam descalços, mas as roupas dos escravos eram descentes. (Teixeira, 2017, p.98-99).

Analisando essa exposição, percebe-se que os custos com as roupas para apresentar bem o escravo no processo de exportação estava além dos seus sofrimentos espirituais e físicos. Nessa condição, os negros precisavam de boa aparência para ser comercializados a custos mais altos, então, seus donos não hesitavam em investir nas suas vestimentas. A autora esclarece de forma mais pontual o que ocorria no ato da exportação de escravos.

Referindo-se ao rio São Francisco, como um importante caminho para o tráfico de escravos, é possível evidenciar a abertura do porto do Penedo como um acontecimento histórico que favoreceu a comercialização de escravos. Essa abertura ocorreu por meio do Decreto nº 3.749, de dezembro de 1866 que assim declarava:

No intuito de promover o engrandecimento do Império, facilitando cada vez mais as suas relações internacionais, e animando a navegação e o comércio do rio Amazonas e seus afluentes, dos rios Tocantins e S. Francisco, ouvidor Meu Conselho de Estado, Hei por bem Decretar o seguinte:

Art. 1º Ficará aberta, desde o dia 7 de Setembro de 1867, aos navios mercantes de todas as nações, a navegação do rio Amazonas até a fronteira do Brasil, do rio Tocantins até Cametá, do Tapajós até Santarém, do Madeira até Borba, e do rio Negro até Manaus.

Art. 2º Na mesma data fixada no art. 1º ficará igualmente aberta a navegação do rio S. Francisco até a Cidade do Penedo (Brasil, 1866).

Essa abertura promoveu, a liberdade econômica para esse território que agora já poderia se aproximar de outros povos com maior circulação de ideias e debates, mas também facilitou o processo de negociação para compra e venda de escravos. O que marca fortemente uma época de sofrimento, e tortura para o povo negro. Luana Teixeira em seu texto “O negócio de cativos no São Francisco”, aborda que Penedo vivenciou o comércio interprovincial de escravos de maneira tão intensa quanto a capital. Assim como em Maceió, no São Francisco a exportação de escravos era um negócio operante antes de 1950” (Teixeira, 2017, p.109).

De acordo com Teixeira (2017, p. 128), na década de 1870, parecia não existir atividade comercial em Penedo que não envolvesse a exportação de cativos. Um anúncio de

1879 exemplifica-o:

Manoel Rolemberg Martins Soares compra escravos de ambos os sexos;
paga bom preço.
Vende por preço razoáveis barricas de farinha de trigo muito novas de
Trieste e americanas, tendo em depósito grande quantidade.
Vende também tubos homeopáticos do Dr. Mesquita a 500 réis
ARUA7DESETEMBRON.15.(nota da autora).

A autora acrescenta que a banalidade com que se anunciava a compra de escravos surpreende nesses anúncios. Ela aborda a raridade das informações que se pode encontrar sobre tal comércio e liga essa raridade a uma forma de apagamento dessas ações. A intenção seria minimizar as provas da existência de feitos relativos ao tráfico. Assim, a autora descreve.

Uma cidade imperial na década de 1850 seria, sem sombra de dúvidas, uma cidade escrava. Tratando especificamente de Penedo, a autora supracitada destaca que, de fato, Penedo não fugia à regra. Embora haja dados estatísticos para a época demonstrando a relevância da população escrava em seu termo e freguesia, não há na bibliografia notícias sobre os pagadores das taxas dos escravos da cidade e vilas nos anos finais de 1854-1855 e 1855-1856. Este tipo de fonte é rara no contexto da historiografia brasileira. Um dos motivos que explica essa situação deve-se ao fato de tratar-se de listas de escravos, e, por isso, terem sido preferidas para a queima dos documentos da escravidão, cuja execução foi ordenada por Rui Barbosa em 1890 (Teixeira, 2016, p. 132).

De acordo com Teixeira, (2016), este tipo de fonte é rara no contexto da historiografia brasileira. Um dos motivos que explica essa situação deve-se ao fato de tratar-se de listas de escravos, e, por isso, terem sido preferidas para a queima dos documentos da escravidão[...].

2.2 Vestígios dos negros malês no Penedo – anos 1800

Dentre os negros que ajudaram na construção da história de Penedo em tempos de escravidão, destaca-se a categoria dos malês, que, de acordo com os poucos historiadores que traçaram a história deles no território alagoano, foi ali onde houve presença mais forte desses negros de origem muçulmana.

A presença desses negros em Penedo remonta aos anos 1887, encontra-se rememorado por Douglas Apratto Tenório, escritor penedense, em seu livro “Apresença negra em Alagoas - Os malês em Alagoas”. “Negros muçulmanos originários da atual Nigéria escravizados e traficados responsáveis por uma série de revoltas no século XIX com uma

grande concentração em Penedo” (Tenório, 2015, p.35). Outro escritor, Abelardo Duarte, destaca que eles não habitaram de forma significativa outros territórios alagoanos demonstrando através do seu relato:

Do território alagoano, Penedo foi, ao que se sabe, o único ponto onde houve culto mamoeiro metano perfeitamente organizado. Contribuíram certamente para a presença de negros islamizados, em maior escala no território alagoano, especialmente nas vilas das alagoas e do Penedo, a venda e a fuga de escravos negros por ocasião das revoltas religiosas baianas, revoltas que se explicam pela obstinação dos negros islamizados (Duarte, 1958, p.37).

Abelardo Duarte descreve também que os malês destacavam-se dos outros negros da comunidade penedense, por uma espécie de segregação social⁸, e religiosa ou de vida pautada por hábitos de absoluta austeridade, sendo por isso respeitados geralmente:

[...] Esses negros escravos do Penedo (e libertos também) seguiam nas suas práticas religiosas, num ritual todo diferente dos outros. Segundo se dizia esses negros se reuniam, em caráter privado “todas as sextas-feiras para celebrações religiosas” (Duarte, 1958, p. 38).

A partir dos escritos encontrados e dos poucos relatos escutados em Penedo, os negros malês eram diferenciados dos demais tanto pelo fato de serem alfabetizados em árabe e por terem conhecimentos de matemática, quanto pelos rituais religiosos realizados, pois, pertenciam a religião do Islamismo. Sobre estes em solo penedense, destaca-se o seguinte:

Ao que nos consta, unicamente no Penedo as festas dos mortos eram assim celebradas, salientando-se por uma fisionomia distinta e ideal, pelos revestimentos clássicos dos ritos antigos [...] No Penedo, a festa dividia-se em “três partes: o jejum e as rezas; os sacrifícios; os banquetes e as danças. Retirando-se para os sítios afastados, internando-se no intrincamento das matas, trinta ou mais africanos, recolhidos em casa humilde e espaçosa entregavam-se a contemplação mais aturada, às cismas de além-túmulo (Moraes Filho, 1999, p.208).

Ainda neste mesmo contexto, Duarte, (1958, p. 55-56) ressalta que apenas o último momento a festa dos mortos era aberto ao público, quando era servido o arroz de Aussácozido n’água sem sal com molho típico, até as mais raras iguarias da mesa afro-

⁸Sistema pelo qual, a classe alta controla e produz o espaço urbano, de acordo com seus interesses. Assim, “trata-se, portanto, de um caso de efeito do espaço sobre o social. Evidentemente esse espaço produzido é, ele próprio, social. Só o social pode constranger ou condicionar o social”. Negri, 2008, p. 130.

brasileira. Fazia-se o batuque de tambores com danças de requebrado.

Figura 3—Negros malês em Penedo - 1800



Fonte: Duarte (1958)

Nada descrição dessa figura o autor expõe:

Negros muçulmanos (malês) do Penedo, Alagoas. Fotografia tirada em 24 de agosto de 1887 na cidade do Penedo pelo Dr. Carvalho Sobrinho, e cujo original foi oferecido ao autor pelo Dr. Hermílio Freitas Melro, médico e ex interventor federal no Estado de Alagoas (Duarte. 1995, p.42).

O autor expressa ainda que essa fotografia mostra um grupo de vinte (20) africanos, cinco (5) homens e quinze (15) mulheres que usam as rodilhas ou turbantes muçulmanos, panos na costa (espécie de chalé), camisas com cabeção de rendas e amplamente decotadas. No verso da fotografia está escrito apenas o nome do seu autor e a data, além dos dizeres seguintes:

Candomblé: brinquedo dos africanos em Penedo. Evidentemente, não se tratava de um brinquedo como parecia ao autor da fotografia; em absoluto. Nem de “Candomblé” no sentido comum, mas de umas reuniões comemorativas dos Mortos dos Malês. (Duarte, 1958, p.35-36).

Durante as minhas pesquisas na Fundação Casa do Penedo em 2023, encontrei uma pasta com recortes da história dos negros da cidade e nela estava uma página com uma síntese escrita pela pesquisadora penedense Cristina Sanches, sobre a festa dos mortos celebrada pelos negros maleses, embora sem data, percebi que poderia compor esse recorte evidenciando aquela categoria de negros em terras de Penedo:

Nina Rodrigues disse: "é com certeza uma festa muçulmana", uma cerimônia funerária Malê.

A Festa dos Mortos dividia-se em três partes: 1ª) O jejum e as rezas; 2ª) Os sacrifícios; 3ª) Os banquetes e as danças.

Nessas festas, paramentavam-se com a túnica branca, com o gorro, o boné branco dos Malês.

Reuniam-se em locais isolados, nos arredores da cidade. Ninguém ousava se aproximar do local da festa, com receio. Não era permitida a entrada de estranhos, nem mesmo de escravos negros de outra origem ou procedência. Tudo era ladeado de um estranho mistério, cujo ritual passava-se à dentro na calada da noite.

Somente na 3ª) e última parte da festa, era que se permitia a assistência de pessoas estranhas ao culto. Seguia-se o banquete, as danças, os batuques no ritmo dos requebros mulheres negras.

Era servido raras iguarias da culinária afro-negra, o famoso arroz de aussá, cozido n'água sem sal com molho típico.

Esses negros eram olhados como feiticeiros, e os mesmos desconfiavam dos brancos. Não eram negros fugitivos, aquilombados, nem lutavam por liberdade como a maioria dos escravos. Lutavam por uma religião, por uma cultura espiritual maior, por seus valores intelectuais e morais, (arrastados a uma condição de irracionais e escravos).

O escritor e historiador Abelardo Duarte, apresentou comprovada documentação fotográfica de negros muçulmanos na velha cidade de Penedo, em seu livro "Negros Muçulmanos nas Alagoas" (Os Malês), no qual fez esta pequena síntese (Sanches, s.d. apud Casa do Penedo).

No que se refere à identidade e quantidade do malês que habitavam o território de Penedo, aqueles que ainda permaneciam escravos e os que já estavam livres em 1928, encontra-se o seguinte:

No Mapa da população do Termo da Vila do Penedo, com declaração de suas idades, qualidades e seus sexos do ano de 1928, remetido ao Presidente da Província de Alagoas, Manoel Antônio Galvão, pelo Capitão-Mor do Penedo, Manoel Hipólito de Sousa Vieira, havia 4. 468 pretos (livres 2.043 e escravos 2.425 [...]). Desses negros que integravam a população do Termo da vila referida, em 1.828, foram identificados os Aussá, os Fulas e os Mandiga (Duarte, 1958, p. 39).

Nota-se que naquela época, havia em Penedo, grande quantidade de negros pertencentes aos maleses, que confirma a presença desse povo ali. O registro seguinte é um aspecto importante para evidenciar a estadia dos malês em Penedo, bem como as características da sua religiosidade.

Sobre as localidades onde viviam esses negros, Duarte (1958) realça que haviam núcleos de muçulmanos, embora pequenos, na Rocheira e no Barro Vermelho (primeiro bairro de Penedo), que hoje se chama Bairro Santo Antônio. Eles também se espalhavam no chamado

Termo da Vila⁹. Complementando essa informação, em uma conversa com Fábio.

Zacarias Santos, pesquisador e autor do trabalho “Diagnóstico do potencial cultural para o turismo na comunidade ribeirinha Barro Vermelho em Penedo-AL”, informa que esse bairro, tem grande importância para a história afrodescendente em Penedo por ter recebido negros

malês(Santos,2019).Fábriotambémfalousobreocontextonaturalqueenvolveaquelebairroedaexistênciadeumabicadosmalêsnosprimórdiosdahistória.Então,fuiatéláparabuscar esses vestígios e os encontrei conforme as figuras seguintes:

Figura 4-Vista aérea(2023) doBairro SantoAntônio –ondeviveramosnegrosmalêsnos anos 1800



Fonte:aautora(2023)

Visitandoesse bairro, foi possível conversar com alguns moradores antigos a respeito dos negros malês que viveram naquela localidade e confirmar o relato de Santos (2029) descrito anteriormente sobre a nascente e a bica onde eles lavavam suas roupas etomavam banho. Segundo o Mestre de Capoeira Bentinho líder do grupo “Mandingueiro de Penedo” e instrutor de uma oficina de capoeira no Bairro Vermelho,seus antepassados contavam que,os conhecimentos de educação que já possuíam e aforma discreta de viver separados de outros povos – acredita-se que por conta da sua religião,caracterizava os malêscomo diferentes dos demais negros. Assim relata mestre Bentinho:

⁹A questão do território do Termo da vila de Penedo aparece em documento de 2 de outubro de 1749 (AHU — Alagoas, Cx. 2, doc. 25) referente ao protesto dos vereadores penedenses sobre a invasão do seu Termo de parte do ouvidor-geral de Pernambuco e de seu governador. Os vereadores afirmaram que desde o início da vila e dos seus moradores todas as questões referentes à sua jurisdição compreendiam os extremos dos “Campos dos Garanhuns e de Buíque”, próximos ao rio Moxotó, hoje, compreendidos no Estado de Pernambuco. Para confirmar a extensão do Termo da vila de Penedo foi anexado ao processo o documento de posse datado de 15 de dezembro de 1730. A câmara de vereadores tinha definido nas Ordenações do Reino, leis, cartas e decretos, suas atribuições políticas, administrativas e de poder judicial, como o cargo de juiz ordinário. Cada vila instituiu o seu Termo, isto é o território sobre o qual ficava sob a jurisdição da Câmara de Vereadores. Como cada capitania só tinha uma vila, o Termo da mesma confundia-se com o território da capitania. Infelizmente, os historiadores não divulgaram essa demarcação (Ticianeli, 2021). TICIANELI, Articles by. História de Alagoas. Opinião, abril, 2021.

Segundo os povos mais antigos, esses negros eram metidos. E uma coisa interessante é que havia uma nascente aqui no bairro e lá tinha uma bica onde eles lavavam suas roupas e tomavam banho naquela água, dizendo que ela era uma fonte de purificação e que servia também para a pessoa não envelhecer e ficar mais bonita (Bentinho, 2023)

Após ouvir os relatos, fiquei interessada em conhecer o local e, no dia seguinte, retornei ao Barro Vermelho para o local onde havia a “bicados malês”, um local cercado por um muro e uma cabana de lona plástica. A primeira visão me pareceu um simples espaço de lazer precisando apenas de grande reforma. Ao entrar, vi do lado esquerdo uma piscina e do lado direito um ambiente muito bonito. Existe lá uma espécie de lago natural e à beira do lago, muitas árvores com características interessantes. Observando aquele lugar e o cenário que o compõe, é possível identificar um ambiente que guarda memórias, porém, quase que abandonado.

Figura 5 – Vista externa do local da antiga bicados malês – Bairro Vermelho - 2023



Fonte: A autora (2023)

Figura 6 – Local da antiga bicados malês – Bairro Vermelho - 2023



Figura 7 – Local da antiga bicados malês – Bairro Vermelho - 2023



Fonte: A autora (2023)

Importante destacar que, raramente se ouve falar daquele local referenciando a um ambiente onde viveram os negros maleses e que aquele solo guarda essas memórias. Em uma visita a Escola Municipal de Educação Básica Prof. Douglas Apratto Tenório que está situada no bairro Santo Antônio, próximo àquele lugar, perguntei a duas professoras que atuam no Ensino Fundamental -anos iniciais, se saberiam algo sobre a história dos negros malês naquele espaço.

Professora 1 - o povo comenta sobre essa bica e esses negros que viveram aqui, mas não conheço a história, já fui lá tomar banho na piscina, vi que tem um lago ali do lado, mas não sabia bem dessa história (2023)

Professora 2 – Eu já ouvi falar, mas nunca li nada sobre eles, o povo conta que eram negros esquisitos, com uma religião estranha, eu sou católica, não me interessa por essas coisas. E acho que isso não tem muita importância para nossos alunos, porque a maioria são católicos, outros evangélicos (2023)

Isso demonstra a falta de interesse no sentido de preservar aspectos da negritude que construiu a história naquele território. Cabe registrar também, que na cidade de Penedo não há ambientes com representações visíveis dos negros malês para que a população conheça essa ancestralidade e, conseqüentemente, valorize. Pesquisando na Fundação Casa do Penedo composta por uma biblioteca e um museu particular que preserva a história da cidade, o patrimônio artístico e cultural, também faz divulgações de obras e relançamentos, encontrei uma representação artística - quadro fixado na parede com figuras de negros e a seguinte descrição:

“Ogum menino é de Malê Nu-ê, Nu-ê
Ogum menino é de Malê Nu-ê e rê-rê-rê!
(Museu Casa do Penedo, 2023)

Porém, não há nenhuma descrição da cena que essa arte representa, além disso, a atendente também não soube explicar o significado do quadro, só informou que seria algo representando os malês. Viu-se então, que um museu com objetivos de manter viva a história de Penedo, guarda poucas memórias daqueles ancestrais que têm uma participação expressiva no contexto histórico da formação daquele solo. Além disso, as pessoas que trabalham lá também não têm conhecimentos acerca da história dos malês naquela na cidade histórica.

2.3 Irmandades em Penedo/AL: exercício da caridade e embaraço para a resistência negra

Nesta seção, não se pretende discorrer sobre todos os aspectos das irmandades por se tratar apenas de um recorte histórico, no entanto, apresenta-se conceitos e reflexões teóricas que evidenciam a historicidade da relação entre escravidão e essas instituições em Penedo. Nas palavras de Macêdo (2019, p.5), a colonização brasileira foi fortemente marcada por violência física e moral. A igreja católica invadiu o território brasileiro e impôs seus ideais de bem e mal, proibindo e reprimindo todos que fossem contrários os seus mandamentos. Assim, com auxílio do estado Português, a igreja conseguia ampliar o número de fiéis e ao mesmo tempo integrar a sociedade por meio do catolicismo. No decorrer do tempo, os mais diversos grupos étnicos, foram se aproximando dos santos católicos e esta aproximação tinha como intuito ganhar certo prestígio dentro de uma sociedade excludente. Ainda de acordo com a autora:

Irmandades negras, no início se subdividiram em fatores étnicos, ficando explícita a afirmativa ao analisarmos os templos religiosos de Penedo, onde podemos encontrar um templo para pardos, outro para brancos e outro para os negros; por trás de cada um preexistiu uma irmandade que abriu portas e lutou para construção deles. A estratificação étnica foi favorável a Coroa, pois para eles a divisão das irmandades, impedia possíveis revoltas, ao mesmo tempo em que mantinha o clima de disputa entre os grupos. De fato, foi isso que ocorreu durante muitos anos, atrapalhando assim a resistência negra (Macedo, 2019, p.6).

A partir dessa exposição, percebe-se que a função das irmandades não era somente a que se propaga nos dias atuais. Aqueles que não conhecem a verdadeira história acreditam que essas instituições foram criadas especificamente com o intuito de realizar ações em favor dos negros escravizados. Esse processo de criação de um templo para pardos, outro para brancos e outro para os negros é a evidência histórica mais significativa para se compreender a contradição cristã pregada pelas irmandades que seria lutar pelos pobres fragilizados e excluídos. O processo de racismo e exclusão está costurado no texto seguinte:

Na Província das Alagoas existiu o fenômeno da discriminação racial nas Irmandades, onde o negro era, como o pardo renegado, marginalizado dentro das instituições religiosas. Em Penedo, podemos destacar a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos, a Irmandade de São Gonçalo Garcia dos Homens Pardos, as Irmandades de Brancos do Santíssimo Sacramento, das Almas e a Ordem Terceira de São Francisco. É chocante termos que relatar fatos onde a repulsa ao homem de cor pelas irmandades era incontestável (Mero, 1993, p. 72).

Essas histórias não aparecem explicitamente para o conhecimento da população penedense. Geralmente, quando se trata das irmandades que fizeram parte desse contexto, são apresentadas como instituições que desempenharam papel importante no acolhimento dos negros escravizados. Não se pode esconder o favorecimento aos irmãos acolhidos, porém, além das exigências para o cumprimento das obrigações, existiam as intenções de favorecimento próprio e a organização implícita para embaraçar a resistência negra.

Sobre a questão da desumanização no meio da irmandade, Ernani Méro destaca que: “Na Ordem Terceira de Penedo”¹⁰ a discriminação racial foi uma marca, pois, aquela organização se constituía como uma elite social”. Seguem transcrições importantes encontradas no Livro de Tombo:

P. 5 v. — Discussão acre recusou há pouco a apresentação de um candidato que é de cor e sendo expungida esta cláusula pelo Governo Imperial no ano de 1855 de 30 de maio, mandando suprimir no art. 2º o seguinte: “fica entendido que é condição essencial a limpeza do sangue tão recomendada no Capítulo segundo da Nossa Santa Regra, sem estas formalidades ninguém poderá ser admitido” e não havendo base na regra nova, dada por Leão XIII não se deu lugar para dito qualificativo excludente do nosso Regulamento — Art. 19 (Mero, 1993, p. 98).

A situação de exclusão presente nesta expressão nos permite compreender o aspecto contraditório aos objetivos das irmandades propagados aos fiéis do catolicismo. Dentre as irmandades criadas no território do Penedo, destaca-se neste recorte a Irmandade do Rosário dos Pretos e Irmandade de São Gonçalo Garcia dos Pardos, as que mais representam a categoria em questão – os pretos e pardos escravizados.

2.4 Irmandade do Rosário dos Pretos - século XVII

Macedo (2019, p.9) conta que a Irmandade do Rosário dos Pretos do Penedo surge no século XVII. Em um primeiro momento, os seus integrantes levantaram uma capela em honra à Santa Efigênia, que assim como São Benedito, era comumente invocada por irmandades de negros. Essa capela foi construída pelos negros escravizados no solo penedense – hoje centro histórico. “A ação da Irmandade foi crescendo e em 1634 derrubou-se a capela da ordem, e no mesmo local iniciou-se a construção da igreja, agora sob uma nova invocação,

¹⁰Irmandade de Misericórdia, criada objetivando a construção e a manutenção de abrigos para indigentes; com fins de culto e devocionais que conforme seus compromissos, possuíam como finalidade principal, no entanto não exclusiva, o culto a um santo patrono. Wernet (1992), citado por Simão (2010, p. 10-11).

Nossa Senhora do Rosário dos Pretos, que apesar de ser uma santa branca ganhou popularidade entre os “homens de cor”(grifo meu).

Cabe destacar que o ganho dessa popularidade não apagou completamente a raiz da devoção do povo negro, pois até os dias atuais muitos ainda fazem suas “promessas” às imagens existentes lá, Santa Ifigênia e Santo Antônio de Categeró - um escravo que se comportava de forma paciente, cuidava bem do seu corpo e quando liberto, se dedicou as obras de caridade, sendo santificado após sua morte.

2.5 A irmandade de São Gonçalo Garcia dos Homens Pardos

De acordo com Alves (2019, p. 71) a história da Irmandade de São Gonçalo Garcidados Homens Pardos da Vila do Penedo é um dos exemplos de como esses descendentes de africanos se destacaram perante às demais irmandades e à sociedade como um todo. A autora destaca que “não há registro de quando a irmandade foi formalmente instituída, mas logo nos primeiros anos de culto oficial àquelesanto (após afesta da Irmandade do Livramento da Vila do Recife), “[...] a irmandade já estava organizada e conseguiu construir uma igreja particular às próprias custas e com esmolas dos fiéis, algo que não era tão comum[...]”. Tal feito foi alcançado devido à ajuda de um oficial da região, o Comandante Manoel Martins Ramos, como segue a citação:

A Irmandade de São Gonçalo Garcia, desde o princípio de suas atividades (pelo menos das que temos algum registro), contou com o apoio de pessoas de destaque na Vila do Penedo. Além de ter a construção de sua igreja financiada por doação, a instituição recebeu, também através de doação, alguns bens (em dinheiro e imóveis) para a construção do hospital de caridade da vila do qual seria gestora (Alves, 2019, p. 72)

Dentro da conjuntura da vivência dos homens pardos na Irmandade, realça-se aspectos que chamam atenção no que se refere à ocupação de altos postos indicados para instituições daquele território de forma documentada.

Na Vila do Penedo, os pardos foram escolhidos para construir e administrar o Hospital da Misericórdia. Embora não fossem considerados "homens bons", os pardos foram designados para gerir uma instituição tradicionalmente composta e administrada por aqueles que ocupavam as camadas mais altas da sociedade. Contudo, eles dividiram o espaço com alguns homens brancos. No documento que indicava os membros da mesa da administração do Hospital da Misericórdia da Vila do Penedo, Francisco Manoel Martins Ramos anunciou que a composição seria de doze irmãos:

seis pardos e seis brancos. Não há uma justificativa explícita para essa escolha, mas acredita-se que o prestígio que os pardos conquistaram entre os membros da alta hierarquia tenha motivado a inclusão de alguns homens brancos nas suas dinâmicas. Essa dinâmica no Hospital da Misericórdia poderia representar uma tentativa de aproximar-se da posição ocupada pelos brancos na sociedade, afastando-se de provocações como, por exemplo, o ser chamado de mulato (Alves, 2019, p. 74-75).

A partir do exposto acima, nota-se que esse envolvimento dos homens pardos em seu trajeto nesta Irmandade, seria uma maneira de se livrar das formas de tratamento vindas da sociedade racista. Porém, mesmo assim é preciso considerar que os pardos do Penedo se destacaram dos outros, já que conseguiram ocupar um lugar que seria ocupado apenas por homens brancos e considerados “bons”, e conforme Alves (2019), naquela época os pardos não eram vistos como homens bons. Acredita-se que pelo fato de não pertencer aos homens de cor branca.

2.6 Desafios da negritude penedense para o avivamento da ancestralidade africana

A cidade de Penedo é um território cheio de retalhos da história negra. A africanidade ali é evidenciada por meio de muitos aspectos. Tais evidências se expressam como grande riqueza imaterial. Nesta seção, apresento algumas proeminências oriundas das influências africanas encontradas no chão de Penedo. De acordo com Ramos (1946, p. 36), “ao investigar as influências que o aegro africano exerceu no Novo Mundo, precisamos considerá-lo como representante de culturas que foram transportadas de suas áreas naturais para outros povos e outras culturas onde se puseram em contato”. Porém, aqui também trago um aspecto que evidencia a necessidade de valorização e combate ao apagamento da africanidade naquele lugar.

Inicialmente, apresento dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE sobre a população de Penedo, desses, analisarei a quantidade de pessoas declaradas negras e pardas.

Quadro 1 – População de Penedo por cor e identidade-2022

Cor ou raça	Quantidade
Branca	14.959
Preta	6.912
Amarela	123
Parda	36.478
Indígena	176
Pessoas quilombolas	5.280

Fonte: IBGE (2022)

Observa-se que a quantidade de pessoas pretas declaradas naquele censo, é baixa em relação ao total geral, no entanto, a quantidade que se declarou parda é significativa. Existe um fato evidenciado na cidade que é a não aceitação da cor por parte de muitas pessoas pretas, então, quando se percebem com alguma característica que permite se autodeclarar como pardos, o fazem. Essa negação da cor/identidade tem uma raiz profunda, já que quem se autodeclara como preto - pertencente a ascendência predominante africana, pode enfrentar racismo e preconceito na sociedade. Mas também há a ideologia do exótico e do falso multiculturalismo, isso faz com que o preto encontre desafios para aceitar sua negritude, buscando o branqueamento como forma de se inserir no contexto social.

Diante disso, analisando os aspectos culturais presentes no lugar, é possível perceber que as raízes ancestrais estão presentes em toda parte, no entanto, a negritude penedense encontra desafios para ressignificar sua cultura e perpetuar a identidade afro brasileira. Trago aqui uma descoberta interessante e que a população penedense não ousa discutir.

Nas pesquisas realizadas na Casa do Penedo, descobri um projeto idealizado por aquela instituição cultural em 2010, intitulado projeto “Praça dos Orixás”. Aquele projeto foi apresentado em um seminário “A importância do negro em nossa formação” realizado no mês de novembro por ocasião das comemorações ao dia da Consciência Negra. O evento contou com a parceria da Universidade Federal de Alagoas – UFAL, Fundação Educacional

do Baixo São Francisco Dr. Raimundo Marinho e com o Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas – IHGAL.

Segundo o articulador cultural Jean Lenzi, no momento da apresentação, todos os presentes aplaudiram a ideia do projeto e este foi enviado para a Câmara de Vereadores, porém, lá não foi aprovado. Sobre os motivos do indeferimento o articulador cultural não soube responder. Porém, conversando com um dos vereadores da cidade, me informou que acredita que o processo de indeferimento se deu pelo fato de Penedo ser uma cidade muito católica, então uma praça com imagens de Orixás não seria interessante para a população. Dessa forma, constata-se que mesmo havendo vestígios da cultura e religião afro naquele lugar, ainda se perpetua o desejo de apagamento dessa herança ancestral.

CAPÍTULO III

3 COMUNIDADE REMANESCENTE QUILOMBOLA DO OITEIRO EM PENEDO-ALAGOAS: QUE TERRITÓRIO É ESSE?

Hoje, eu me pergunto, às vezes, se a etnografia não me atraiu, sem que eu o soubesse, em virtude de uma afinidade de estrutura entre as civilizações que ela estuda e meu próprio pensamento (Lévi-Strauss, 1957, p. 50).

Neste capítulo, encontra-se o foco do estudo desta dissertação. Trago recortes que rememoram a formação da Comunidade Remanescente do Quilombo do Oiteiro, seu processo de certificação, suas dinâmicas e memórias ligadas à ancestralidade africana. Toda essa etnografia resulta da observação desses contextos na localidade, das vivências e experiências nos anos de 2022 e 2023, período em que realizei a pesquisa etnográfica. Esses aspectos serão apresentados com base nos achados da comunidade e fundamentados em teóricos que discutem essas temáticas. Também apresento relatos de moradores e minhas experiências nos festejos do quilombo e na observação de rituais da religião africana.

Figura 8-Vista aérea da Comunidade Quilombola do Oiteiro - 2023



Fonte: Ricardo fotografias PMP (2023)

Nessa figura, tem-se a vista da Comunidade Quilombola do Oiteiro, local da minha etnografia. A parte da entrada da comunidade está representada pela rua Senhor do Bonfim, traça um percurso e se encontra com a rua Santo Antônio que inicia na praça do quilombo e segue em sentido à Vila Santa Clara situada há menos de 1km. Ao lado direito, a Rua São Paulo sendo metade faz parte do quilombo do Oiteiro e a outra metade do Loteamento Nossa Senhora de Fátima, que era denominado “Coreia” desde a criação do quilombo até o

ano 2000. Em uma conversa com o historiador e vereador penedense Josué Marques, mas conhecido por “Bili Marques”, o mesmo relatou alguns fatos históricos sobre a origem desse loteamento que está incluído nos entrelaçados territórios que se misturam ao Oiteiro.

Quando do início da formação do quilombo, os negros travaram rivalidades no próprio quilombo, então alguns se distanciaram e construíram suas choupanas bem próximas umas das outras ao lado daquele território e chamaram de Vila. Por ocasião da primeira Guerra Mundial 1933 – 1945, quando houve a divisão da Coreia do Norte e Coreia do Sul, o povo de Penedo começou a dizer: “ali é uma Coreia”, pelo fato de serem negros da mesma categoria e terem se dividido. E assim ficou sendo chamado aquele vizinho do Oiteiro- Vila Coreia (Bili Marques, 2023).

Percebe-se que a dimensão territorial do Oiteiro não é fácil de compreender, pelo fato de não haver uma demarcação precisa, assim como suas dinâmicas e histórias. Esta comunidade é considerada como um quilombo urbano formado por cerca de 1.500 famílias, maior parte nucleares, morando juntos pais e filhos. Também há outras que vivem juntos aos avós, os genros, noras, netos, existindo ali extenso grau de parentesco. O perfil socioantropológico das pessoas que fizeram parte como interlocutores da pesquisa é o que segue:

Quadro2 –Perfil social antropológico dos interlocutores da pesquisa

Idade	De 35 a 80 anos
Escolaridade/quantidade	Analfabetos: 05 Alfabetizados (primeiras séries do Ensino Fundamental): 07 Ensino Médio: 10 Ensino Superior: 05
Cor	Negros: 19 Branco: 08
Atuação na Comunidade Quilombola	Lideranças pertencentes a movimentos culturais, presidente de associações e ONG/ professores, alunos, integrantes de casas de religião africana, enzebeiras e moradores antigos.

Fonte: a autora da pesquisa (2022-2023)

3.1 Origem do Quilombo do Oiteiro

Embora não tenha encontrado escritos sobre a real data de formação daquela Comunidade Remanescente Quilombola, os interlocutores relataram que quase tudo que se sabe sobre aquele ambiente é proveniente das histórias que vão sendo contadas e passadas de

geração para geração. Estes relatos dão conta de que sua existência remonta ao período da escravidão, século XVI.

De acordo com moradores da comunidade, inicialmente, aquele lugar foi chamado de Outeiro que significa “elevação de terreno, colina, monte” (Ferreira, 2010, p. 47). Então, ao fato de se encontrarem ponto muito alto da região, onde havia uma mata fechada, permitiu esconderijo mais tranquilo para os negros que fugiam da escravidão. Ali os negros cultivavam seus produtos agrícolas como mandioca, milho, feijão, também plantavam arroz, já que havia uma lagoa nos entornos do Outeiro, proveniente de uma nascente – área alagada quando das enchentes do rio São Francisco.

Figura 9 – Mirante¹¹ do Bonfim na entrada da Comunidade Quilombola do Outeiro



Fonte: autora (2023)

Na Comunidade Quilombola do Outeiro, encontra-se um local muito interessante, situado na entrada daquele lugar para quem vem do rio São Francisco. Trata-se de um mirante onde está construída a imagem do Senhor do Bonfim. É um ambiente significativo para a história daquele território, pois interlocutores relatam que o local foi construído no início do povoamento – século XVI, porém, somente na década de 1980, foi construída a imagem do Senhor do Bonfim. Dona Marlene, moradora antiga, conta que houve grande celebração na inauguração daquele lugar e que o momento contou com muita gente vindo dos arredores do quilombo, pois, Frei Damião, considerado missionário da Igreja Católica, admirado e seguido por milhares de fieis em toda a região Nordeste, estivera presente naquele momento celebrativo.

Os interlocutores relatam que algumas pessoas antigas diziam que o fato de a estátua

¹¹Local elevado de largo horizonte na entrada da comunidade quilombola do Outeiro, onde foi construída a imagem de Cristo de braços abertos para receber quem visita esta comunidade. De acordo com Isaías, bisneto de escravos do quilombo, ali era um espaço fechado e servia como capelinha para a celebração das missas. Assim, ele relata:

estar de costas para o bairro significa que o Cristo foi colocado assim para não ver os negros quilombolas. Já os demais moradores, em sua maioria, afirmam que o sentido da posição do Cristo está de costas.

Aquele lugar era muito pequeno, mas tinha uma grande serventia para o nosso povo desse bairro, porque abrigava umas 30 pessoas na hora das celebrações da religião católica que era a Santa Missa. Mais tarde, a comunidade construiu uma Igreja e colocou como padroeiro Senhor do Bonfim. Ela foi feita um pouco mais pra cá, distante do Mirante, próximo a saída do quilombo. Hoje, aquele espaço do mirante também tem muita importância para as celebrações que são da origem desse lugar quando a gente realiza a lavagem do Bonfim (Isaías, 2022).

Isaías faz parte do grupo da criação e organização da Lavagem do Bonfim – evento do qual falaremos adiante. Observa-se que na fala dele há um processo de sincretismo intrinsecamente ligado às relações religiosas, pois, ao mesmo tempo em que ele trata da serventia do mirante para as celebrações católicas no início da história do quilombo, também expressa a importância do lugar para as celebrações da religião africana na atualidade.

Neste capítulo, encontra-se o foco do estudo desta dissertação. Trago recortes que rememoram a formação da Comunidade Remanescente do Quilombo do Oiteiro, seu processo de certificação, suas dinâmicas e memórias ligadas à ancestralidade africana. Toda essa etnografia resulta da observação desses contextos na localidade, das vivências e experiências nos anos de 2022 e 2023, período em que realizei a pesquisa etnográfica. Esses aspectos serão apresentados com base nos achados da comunidade e fundamentados em teóricos que discutem essas temáticas. Também apresento relatos de moradores e minhas experiências nos festejos do quilombo e na observação de rituais da religião africana.

3.1.1 Relato sobre a origem do Quilombo

Senhor Raimundo do Leite

Nesta sessão, apresento relatos das memórias coletadas no Oiteiro sobre suas origens, seu processo de organização em tempos antigos. Antes de buscar essas memórias, destaco aqui um conceito de Ecléa Bosi que considero importante para a compreensão do que me dediquei a pesquisar e entender naquele campo de pesquisa no início do ano de 2023.

A memória permite a relação do corpo presente com o passado e, ao mesmo tempo, interfere no processo “atual” das representações. Pela memória, o passado não só vem à tona das águas presentes, misturando-se com as percepções imediatas, como também empurra, “desloca” estas

últimas, ocupando o espaço todo da consciência (Bosi, 1994, p. 46).

Diante disso, percebe-se a comunidade quilombola do Oiteiro como lugar que se originou como todo quilombo apartir da resistência negra e que atua pela preservação de memórias e tradições. Apesar de não guardar suas terras, conforme veremos mais adiante, aquela comunidade guarda hábitos cotidianos e vozes da africanidade ali plantadas. Os descendentes dos escravos e outros que se juntaram a eles lutam para manter vivos os saberes e as tradições ancestrais.

Naquele lugar existem várias pessoas que carregam em suas memórias fatos que atestam as lutas, o sofrimento e as riquezas culturais expressadas por meio de dinâmicas no decorrer da história. Nesta parte da etnografia, iniciarei trazendo memórias contadas pelo Senhor Raimundo do Leite, um dos moradores antigos da comunidade, funcionário público aposentado, com 76 anos de idade, primeiro presidente da Associação de Moradores da comunidade, também o primeiro vereador negro da cidade de Penedo desafiando o preconceito racial existente na sociedade penedense. Dentre os interlocutores, ele foi quem mais contribuiu relatando suas memórias sobre a origem do Quilombo e as dinâmicas desse lugar.

Figura 10- Senhor Raimundo do Leite - Oiteiro, 2023



Fonte: a autora da pesquisa (2023)

Em nossa primeira conversa, perguntei se havia nascido naquela comunidade e o que sabia em relação à origem do quilombo. Ele respondeu:

Sou natural de uma cidadearibeirinha chamada BeloMonte, cheguei aqui no Oiteiro aos anos de idade, cresci, me casei aqui e tivemos 5 filhos. A luta nessa comunidade foi grande, mas minha família conseguiu se estruturar no sentido de estudar, conseguir emprego na cidade e fora dela. Tenho uma filha Bacharela em Direito, outro com doutorado e que já tem emprego federal, também um com Magistério (Raimundo do Leite,2023).

Questionado sobre a origem do quilombo, ele relata:

O que se sabe é que aqui era um local afastado da cidade com alguns elementos que favoreciam o esconderijo dos negros que fugiam da crueldade de seus donos. Como a vegetação era alta e o local isolado, ficava fácil camuflar suas casas de barro que eram chamadas de choupanas e poder desenvolver uma comunidade que veio a gerar muitos descendentes ao longo dos anos (Senhor Raimundo do Leite, 2023)

Senhor Raimundo relata ainda que, com sua curiosidade enxergou uma forma de se comunicar com aquelas pessoas mais idosas do Quilombo e elas lhe forneciam histórias e que muitas delas ele “segurou na mente” e hoje tem muita coisa a “historiar”. Então perguntei a partir da escuta dessas histórias, o que ele guardou sobre a origem do quilombo.

Quando eu era ainda menino com 13 anos, tinha um grupo, “pequenininho! de pessoas idosas que se agrupavam aqui no oitão¹² da igreja e conversavam sobre quilombo, escravos, navio negreiro, trabalhador de roças, lavrador essas coisas e eu gostava de ouvir. Tinha um senhor chamado Jonas que contavam histórias de fazendeiros. Alguns meninos ficavam assombrados, mas eu ficava lá ouvindo.

Aqui no bairro tinha um esquema de pessoas para amendontrar quem andava tarde da noite. O meu irmão mesmo chegou aqui um dia assombrado com um lobisomem correndo atrás dele. Mas acontece que era um camarada vestido num capote preto¹³ por nome José de Sinda, ele fazia muito isso e botava o povo pra correr.

Os mais velhos diziam que aqui foi formado pelos negros que fugiam dos engenhos aqui dos arredores e vinham para cá e o primeiro lugar que eles achavam era aqui por ser uma área alta e eles tinham condições de se esconder e muitas vezes subir nos pés das árvores e enxergavam bem os navios que vinham, eles temiam porque aqui era um porto bem navegável que chegavam e saiam muitos escravos comprados, então eles temiam porque poderia ser vendidos. Desses mesmos, muitos deles fugiram e se acamparam no Tabuleiro dos Negros, os que ficaram aqui, ficaram nesse movimento de observação e assim, permaneceram diversos. Eu tenho alguns nomes como Manoel de Rosa conhecido como “Bicho” que passaram por

¹²Parede lateral de uma construção situada sobre a linha divisória do terreno; o termo é muitas vezes confundido com empena, porque, nos séculos passados, era comum encontrar construções com telhado de duas águas paralelas ao alinhamento do lote.

¹³Um casaco feito com costuras reforçadas para uma durabilidade ainda maior com tecido resistente de cor preta. Nesse sentido, o capote preto era utilizado por homens que andavam a noite com o objetivo de não serem reconhecidos.

essa aflição, ele foi escravo. Um homem também conhecido como Ladislau, desse eu tinha até medo, porque amputou uma perna e então, eu menino, já ouvia aquelas histórias do Saci Pererê, quando viu um homem com uma perna só, tinha um medão. Esse homem morava ali na Rua da Trindade (uma rua que fica dentro do Oiteiro), aí com o passar do tempo eu fui querendo saber daquilo ali, edescobri que a razão da amputação da perna foi num engenho aí de Junqueiro (município alagoano) que ele era escravo lá, cuidava daqueles tachos de rapadura e uma virou na perna, queimou e precisou cortar. Aí ele sabia que aqui tinha grupo de escravos, assim pessoas de cor que vinha de fora, aí ele fugiu, veio pra cá e procurou se juntar por aqui.

Também tinha seu Pedro Seleiro se chamava assim porque ele fazia selas pra cavalos, essa profissão ele trouxe de lá do engenho de onde ele fugiu e veio pra cá com a notícia que tinha negros aqui. E na descida dali que tem a Rua do Rosário, ele fez uma barraca coberta de lona debaixo de uma mangueira. Era um homem que não gostava de conversar com ninguém, mas um dia ele me aceitou e me contou que ele fugiu porque era muito escravizado, sofria muito.

Tinha também o seu Doralino ele era um escravo ferreiro, ele preparava ferro pra ferrar animais. Ele contava uma história que era muito sofrida aqui. Ainda tinha o seu Simião, ele cantava bem, mas era muito cismado, confeccionava essas grelhas de assar carne lá onde ele vivia. Então chegou por aqui, foi fazendo isso e o povo foi se acostumando. Ele saía daqui e ia pra ali para um terreno do Carlos Idalino (um homem dono de terras e gados) que era um lugar conhecido pelo nome de Bica do Elias, que o povo chamava “Bica do Ilias”, ele ia lavar roupa lá e encontrava companheiros de grupos de escravos, por que ali tinha uma vereda pra sair lá na Santa Luzia (um bairro que está a cerca de 5 km do Oiteiro. À tardinha ninguém passava mais por lá porque era muito esquisito e tinha um pé de cajueiro mal assombrado. “Mais das veis” jogavam areia debaixo do cajueiro, aí quando anoitecia ninguém tinha coragem de passar lá.

Na Rua da Trindade nós tínhamos também dois negros que passaram por essa aflição, não nos engenhos, mas que conheciam toda a história (Senhor Raimundo do Leite).

Esse extenso relato do senhor Raimundo traz memórias que nos permitem associar ao pensamento de que em todos os níveis, a memória é um fenômeno construído social e individualmente, quando se trata da memória herdada, podemos também dizer que há uma ligação fenomenológica muito estreita entre a memória e o sentimento de identidade. Aqui o sentimento de identidade está sendo tomado no seu sentido mais superficial, que é o sentido da imagem de si, para si e para os outros. “Isto é, a imagem que uma pessoa adquire ao longo da vida referente a ela própria, a imagem que ela constrói e apresenta aos outros e a si própria, para acreditar na sua própria representação, mas também para ser percebida da maneira como quer ser percebida pelos outros” (Pollak, 1992, p.5).

Sobre o povoamento e a construção das casas de tijolos no Oiteiro, senhor Raimundo conta que no começo do povoamento as casas eram de taipa, depois, foram construindo de tijolos. Segundo ele, havia um terreno próximo do Quilombo onde existia uma olaria que

faziam tijolos. Então, o fato de haver esse local de venda perto dali, facilitava tanto para que as pessoas conseguissem trabalho, quanto para comprar e construir suas casas. Assim ele relata:

Muitas dessas casas foram construídas com esses tijolos vindos de lá. O nome do Lugar era Fagundes, tinha uma família - a do seu Angélico e seu Miguel que eram de escravos que moravam lá, quando as coisas melhoraram, eles chegaram e ficaram por aqui. Na olaria daqui, eu mesmo e meus irmãos cheguei a trabalhar carregando tijolo em lombo de jumento para a cidade. Muitos dos tijolos que faziam as casas da cidade saíam daqui, inclusive a igreja daqui foi construída com tijolos batidos feito naquela olaria (Senhor Raimundo do Leite).

Isaías bisneto de escravo do quilombo

Isaías nasceu no Oiteiro, é filho de dona Marlene enfermeira, uma das lideranças do quilombo. Foi o idealizador, hoje líder do grupo que organiza o evento “Lavagem do Bonfim”. O fato de pertencer a raiz ancestral daquela comunidade e ser um bom ouvidor e observador, o transformou em um poço de memórias, isso é percebido através das muitas histórias que ele conta e afirma ter escutado dos seus antepassados. Então, sobre o início de povoamento do Oiteiro, Isaías conta:

Meus avós diziam que as terras do Oiteiro iam daqui até o trevo de Bom Jesus¹⁴. Depois, essas terras eram todas de um dono só, era uma fazenda do senhor Lídio, ele se apossou daqui e dominava as terras, depois que acabou-se a escravidão ele foi dando uns pedacinhos de terra ao povo para fazer suas casas, mas era tudo na mão dele, ninguém tinha nada, o povo era morador dele. Nesse tempo, aqui era tudo mato, só tinham veredas para sair e voltar até lá em baixo onde estava o Penedo. Depois, foi crescendo e fizeram uma estrada e deram o nome de “linha” porque era uma linha só, uma estrada reta, que saía lá na COHAB - um bairro vizinho daqui onde estava sendo construídas algumas casas. Agente vivia meio isolado do povo de lá, teve mais acesso quando fizeram essa pista aqui do lado, mas foi uma briga pra ela ser feita. Isso foi no governo do Fernando Collor. Um pessoal rico que tinha com pradouro as terras aqui do lado do Oiteiro não queria que fizesse a estrada, então, o governador Fernando Collor, veio, no carro do governo, em um dia, parou ali onde já estava uma máquina parada que o dono da terra não queria deixar e disse: “pode entrar, pode passar a máquina. Aí desapropriaram essa parte da terra dele pra construir a pista do contorno que é a rodovia (Isaías, 2023).

Essa estrada da qual Isaías fala, diz respeito à Rodovia Mário Freire Leahy, que interliga o Trevo de Bom Jesus dos Navegantes na parte alta da cidade há 2 km aproximadamente do quilombo do Oiteiro e a Avenida Beira Rio próximo ao rio São

¹⁴Trevo existente na parte alta da cidade de Penedo, cuja referência simbólica é uma imagem de Bom Jesus dos Navegantes feita em cimento e localizada ao centro da rotatória, segundo dizem os guias de turismo de Penedo, é um monumento símbolo de boas vindas aos turistas católicos que visitam Penedo por ocasião da Festa dedicada ao Bom Jesus.

Francisco.

3.2 Processo de certificação da comunidade

O processo de certificação do território quilombola é indispensável para que essas comunidades conquistem a garantia dos direitos ao acesso às políticas públicas inclusivas que têm como objetivo reparar os danos causados pelo racismo estrutural¹⁵ praticado junto aos quilombolas ao longo da história brasileira. É preciso compreender que nesse movimento de certificação, a Fundação Cultural Palmares (FCP) não realiza certificação das comunidades tendo como origem um trabalho de conferência de quem é ou não quilombola, mas, sim, respeitando o direito à auto definição indicado pela Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), certifica aquelas comunidades que assim se declaram (BRASIL, 2021). Nesse sentido, faz-se necessário que a comunidade carregue consigo o sentimento de pertencimento e que o anseio de registro e certificação seja procedente de uma vontade legítima de todos.

Todo o processo de certificação é legalizado por meio do Decreto Federal nº 4.887/2003 que orienta e regulamenta os procedimentos para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras quilombolas. Estes processos se fundamentam nos aspectos culturais e indenitários dos moradores. De acordo com a Fundação Cultural Palmares, para a certificação, são exigidos três documentos, conforme estabelecido pela Portaria FCP n.º 98, de 26 de novembro de 2007:

1. Ata de Reunião ou Assembleia: Uma ata de reunião específica para tratar do tema da autodeclaração, caso a comunidade não tenha uma associação constituída, ou uma ata de assembléia da associação, se esta já estiver formalizada, com assinatura da maioria de seus membros.
 2. Relato Histórico da Comunidade: Um breve relato histórico (geralmente de 2 a 5 páginas) descrevendo a formação da comunidade, seus principais troncos familiares, manifestações culturais tradicionais, atividades produtivas, festejos, religiosidade, entre outros aspectos relevantes.
- Requerimento de Certificação: Um requerimento de certificação endereçado à presidência da FCP.

A Fundação Cultural Palmares¹⁶ acrescenta que a comunidade pode, a seu critério,

¹⁵ Discriminação racial enraizada nas instituições e na sociedade, perpetuando desigualdades no acesso a direitos básicos. No Brasil, resulta da escravidão e marginalização histórica da população negra. Afeta políticas públicas, economia e oportunidades, mantendo privilégios e exclusões.

¹⁶ A Fundação Cultural Palmares (FCP) é uma instituição vinculada ao Ministério da Cultura que tem a marca da redemocratização e da cidadania. Criada em 22 de agosto de 1988 a partir da (lei nº 7.668), possui como um dos

agregar outros documentos, como fotos, registros de nascimento e óbito, títulos de propriedade ou posse, pesquisas e reportagens. Tendo seguido todos esses passos com os procedimentos indicados, o território quilombola do Oiteiro foi certificado conforme a descrição seguinte:

O Quilombo do Oiteiro, reconhecido pela Fundação Cultural Palmares – FCP, em 13 de dezembro de 2006, reunindo aproximadamente, 160 famílias, segundo informações do Instituto de Terras e Reforma Agrária de Alagoas – ITERAL. O bairro é chamado Senhor do Bonfim e acolhe a comunidade remanescente quilombola, reunindo alguns problemas socioeconômicos comuns da cidade, como falta de saneamento, dificuldade de acesso a saúde e educação. No entanto, moradores do Oiteiro buscam manter vivas as tradições de manifestações culturais e saberes (Rodrigues *et al*, 2022, p. 3).

As manifestações culturais mencionadas pelo autor são bem visíveis nesta comunidade, adiante apresentarei as que se destacam como forma de visibilidade cultural no sentido de resistência à ancestralidade africana. Raízes profundas que, mesmo diante de desafios como racismo, intolerância religiosa e o desinteresse por parte de pessoas da comunidade mais jovem, citado por algumas lideranças do quilombo, conseguem se perpetuar.

De acordo com a senhora Cleide Mônica, presidente da ONG do Oiteiro, da qual falaremos adiante mesmo de forma breve, o processo de certificação da Comunidade Quilombola trouxe valorização daquele território no sentido de reconhecer os negros que vivem ali com suas identidades, histórias e memórias relutando para conquistar o seu reconhecimento territorial, pois através dele será garantido a formulação de políticas públicas que contemplem essa categoria social na conquista dos seus direitos.

3.3 Quem tomou as terras do Oiteiro? Elas não eram apenas um punhado de solo!

O direito à terra tem um significado muito importante para os povos originários, sendo os quilombolas pertencentes a essas categorias, enxergam a terra muito além de um espaço de chão onde se pode plantar e colher. Eles distinguem nela suas raízes ancestrais, lugar onde evidenciam dinâmicas de memórias e lutas pela sobrevivência. O território onde eles vivem é percebido como parte da sua identidade, da história, da cultura, da religião. A tomada dessas terras se constitui como arrancar parte de sua identidade, além de ser uma violação dos seus direitos.

seus fundamentos “fomentar e fortalecer os valores políticos, culturais, sociais e econômicos da população negra e integrá-la, de maneira eficaz, no processo de desenvolvimento do Brasil, superando todas as discriminações” (Ulhôa e Júnior, 2008). SANTOS, Inês Ulhôa e JÚNIOR, Waldomiro Santos. Fundação Cultural Palmares: 20 anos. Revista Palmares – Cultura Afro Brasileira, Ano IV - número 4 - outubro 2008.

A situação presente dos segmentos negros em diferentes regiões e contextos é utilizada para designar um legado, uma herança cultural e material que lhe confere uma referência presencial no sentimento de ser e pertencer a um lugar específico (Schmitt *et al.*, 2002, p. 01).

No início de sua origem, no século XVI, a dimensão territorial do Oiteiro tinha grande área de abrangência. Isso é evidenciado por meio de relatos dos moradores, pois não foram encontrados escritos que comprovem a extensão do Oiteiro quando se originou. A partir de meados dos anos 70, iniciou-se o processo de apropriação das terras do Oiteiro. Assim relata o Senhor Raimundo do Leite:

As terras do Oiteiro eram muitas, iam até perto da Ponta Mufina¹⁷, nessas bandas de baixo. O povo chegava até o rio pisando no que era deles. Na parte de cima, o Oiteiro ia até a COHAB, era muita terra! Os negros plantavam suas coisas, sua mandioca, macaxeira, milho e outras coisas. Toda terra que era do Oiteiro tinha uma história. Depois, foram deixandode plantar, foram fazendo outras manobras pra viver e eu não sei como foi que o Oiteiro diminuiu tanto! Hoje só tem esse pedacinho de terra com o nome de Oiteiro, o resto já é de outros donos, já tem outros nomes. E ninguém fez nada porque esses povos tem outra condição, as vezes é gente branca, com dinheiro, com mais poder (Senhor Raimundo do Leite).

Então, está explícito em sua fala, que as terras do Oiteiro foram tomadas por sujeitos que se apropriaram para benefícios próprios e que hoje a comunidade conta com uma área territorial bem reduzida daquela que lhe pertencia. Esse relato do Senhor Raimundo me remete ao pensamento sobre a forma pela qual a sociedade branca tratava e ainda trata a sociedade preta. A questão do poder que foi impregnado na branquitude brasileira desde o princípio de sua colonização com o desejo de se apossar daquilo que pertence aos povos originários. Percebe-se também a fragilidade desse povo no sentido de aceitar a condição de subalternos “*E ninguém fez nada porque esses povos tem outra condição*”.

3.3.1A construção das vilas: moradia para quem professava a fé católica

Em 16 de abril de 1976 toma posse em Penedo o Bispo da Igreja Católica de origem alemã, Dom Constantino Luers e consigo traz o projeto para a construção de moradias destinadas às famílias carentes. Então, em 1979, inicia-se a tomada das terras do Oiteiro para a construção de três vilas: Vila São Francisco com 85 casas, Vila Primavera que conta com

¹⁷Povoado que se encontra a 8 km de distância da Comunidade Remanescente Quilombola do Oiteiro com data de início do seu povoamento 1989.

103 casas e a Vila Santa Clara com 122 casas, sendo a mais próxima do Oiteiro. Como minha família morava no interior e em alguns momentos precisávamos resolver algo naquela cidade, nos anos 80, minha mãe, quando vinha ao médico, pernoitava na casa de uma comadre que morava lá, na Vila Santa Clara. Nos momentos em que me levava com ela, eu escutava as conversas sobre os procedimentos para adquirir aquela moradia, por vezes ouvi a Dona Lourdes, que era a comadre da minha mãe dizendo: “Comadre, morar aqui é bom, mas tem que cumprir tudo que eles mandam se não cumprir, a gente perde a casa” e contava alguns. Porém, no momento atual, eu não recordava de todos, então, procurei um dos moradores antigos da Vila Santa Clara – José Cláudio dos Santos, 46 anos – presidente da Associação das Vilas para uma conversa sobre os requisitos para adquirir uma casa naquele lugar no início do seu processo de criação, segue a fala dele:

Eu chequei aqui ainda menino, mas quando cresci, meus pais me contaram tudo que era exigido para morar aqui. Essas casas eram doadas através de um acordo de comodato com muitos critérios: o primeiro deles era exigido que a família não tivesse casa para morar nem renda com capacidade para comprar, então, o bispo tinha mandado fazer duas casas grandes lá na vila São Francisco que fica mais distante daqui da Santa Clara e lá ele colocou duas freiras pra morar, estas eram responsáveis para fazer a inscrição das pessoas e ir visitar aonde a pessoa morava para saber se estava falando a verdade no ato do pedido da residência. Também era exigido que a família fosse constituída de pai, mãe e filhos, casal sem filhos não recebia a casa outro requisito era que o casal fossem casados na Igreja Católica, caso não fossem ou havendo algum filho (a) separado convivendo com a família, esta não conseguiria adquirir sua moradia. A outra exigência determinante para as pessoas que seriam beneficiadas dizia respeito ao professorar e ao catolicismo. Também era exigido que a família participasse de todas as celebrações realizadas pelas lideranças das vilas que eram as “irmãs freiras e que as crianças frequentassem o catecismo todos os domingos – estudo da doutrina da Igreja Católica. Caso algum morador da Vila fosse flagrado professando outra religião que não a católica, principalmente a religião afro que eles chamavam de “religião de feiticeiro” a liderança informaria ao bispo e este chamava a família e comunicava que precisaria desocupar a moradia para outros que seguissem todas as regras (José Claudio, 2022).

Analisando tudo isso, percebe-se o processo de exclusão com essa categoria de povos que o bispo e suas lideranças denominava “povo carente”, pois, muitos eram moradores de origem quilombola e, além de tomar suas terras, ainda havia as exigências austeras para doar as moradias construídas em seu próprio território. Vê-se a perpetuação de procedimentos preconceituosos e atitudes de dominação, em que as condições para receber o “favor” da moradia que era vista como uma obra de caridade, não poderia contrariar as determinações da igreja.

Importante abordar que essas vilas pertenceram a Diocese de Penedo até o ano de 2003. Naquela data, de acordo com José Cláudio dos Santos, o prefeito de Penedo, comprou todas as casas das vilas ao bispo da época Dom Vario Breda, fez um requerimento ao Poder Legislativo Municipal, solicitando a autorização para a realização da doação dos imóveis e este foi deferido pelos membros da Câmara de Vereadores. Dessa forma, criou-se a Lei nº 1.209/2003 que autorizou o Poder Executivo a realizar a doação aos moradores que já estavam residindo nas vilas, agora com documentos de posse.

3.3.2 O Loteamento Vitória: dentro do bairro, porém fora do quilombo

No ano de 1989, outra parte dos terrenos do Oiteiro, próximo a Vila Santa Clara, foram ocupados por pessoas de outros bairros e vindas do interior próximo a Penedo. Naquele momento, ocorreram vários conflitos, pois, surgiram donos de empresas e outros homens de classe média alta da cidade afirmando serem os donos do território. O senhor Paró como é conhecido na Vila Santa Clara, vizinho a aquele loteamento, assim descreve o momento da ocupação:

Durante muito tempo aquele lugar foi chamado de Invasão. Em 1992, quando a prefeitura resolveu fazer saneamento básico colocando água e energia, deu o nome de Bairro Vitória em homenagem a conquista. O número de construções foram aumentando subitamente de forma que em 1993 o bairro já se encontrava-se povoado, então, meu pai comprou um terreno naquele local e construiu a casa. Em 2005, também comprei minha casa e quando casei, fui morar até os dias atuais.

3.3.3 O Areal

Nos anos 2000, ocorreu mais uma tomada das terras do Oiteiro, dessa vez, algumas pessoas se apossaram de parte do terreno que fica ao lado esquerdo do Oiteiro e começaram a construir barracos de lona, denominaram Areal devido a quantidade de areia existente no local. O número de pessoas foi aumentado, as barracas de lona foram cedendo lugar às casas de tijolos. Em 2004, a Prefeitura de Penedo nomeou o local de Conjunto Habitacional Ivana Fortes Peixoto – sua esposa e então Secretária de Assistência Social. Essa criação ocorreu por meio da Lei Municipal nº 1.224/2004.

3.3.4 O loteamento São Rafael

Próximo a Vila Santa Clara, havi um terreno que também estaria sendo “cuidado” por um dono, não se sabe quando nem a quem comprou, então, em 2005 organizou o terreno em lotes e começou o processo de vendas. Os primeiros lotes foram comprados por uma comunidade de ciganos que de forma rápida constuíram suas casas, em seguida, foram chegando outras pessoas. Esse terreno foi denominado Loteamento São Rafael. Em 2022, um empresário da cidade adquiriu um terreno com área extensa, construiu um condomínio e vende as casas financiadas pela Caixa Econômica Federal.

3.3.5 O loteamento Monte Rey

Em 2015, foi criado o Loteamento Monte Rey, ao lado do Loteamento Vitória também nas terras que pertenciam ao Oiteiro, sendo que estas já estavam sendo cuidadas por um proprietário de gados que teria se apossado da terra, não se sabe em que ano. Este vendeu a um proprietário de uma imobiliária que construiu o Loteamento para fins de residenciais com a denominação Residenciais Monte Rey. Estas casas foram adquiridas através de imobiliárias financiadas pela Caixa Econômica.

3.4 Dentro do bairro, porém, fora do quilombo, vivendo um conflito étnico separatista

Nesta sessão, trago aqui uma questão que causou e ainda causa conflitos culturais e religiosos nos bairros criados ao entorno/nas terras da Comunidade Quilombola. Trata-se da separação da territorialidade e identidade do quilombo. Os bairros citados anteriormente, teoricamente, estariam separados, mesmo que dentro do território do Oiteiro que já era denominado Bairro Senhor do Bonfim em alusão ao padroeiro da comunidade. Em 2004, ocorreu a reorganização territorial na cidade, então, o Bairro Senhor do Bonfim passou a abranger a Vila e todos os loteamentos que estavam em seu entorno.

Nesse momento histórico, houve muita gente insatisfeita, principalmente as pessoas que residem no Loteamento Vitória – local onde moro. A maioria do povo dali, não se conforma em vê suas correspondências com endereço Bairro Senhor do Bonfim, mesmo sabendo que suas casas foram construídas nas terras do Oiteiro - que está a menos de 2 km. Então, começam a surgir atitudes de racismo e preconceito.

Aqui irei destacar relatos de moradores do lado de cá que se opunham a essa demarcação, também dos que estavam do lado lá e se sentiam ofendidos com as atitudes de racismo e exclusão. Em alguns momentos presenciei pessoas que se encontravam para conversar nas portas das casas dizendo:

Mulher, você já viu uma presepada dessas, agora a gente mora no Oiteiro. Repare o que esse prefeito fez misturar a gente com aquele povo! Tem não como desmanchar isso? (Moradora do Lot. Vitória).

Outra também comentava:

E as nossas correspondências, agora estão escritas como se a gente morasse no Oiteiro. Pense na raiva que eu tenho! ? (Moradora do Lot. Vitória).

Então, alguns moradores dos loteamentos, que geograficamente passaram a ser pertencentes ao Oiteiro, mesmo já estando em suas terras, sobretudo os residentes no Loteamento Vitória, sempre contestaram essa divisão territorial. E os povos do Oiteiro também reclamavam das atitudes de preconceito, porém, em alguns casos quando alguém desconhecido questionava ao povo da comunidade sobre como se sentia em relação a essas atitudes, muitos respondiam que não se incomodavam, no entanto, para aquelas que mantinham uma relação mais estreita, descreviam sua angústia pelo fato da discriminação. Para coletar mais informações além daquelas que presenciava nas portas dos vizinhos, resolvi conversar com cinco pessoas do Loteamento Vitória sobre esse conflito preconceituoso. Todas residem no Loteamento Vitória (Maria José – uma senhora com 68 anos de idade aposentada; Bernadete – com 49 anos de idade funcionária pública; Carlos Daniel – com 54 anos de idade balconista; Lucimeire – com 55 anos de idade, viúva, aposentada e Adeilza com 37 anos de idade professora.

Visitei essas pessoas no período de 05 a 09 de outubro de 2022. Minha conversa com elas foi sobre a forma pela qual encaravam aquele procedimento do Loteamento fazer parte do Bairro Senhor do Bomfim, se via alguma problema, ou se não seria apenas uma divisão geográfica.

Eu penso que isso foi muito errado, porque a gente estava aqui sossegado no nosso bairro, sem essa mistura. Daqui a pouco, vem essa história de aqui ser Oiteiro, isso não é certo. Ainda mais porque eles têm os costumes deles pra lá, gostam de xangô, sei lá. (Maria José, 2022)

Eu acho que esse ajuntamento não foi bom, porque aqui é Bairro Vitória, lá é Oiteiro, nada a ver. Não tenho preconceito com o povo do Oiteiro, mas

acho que cada um ficasse no seu bairro que era melhor. Ainda não se sabe por que o prefeito inventou isso. (Bernadete, 2022)

Bem, eu mesmo não fui e nem sou contra essa nova forma de organização dos bairros. O que eu acho é que deveria ser Bairro Senhor do Bonfim até as Vilas, porque aqui já está mais distante, então não daria pra se pertencer ao Oiteiro. (Carlos Daniel, 2022)

Eu não fiz nem faço nenhuma objeção, penso que foi apenas um nome que mudou e isso não vai mudar as pessoas nem suas características. Já vi muita gente falando mal dessa divisão de bairros, mas não vejo isso como problema. Temos que respeitar os outros, estando no bairro ou fora dele. (Lucimeire, 2022)

Na minha opinião, não deveria haver essa confusão que eu vejo as pessoas fazendo para não se misturar com o Oiteiro. Aqui, pelo que eu sei, eram terras que pertenciam a eles. Sei que isso já faz muito tempo, mas é preciso que as pessoas reflitam sobre certas atitudes de querer se separar por conta de cor ou de cultura. (Adeilza, 2022)

Analisando as respostas, percebe-se o preconceito enraizado nas falas das três primeiras pessoas e mesmo o terceiro quando afirmou não ser contra, finaliza sua resposta dizendo que o nosso bairro não deveria pertencer ao Oiteiro. Um fato curioso é que as duas últimas que se dizem não fazer objeções a respeito dessa divisão geográfica, são negras e as três primeiras são brancas.

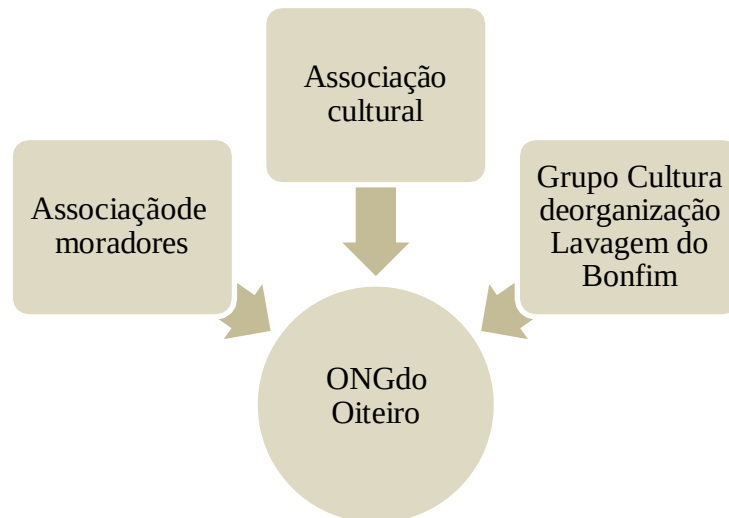
Diante disso, é percebido que há a discriminação proveniente do preconceito por conta de diferenças culturais dentro no mesmo território, isso pode ser considerado como crime de ódio já que envolve comentários desrespeitosos sobre o povo e sua cultura, inferiorizando seus costumes. Então, a identidade dos povos tradicionais quilombolas incomoda. Como se não bastasse “tomar” suas terras, ainda relutam para não pertencer ao bairro onde estão inseridos. Notadamente, essas pessoas ainda carregam consigo a profunda raiz do preconceito, isso me faz compreender, com mais exatidão, que os desafios para arrancá-las são imensos, porém é preciso desafiá-las.

3.5 Dinâmicas da organização social no Oiteiro e conflitos de poder

Sobre o aspecto organizacional político, a comunidade conta com três organizações e mais um grupo de pessoas que se organizam uma vez por ano para realizar um evento cultural/religioso – a Lavagem do Bonfim, a qual falarei mais adiante.

Na comunidade, há uma disputa de poder muito forte. Isso é evidenciado a partir das associações que foram criadas para liderar o mesmo território.

Figura 11 – Organograma da organização política e social do Oiteiro– 2023



Fonte: Associação Cultural Quilombola do Oiteiro (2023)

3.5.1 Associação de Moradores do Oiteiro

No intuito de buscar informações sobre essa instituição que faz parte da organização social do Oiteiro, procurei o residente atual Berlândio. Segundo ele, a primeira Associação de Moradores do Oiteiro foi criada há muitos anos, porém, não se sabe data específica, “já passaram muitos presidentes por aquela associação, eu estou à frente dele há pouco tempo, desde 2022”. Segundo ele:

[...] o CNPJ já foi mudado por quatro vezes, isso porque a Associação foi criada, documentada e, após alguns anos o presidente se afastou ficando por muito tempo sem uma liderança. Depois (não se sabe quando), outro morador assumiu e regularizou a situação documental. Passado alguns anos, saiu e outra pessoa assumiu, porém, não regularizou a documentação, nem fez prestação de contas. E assim, cada Presidente que assumia encontrava os desafios, saía e deixava tudo atrasado, sem regularização. Recentemente fui orientado a abandonar o CNPJ antigo e criar, mais uma vez, uma nova Associação, com um novo CNPJ, já que a atual se encontra com documentação atrasada e muitas dívidas a pagar (Berlândio, 2023).

Berlândio afirmou estar consultando um contador para saber das possíveis possibilidades de criação de uma nova associação. Sobre o objetivo da Associação de Moradores, explica que trabalha em prol da Comunidade Quilombola para trazer melhorias e que promove momentos de ressignificação da cultura, por meio de bingos, festas comemorativas, traz rodas de capoeira, ajuda na organização da Festa do Padroeiro Senhor do Bonfim. O Presidente enfatiza a questão dos desafios enfrentados a frente da Associação de Moradores do Oiteiro relatando que:

Desde que entrei sempre procurei trabalhar em conjunto com a comunidade porque conheço todo mundo daqui. É preciso ter força de vontade para assumir essa Associação porque existe uma questão política muito forte. As vezes a gente precisa abrir mão de benefícios próprios para beneficiar a comunidade, por exemplo: um político chega e oferece algo, seja genteficar do seu lado, aí a pessoa já deu a sua palavra pra comunidade que já tem outro candidato, então se ficar contra o povo, vira confusão (Berlândio 2023).

Em suas palavras, é percebido outro problema além da questão da dívida que a Associação de Moradores vem contraindo e do movimento itinerante dos seus presidentes, isso ele me explicou de forma mais explícita enfatizando que recente, havia recebido a proposta de um vereador da cidade paratrabalhar em campanhas futuras, no entanto, ele já havia se comprometido com a comunidade para apoiar outro candidato, que prometeu melhorias para aquele lugar, então não aceitou. Resumindo esse contexto, nota-se que os interesses daquela comunidade, são envolvidos em disputas políticas que podem trazer a desorganização e o retrocesso pela busca dos direitos coletivos.

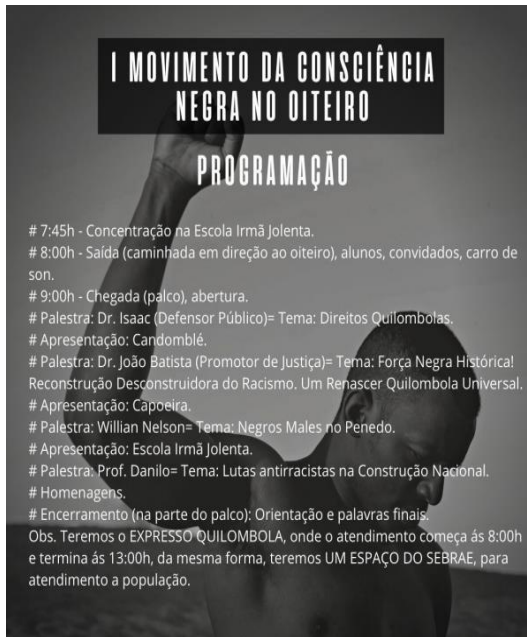
3.5.2 Associação Cultural Quilombola do Oiteiro– ACQUIO

A Associação foi criada em Assembléia Geral no dia 24 abril de 2022, registrada em ata que traz a seguinte ordem: Constituição da associação, Aprovação do Estatuto Social, Definição da Sede da Associação, Constituição de sua primeira diretoria, Constituição de seu Conselho Fiscal, Constituição do Conselho Administrativo e Coordenador Jovem. O registro oficial em cartório ocorreu em 04 de agosto de 2022. Naquele momento, o presidente que assumiu a Associação foi Alarcon Antunes Manguiera escolhido por unanimidade entre os associados, ele afirma que aquela instituição está inserida nas dinâmicas culturais como objetivo de promover eventos que sejam capazes de ressignificar a cultura da comunidade quilombola, sua influência e promover avivamento da ancestralidade africana.

A Associação Cultural do Oiteiro também desenvolve outras ações significativas na comunidade como Projeto de Gastronomia Quilombola, palestras com temas específicos para a comunidade e as ações realizadas no mês de novembro por ocasião do dia da consciência negra.

No dia 11 de novembro de 2023, a Associação Cultural promoveu uma ação para celebrar o dia da Consciência Negra e me convidou para participar como palestrante. Foi um evento muito importante para a minha pesquisa, pois permitiu conhecer o entrelaçar das dinâmicas existentes naquele território.

Figura12 -PautadoIMovimento Consciência Negra do Oiteiro - 2022



Fonte:AssociaçãoQuilomboladoOiteiro(2022)

Figura13-Apresentaçãocultural estudantes da Escola Irmã Jolenta - 2022



Fonte:AssociaçãoQuilomboladoOiteiro(2022)

Figura14 -Palestra sobre Desconstrução do Racismo na Comunidade do Oiteiro - 2023



Fonte:Associação Cultura Quilombola (2023)

Figura 15 -Participaçãodos moradoresdo Oiteiro na palestra - 2023



Acompanhei todas as atividades que foram realizadas e percebi o envolvimento das categorias culturais presentes na comunidade remanescentes quilombola do Oiteiro. Aquele foi o único momento em que presenciei a união das dinâmicas organizacionais da comunidade. A educação representada por meio dos estudantes da escola que participaram da caminhada, a religião de matriz africana, representada pelo Candomblé, a dança africana representada pela Capoeira. Via-se naquela ação, a coletividade unindo o território quilombola para celebrar um dia que rememorava importantes conquistas para a categoria negra.

A Associação possui uma organização e desenvolvimento de atividades mais abertas à comunidade se comparada a Associação de Moradores do Oiteiro e a ONG que veremos a seguir. No entanto, há um fato curioso que se assemelha a organização da Associação de Moradores, que é a troca de presidência. A posse do presidente Alarcon ocorreu em abril de 2022 e novembro de 2023, este em assembleia, passou a presidência para Wanderley, que ocupava o cargo de diretor. Não se sabe, de forma concreta, quais são os motivos pelos quais os presidentes se desvinculam daquelas instituições.

3.5.3 ONG do Oiteiro

A instituição faz parte da dinâmica organizacional e social da Comunidade Quilombola. Trata-se de uma Organização Não Governamental, administrada por uma família que exerce liderança na comunidade. Quando iniciei minha pesquisa, fui informada de que o presidente da ONG se negava a fornecer informações às pessoas que a buscavam. Então, no primeiro dia em que a visitei, me acolheu meio desconfiada e falou que estava sem tempo para me passar algumas informações sobre a ONG.

Na semana seguinte, retornei a casa de Cleide, dessa vez, me atendeu bem, porém, informou que poderia me relatar algo sobre a ONG, mas se eu precisasse de documentos, não teria como, pois estaria sem tempo para procurar. Então, lhe perguntei sobre fundação, objetivos, de onde vêm os recursos, em que são empregados.

A ONG foi criada em 2015 com o objetivo de buscar recursos para promover a melhoria da Comunidade. Os recursos que recebemos através dessa instituição são investidos em cursos profissionalizantes, eventos, cestas básicas para pessoas carentes da comunidade. Essa ONG é a única instituição da comunidade que trabalha para manter viva a ancestralidade africana pelo fato de ser registrada legalmente, tudo que chega nesse bairro, vem por meio dela (Cleide Mônica – presidente da ONG do Oiteiro).

No entanto, muitas pessoas daquela comunidade reclamam da forma de liderança exercida por aquela liderança. De acordo com alguns moradores, há um grupo liderado por ela e aquele grupo se organiza para promover algum evento fechado, com poucas pessoas da comunidade. Nota-se ali, uma organização social estratificada, em que a disputa por poder está acima das relações humanas, daí não para significar a ancestralidade africana daquele território.

No terceiro dia em que visitei a casa da senhora Cleide Mônica, perguntei sobre os desafios encontrados para cumprir os objetivos da instituição, a presidenta me falou que seriam muitos e que poderia me passar em outro momento, porém, depois de alguns instantes,

falou sobre empecilhos para que pudesse desenvolver um bom trabalho a frente da ONG:

Existe uma “má vontade” comigo aqui nessa comunidade, as outras lideranças não se dão bem comigo, eu acho que é porque sou branca e não nasci aqui. Todos os outros grupos trabalham pra me derrubar, as vezes alguns me convidam pra alguma coisa que faz, mas na maioria das vezes eu só sei quando já está acontecendo. Então, tem coisas que acontecem aqui na ONG que eu só falo pra quem interessa. Sobre a documentação da ONG, eu não posso tá assim, espalhando pra todo mundo, porque eles podem pegar e sei lá o que podem fazer (Cleide Mônica – Presidenta da ONG).

Então, depois desse relato, ela me pediu para retornar em outro momento, pois, iria procurar os documentos de criação da ONG, a portaria de certificação da comunidade quilombola e me daria uma cópia. Ao retornar na semana seguinte, a senhora Cleide não pôde me atender porque estava sem tempo e remarcou a visita. No dia e hora marcada, fui até a casa dela, mas também não pôde me atender remarcando mais uma vez. No último dia em que fui lá, me levou até a sede da ONG que estava em construção, vizinho a casa dela, e disse que ali funcionariam os projetos e que lá estariam os documentos, porém, não teria tempo para procurar. Foi quando desisti, não retornei.

Diante disso, lembrei-me das leituras que havia realizado quando estava cursando a disciplina “Seminário de Pesquisa”, e das discussões realizadas em sala de aula, promovidas pelo professor a respeito da ida ao campo da Etnografia, então, trouxe a observação de um escritor que tive a curiosidade de pesquisar naquele momento, trata-se de Berreman, autor do texto - etnografia e controle de impressões em uma aldeia do Himalaia presente no livro “Desvendando máscaras sociais”:

O etnógrafo surge diante de seus sujeitos como um intruso desconhecido, geralmente inesperado e frequentemente indesejado. As impressões que estes têm dele determinarão o tipo e a validade dos dados aos quais será capaz de ter acesso e, portanto, o grau de sucesso de seu trabalho. Entre si, o etnógrafo e seus sujeitos são, simultaneamente, atores e público. Têm que julgar os motivos e demais atributos de uns e do outro com base em contato breve, mais intenso, e, em seguida, decidir que definição de si mesmos e da situação circundante desejam projetar; o que revelarão e o que ocultarão, e como será melhor servir aos seus interesses, tal como você os vê (Berreman, 1980:141).

Então, percebi que seria melhor me contentar com aquelas informações já obtidas pela senhora Cleide Mônica, presidente da ONG do Oiteiro pelo fato de ter percebido que ali a disputa por poder era bem explícita e a negação de informações se devia ao fato de não querer que as demais instituições soubessem do seu trabalho, já que não me conhecia, nem sabia dos

meus atributos éticos. Além disso, o que observei daquele contexto, foi à divisão que existe entre os grupos sociais daquela comunidade, por exemplo: acontecem eventos organizados pela ONG, muitos da comunidade não são convidados, outros recebem o convite, porém, não participam. Em outros momentos, a Associação dos Moradores promove eventos, não se nota a presença daqueles que são do grupo da ONG. Percebi que a Associação Cultural Quilombola é a que consegue desenvolver algumas atividades envolvendo a maioria da comunidade, no entanto, não alcança a todos. Uma comunidade quilombola estratificada politicamente, não consegue conquistar seus objetivos, principalmente aqueles relacionados a benefícios de melhoria para a vida coletiva social e ressignificação as memórias ancestrais.

3.6 Expressões culturais do Oiteiro representadas pela dança

Na concepção de Chauí (2008, p. 57), “a cultura passa a ser compreendida como o campo no qual os sujeitos humanos elaboram símbolos e signos, instituem as práticas e os valores, define para si próprios o possível e o impossível, o sentido da linha do tempo (passado, presente e futuro)”. Nesse sentido, a Comunidade Quilombola do Oiteiro luta para manter viva suas tradições culturais por meio de dinâmicas elaborando seus símbolos por meio de atividades relativas a dança, música e eventos que rememoram a ancestralidade, com isso, trazem renovação e a divulgação da cultura local.

Antes de falar das dinâmicas culturais visualizadas na Comunidade Quilombola do Oiteiro na atualidade, trazemos um curto legado sobre a música e a dança existente no início da formação desse lugar através das memórias do senhor Raimundo do Leite.

Aqui existia um Zé Curú que não foi de escravo, não veio de engenho mas contava muita história, ele fundou um conjunto de Zabumba. Tocava ele no zabumba, o Alfredo numa caixa e o Everaldo numa onça¹⁸, fizeram o conjunto e ele criou o Folgado do Quilombo e era muito animado. Tá com pouco tempo que morreu a rainha do Quilombo que se chamava Antunina que era negra. Esse folgado durou muito tempo, depois a coisa foi ficando mais civilizada apareceu um guerreiro e um reisado aqui no bairro que se juntavam com os quilombos e faziam aquelas danças com espada essas coisas e tal, depois surgiu a Chegança era muita coisa que tinha nessa comunidade, agora tudo com aquele pensamento de escravo, aquele cantoriu, nesses princípios assim. Isso era coisa bonita e a gente não ia dizer que não era agradável porque aqui não tinha televisão, não tinha nada, quando anoitecia era tudo escuro (Senhor Raimundo do Leite, 2023).

¹⁸O tambor onça, segundo os kalungas representa uma época em que era usado para capturar as onças que circulavam pelas redondezas do quilombo e ameaçavam a paz dos moradores da região (Rodrigues, 2011:p.64) Ele tem este nome devido ao seu som grave que lembra o rugido de uma onça.

Nas expressões do Senhor Raimundo, é perceptível que as dinâmicas culturais tiveram início ainda no alvorecer daquela comunidade. Ele também fala de uma “coisa mais civilizada” para identificar a chegada do Guerreiro e do Reisado e de um “juntar-se com os quilombos”. Pois mesmo sabendo que todos estavam no mesmo território, havia a diferença da dança do folguedo como era chamada, comparando às novas danças da época, simbolizadas pelo guerreiro, reisado e chegança. A seguir, expressões de danças existentes na comunidade nos dias atuais, guerreiro e capoeira. Também existia, a Baianada, porém, fui informada pela senhora Edimeia que, liderava essa expressão cultural, que a mesma já não se apresenta na comunidade, devido a sua condição de saúde, deixou de liderar aquele folguedo e não conseguiu alguém para continuar na liderança.

3.6.1 Guerreiro Treme Terra do Oiteiro

O Guerreiro Treme Terra é a expressão cultural da categoria de dança mais forte naquela comunidade. Liderado por Dona Maria Francisca Santos, a “Mestra Chica”, negra com 80 anos de idade, que se declara católica. O objetivo daquela expressão cultural na comunidade, além da alegria e diversão, é dar visibilidade às raízes da cultura quilombola, fincadas em profundidades naquele chão. De acordo com integrantes da representação cultural, a grande dificuldade de preservar o guerreiro está na falta de querer da população mais jovem, que, por vezes, se envergonha de fazer parte da dança. Contudo, existe uma grande resistência por parte daquele grupo para que o guerreiro não seja apagado.

Figura 16 – Guerreiro Treme Terra do Oiteiro - 2023



Fonte: Pesquisada autora (2023)

Eu já conhecia Dona Francisca, conversava sobre o guerreiro e tecia elogios a seu trabalho em alguns momentos em que nos encontrávamos em eventos da cidade e no quilombo, porém, não havia me debruçado sobre a história da expressão cultural, sua atuação e importância para a comunidade. Quando iniciei a construção da dissertação, comecei a falar das dinâmicas culturais do Oiteiro e vi a necessidade de mais informações além de acompanhar o trabalho que elas realizavam. Então, fui à casa de duas senhoras que fazem parte do guerreiro e que residem próximo a minha casa - dona Juracy e Dona Valdete conversaram com elas, me passaram muitas informações. Fiz um recorte, descrevi e mostrei ao meu orientador.

Primeiramente fui a casa da senhora Juracy, 76 anos de idade, lá lhe questionei sobre o porquê ter entrado para fazer parte da dança do guerreiro e o que ele representa para ela. A mesma respondeu:

Quando a gente brinca, tá na diversão e se lembra dos mais velhos, dos tempos que o povo da gente brincava com mais força, porque eles tinham saber de dar valor (Senhora Juracy, 2023).

Nas palavras dela, “saber de valor” eu entendo por saber valorizar aquilo que é próprio da sua cultura, quando ela fala que os mais velhos brincavam com mais força, não seria necessariamente a força física, mas o amor à cultura que era da sua raiz e que eles perpetuavam por meio daquilo que ela chama de “mais força”. Nota-se ainda uma crítica aos mais novos, em sua expressão compreende-se que os mais jovens não atribuem tanta importância para aquela cultura.

Em outro dia, fui à casa da Senhora Valdete, 62 anos de idade e lhe fiz o mesmo questionamento que fizera à senhora Juracy, ao qual me respondeu:

Eu entrei nesse guerreiro sem saber direito de onde veio essa dança, entrei porque gosto de dançar e das roupas bonitas também, mas um dia a Dona Necila me disse: minha fia, isso aqui é um pedaço da gente que não pode morrer, ele veio dos antigos, dos tempos que não tinha tanta cantiga falando de desgraça (Senhora Valdete, 2023).

A dona Necila, de quem a senhora Valdete fala, era integrante do Guerreiro, moradora do Oiteiro, uma das mais antigas e animadas do quilombo, já falecida. As palavras da senhora Valdete, repetindo aquilo que a senhora Necila falou, nos remetem às concepções de Geertz (1989, p. 15), ao afirmar que: “O homem é um animal amarrado às teias de significados do

que ele mesmo teceu. Assumo a cultura como sendo essas teias e a sua análise; portanto, não como uma ciência experimental em busca de leis, mas como uma ciência interpretativa, à procura do significado”.

Em um dia de orientação acadêmica, levei esses achados para mostrar ao meu orientador, quando ele olhou, rapidamente questionou: cadê a falada da dona Francisca, a mestra do guerreiro? E fato, aquela destemida mulher, que liderava o guerreiro com tanta maestria, provavelmente, tinha muita história para contar sobre aquele folguedo. Diante daquele profundo questionamento, no dia seguinte, acordei logo cedo e fui à casa da mestra.

Figura17 -

Entrevista com dona Francisca mestra do guerreiro do Oiteiro -2023



Figura18 -Conhecendo os acessórios do guerreiro

de dona Francisca mestra do guerreiro do Oiteiro- 2023



Fonte: a autora da pesquisa (2023).

Ao entrar naquele ambiente, fui muito bem recebida por dona Francisca que me saudou com um abraço e perguntou: “que bons ventos te trazem aqui?”. Vim lhe visitar, respondi. Enquanto ela apontava um lugar para me acomodar, eu olhava atentamente para um cantinho próximo a sua sala, totalmente preenchido com roupas e acessórios do guerreiro, seu chapéu de mestra, outro do palhaço e coroas. Quando nos acomodamos, dona Francisca disse: Pode perguntar o que quiser. Então, comecei a lhe indagar a partir do roteiro de entrevista que eu havia traçado.

A senhora nasceu aqui no quilombo? Ela respondeu:

Não. Já tem mais de 40 anos que moro aqui. Nasci no Timbó, povoado de Pacatuba – Sergipe, com idade de 20 anos me casei, vim morar aqui perto numa fazenda, depois compramos um terreninho no povoado Capela, moramos um tempo e de lá vim pra cá (Dona Francisca, 2023).

E sobre o guerreiro, quando iniciou? Como se deu sua formação? Dona Franciscas respondeu:

Eu comecei o Guerreiro, já tem uns 15 anos, mas sempre gostei dessas danças e brincadeiras. Quando criança, vez em quando eu ficava lá numa venda da minha tia para ver os grupos de reisado se apresentando, mas isso era sem meu saber. Fui crescendo com essa vontade de participar dessas danças e brincadeiras. Aí, aprendi muitas músicas do reisado com minha tia. Aqui eu comecei a fazer parte das CEBs¹⁹. A gente ia para os encontros no interior para evangelizar e lá, depois do almoço, eu me juntava com as colegas para animar e cantava as cantigas do Guerreiro. Depois, elas disseram: 'Vamos formar um Guerreiro?' Eu disse: 'Vamos'. Então, eu dançava na baianada - um movimento que se acabou por falta de gente para continuar. Também dançava a dança da peneira. Aí a gente foi ensaiando mais, fui chamando outras pessoas das CEBs que também gostavam de cantar e dançar. Organizamos o Guerreiro só com as mulheres da CEBs, que era o povo da evangelização, porque esse movimento é para evangelizar e a gente dançava lá nos encontros para alegrar as pessoas. Como eu já sabia músicas de reisado e de Guerreiro também, fui criando outras para cantar com meu grupo. Depois que a prefeitura conheceu esse Guerreiro, começou a me convidar para as festas de Bom Jesus e outros. Mas a primeira vez que a gente dançou fora das CEBs foi no Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Penedo e depois, aqui no Oiteiro, numa festa de Senhor do Bonfim (Dona Francisca, 2023).

Porque o nome do guerreiro Treme Terra?

Porque aqui no Oiteiro, em outros tempos, já existiu um guerreiro com esse nome, que era do senhor Eduardo, então eu botei Treme Terra pra ficar igual ao nosso irmão Eduardo. E o nome não é porque a terra vai tremer, é porque quando a gente pisa no chão com força e as pisadas certinhas, estronda (Dona Francisca, 2023).

Com quantas pessoas a senhora iniciou e quantas atuam no guerreiro hoje? Ela respondeu:

Nós começamos com 12 pessoas, depois foi crescendo, as pessoas foram achando bom. Depois, eu consegui um rapaz que mora aqui para ser o palhaço, ele aceitou, nos acompanhou. Hoje, nós temos 18 pessoas, com as crianças que também dançam. Vendo a gente assim arrumada, a prefeitura foi convidando a gente para dançar nas festas de Bom Jesus, fora daqui do Oiteiro, foi pagando a gente, era uma mixaria, mas servia. Daí, compramos

¹⁹As comunidades eclesiais de base (CEB's) são pequenos grupos organizados em torno da paróquia (urbana) ou da capela (rural), por iniciativa de leigos, padres ou bispos. As primeiras surgiram por volta de 1960, em Nísia Floresta, arquidiocese de Natal, segundo alguns pesquisadores, ou em Volta Redonda, segundo outros. De natureza religiosa e caráter pastoral, as CEB's podem ter dez, vinte ou cinquenta membros. Nas paróquias de periferia, as comunidades podem estar distribuídas em pequenos grupos ou formar um único grupão a que se dão nome de comunidade eclesial de base. É o caso da zona rural, onde cem ou duzentas pessoas se reúnem numa capela aos domingos para celebrar o culto (Frei Beto, 1986, p. 7).

as roupas, fizemos os chapéus, compramos fitas e hoje tá tudo organizado. A prefeitura e qualquer pessoa que chamar a gente para dançar, tem que pagar e pagar o sanfoneiro também (Dona Francisca, 2023).

O guerreiro Treme Terra foi criado lá na CEBs, como é que a senhora vê essa dança sendo parte da cultura quilombola apresentada em ambiente do catolicismo? Sua resposta:

Olhe, meu guerreiro foi criado para evangelizar, a gente canta, dança, alegre o povo, hoje a gente não vai só para a CEBs, vai pra onde nos convidam (Dona Francisca, 2023).

E vocês já foram convidados para outras cidades fora de Penedo? Dona Francisca respondeu:

Sim, a gente foi pra outras cidades, Maceió, Taquarana, Viçosa e Coqueiro Seco e outra. A primeira medalha quem me deu foi Coqueiro Seco, aqui não tinham me dado! Hoje eles já nos dão medalhas porque o guerreiro é a única cultura daqui. Quando você sai pra fora daqui vê tanta coisa bonita de cultura, é uma benção, o povo jovem todos dançando, mas aqui o povo não quer, são poucos os que se interessam. A juventude se interessa mais por outras coisas como trio elétrico, outras danças. Se pudesse fazer aqui um Pastoril, uma Chegança seria muito bonito, mas o povo não quer (Dona Francisca, 2023).

Diante de suas falas, percebi que dona Francisca, mesmo se declarando católica e ministra da Eucaristia, transparece a alegria em conduzir essa expressão cultural que faz parte da cultura quilombola com muita alegria e dedicação. Enxerga-se em seus olhos um brilho ofuscante quando fala de sua participação nas festas à frente daquele folgado.

Ao término da entrevista, dona Francisca me convidou a ver de perto aquele ambiente muito colorido com aquelas fitas de todas as cores e todos os instrumentos utilizados nas apresentações. Nesse momento, pegou seu pandeiro, que estava em cima de uma mesinha, onde também se encontravam os santos de sua devoção, colocou o chapéu de mestra na cabeça, me entregou o chapéu do palhaço também para que eu usasse, começou a dançar e cantar trechos de duas músicas de sua autoria:

*Ô minhas figuras, somos alagoanas
O guerreiro Treme Terra de Alagoas sou eu
O guerreiro Treme Terra de Alagoas sou eu
Nós somos filhas naturais de Penedo*

*Mestre Chica saiu do
Oiteiro, Domingo bem
cedo, às seis horas
Mestre Chica saiu do
Oiteiro, Domingo bem
cedo, às seis horas*

*Nós andamos pela aqui apresentando esse
guerreiro
Olê meninas faceiras, eu te passei um
telegrama
Pra espalhar sua fama e saber que são ligeiras
(Dona Francisca, 2023)*

*Sou devota de Nossa Senhora
Sou alagoana onde o
guerreiro mora
Mestre Chica saiu do Oiteiro,
domingo bem cedo, às seis
horas
Mestre Chica saiu do Oiteiro,
domingo bem cedo, às seis
horas
Eu agora é quem estou
reportando
Sou alagoana onde o
guerreiro mora
Eu agora é quem estou
reportando
Sou alagoana onde o
guerreiro mora
Eu agora é quem estou
reportando
Sou alagoana onde o
guerreiro mora
(Dona Francisca, 2023)*

3.6.2 Grupo de capoeira Mandingueiro de Penedo

Referenciando os negros mandinga da categoria dos malês, o “Grupo de Capoeira Mandingueiro de Penedo”, foi fundado em 2008 por Rogério José dos Santos (Mestre Bentinho), professor de capoeira. O grupo é registrado com CNPJ, tem sua sede no Bairro Santo Antônio, antigo Barro Vermelho onde havia grupos de negros malês, mas também realizatrabalhosnaComunidadeQuilomboladoOiteiro. Deacordocomofundadorodogrupo, a origem do nome é uma homenagem aos mandinga, pois seus avós afirmavam ser descendentes dessa categoria de negros.

Figura 19-RodadecapoeiranaPraçadoOiteiro–Grupo MandingueirodePenedo - 2023



Fonte: Pesquisa da autora (2023).

Além de promover apresentações em eventos, Mestre Bentinho também realiza projetos sociais nas escolas e em outras instituições com o objetivo de apresentar a Capoeira enquanto dança e luta, para que as crianças e os jovens possam se sentir pertencentes àquela cultura e, dentro do contexto das suas origens, resistindo ao apagamento cultural. Mestre Bentinho fala com muita propriedade sobre a importância da capoeira, seu processo histórico e os desafios enfrentados para manter essa dinâmica cultural. Suas reflexões possibilitaram uma abordagem teórica que permite conhecer parte da histórica repressão institucional e social em relação à capoeira aos homens negros da história desse país. Nesse contexto, enfatiza-se a entrada da capoeira para o Código Penal Brasileiro ocorrido em 1890, bem como as práticas da religião africana. Assim estava descrito na lei:

Código Penal da República dos Estados Unidos do Brasil (Decreto nº 847 de 11/10/1890, Capítulo XIII – Dos vadios e capoeiras)

Art. 402. Fazer nas ruas e praças públicas exercício de agilidade e destreza corporal, conhecido pela denominação de Capoeiragem: andar em carreiras, com armas ou instrumentos capazes de produzir lesão corporal, provocando tumulto ou desordens, ameaçando pessoa certa ou incerta, ou incutindo temor de algum mal.

Pena: prisão celular de dois a seis meses. A penalidade é a do art. 96.

Parágrafo único. É considerada circunstância agravante pertencer o capoeira a alguma banda ou malta. Aos chefes ou cabeças, se imporá pena em dobro.

Art. 403. No caso de reincidência, será aplicada ao capoeira, no grau máximo, a pena do art. 400.

Parágrafo único. Se for estrangeiro, será deportado depois de cumprida a pena.

Vale ressaltar, que mesmo diante da repressão e da atribuição de prática criminosa, de forma mais restrita, os grupos de capoeira mantiveram a sua cultura e até que em 1937, o presidente Getúlio Vargas intitulou a capoeira como arte marcial verdadeiramente brasileira descaracterizando-a daquele contexto de criminalidade.

Assim, Mestre Bentinho enfatiza que a capoeira vem ocupando espaços importantes enquanto cultura de origem afro, no entanto, a marginalização dessas práticas culturais ainda é intencionalmente disseminada para que haja a fragilização da resistência negra, isso é percebido nas seguintes situações destacadas por ele:

Nós temos boa aceitação aqui na cidade de Penedo e no Oiteiro, porém, alguns pais de crianças e adolescentes que pedem para entrar na Capoeira, ainda dizem aos filhos que essa dança não é coisa boa e que nós ensinamos a arte de brigar. Eu tento inverter esse pensamento por meio de explicações em palestras nas escolas em conversas com os pais que me procuram e

também convidando as famílias e as pessoas para participar dos das aulas que são os treinos (Mestre Bentinho, 2023).

Então, no sentido de colaborar com essa desconstrução, desde 2022, quando iniciei o processo de mestrado e a lecionar a disciplina de Educação e Cultura em Alagoas na Faculdade Raimundo Marinho, vi a possibilidade de realizar momentos de roda de conversas com os alunos do curso de Pedagogia lá na sede da Capoeira com o Mestre Bentinho. A intenção é mostrar aqueles alunos o verdadeiro sentido e a importância da Capoeira, para que quando forem atuar na categoria de professores em sala de aula, possam trabalhar estratégias de apropriação, pertencimento e reconhecimento da cultura afro, especificamente a capoeira, rompendo estereótipos e entreves para perpetuar essas dinâmicas ancestrais.

Além dos trabalhos de ensino da capoeira, Mestre Bentinho também possui uma oficina onde confecciona, juntamente com alguns jovens do bairro, objetos da cultura afro para serem comercializados.

Figura 20-Visita a oficina do Mestre Bentinho - 2023



Fonte: Pesquisa da autora (2023).

Nesta visita realizada à oficina do Mestre Bentinho, ele informou que os objetos produzidos são vendidos e a verba arrecadada é investida em instrumentos como berimbaus e materiais que são utilizados pelas crianças e jovens atendidos pelos projetos sociais que ele desenvolve. Através da sua fala, percebi a luta incansável para preservar sua ancestralidade africana. A partir de seu discurso narrativo e suas produções, fica evidente a busca por formas de resgatar a cultura e dar visibilidade à representação negra.

Aqui a gente luta pra fazer nossas coisinhas que sejam dessa origem do povo da gente, que possa representar a capoeira e tocá-la pra frente, se deixares morrer pode se acabar. Muita gente não dá valor, mas tem outras pessoas

que acham bonito quando a gente dança, quando ensina.(Mestre Bentinho)

Mestre Bentinho é uma figura importante para a preservação da cultura do povo negro nesta Comunidade do Oiteiro e fora dela. Conforme ele fala “muita gente não dá valor”.Penso que isso é fruto da falta de incentivo a população mais jovem para que conheçam suas raízes ancestrais, aprendam a preservar e valorizar. Não é fácil persistir em manter as raízes africana/quilombola em uma sociedade preconceituosa e racista, porém, conforme ele fala, “não pode deixar esmorece”.

3.7 Dinâmica e educacional na história do quilombo do Oiteiro e seus entornos

Sobre o aspecto educativo, busquei vestígios da educação escolar no início do Quilombo, porém, houve muita dificuldade para encontrá-los. Os que encontrei foram contados pelo Senhor Raimundo do Leite e por meio de uma pesquisa na internet. Perguntando ao Senhor Raimundo sobre se haviam escolas no início o quilombo e como era essa escola, ele relata alguns fatos de épocas bem distantes da origem daquela território.

3.7.1 A Memórias da educação escolar-Escola Isolada Mista do Oiteiro

Nos anos 90, quando minha família veio morar em Penedo, algumas vezes, no final de semana, eu e meu pai íamos a pé do Loteamento Vitória até a margem do rio São Francisco para contemplá-lo. Nesse trajeto, passávamos em frente a uma escola na entrada do Oiteiro. Aquela instituição estava situada um pouco afastada das casas e transparecia o desprezo através de suas paredes sujas, suas portas quebradas, precisando de reforma, em toda a sua estrutura física.

Com o passar do tempo, o povo do Oiteiro foi construindo algumas casas próximo à escola, extinguindo o distanciamento entre o quilombo e ela, porém, aquela escola foi desmoronando aos poucos. Eu via o aspecto educativo daquele lugar evoluindo, a escola sendo ampliada, a demanda de alunos aumentando, porém, ainda não havia despertado o interesse em pesquisar a sua história. Em 2022 quando pensei no Mestrado, construí o projeto de pesquisa com o objetivo de estudar naquela comunidade sendo o aspecto educativo um dos vieses para investigação. A partir do segundo semestre de 2022, quando iniciei minha pesquisa, busquei vestígios da história da educação naquele território. Em uma conversa com o senhor Raimundo do Leite, perguntei-lhe sobre suas memórias nesse contexto

educativo, assim ele relatou:

Lá no tempo que estudei 1940, existia aqui uma escola chamada “Escola Isolada Mistado Oiteiro”, não sei porque esse nome, mas era assim que ela se chamava. Aquela escola foi ficando acabada e depois chegou uma pessoa por nome de Dona Nilza Roberto, restaurou a escola e fez um bom trabalho com a educação das crianças. Aí, em 1995 foi mudado o nome dela para Escola Professor Leonidas Souza, funcionou um tempo com uns projetos, mais tarde, não lembro o ano, passou a ser dominada pelo Estado, mas depois aconteceu um descaso e a escola foi, foi que se acabou, ficou abandonada, se deteriorando (Senhor Raimundo do Leite, 2022).

Aquela escola estava localizada no acesso ao Oiteiro, a partir da Rodovia Mário Freire Leahy. Em busca de mais informações, realizei uma pesquisa na Secretaria de Educação do Estado, sem êxito, pesquisei em ambientes virtuais do MEC, porém, somente em um site do Caixa Escolar encontrei as informações a seguir.

Figura 21 - Informações da Escola Prof. Leonidas Souza

Caixa Escolar Prof Leonidas Souza

Informações de Registro

Casa do CNPJ	
Razão social	Caixa Escolar Prof Leonidas Souza
Natureza jurídica	Associação Privada
Qualificação do responsável	Presidente
Capital social	R\$ 0,00
Porte da empresa	Demais
Matriz ou Filial	Matriz PESQUISAR FILIAIS
Situação cadastral	Baixada
Data situação cadastral	09/02/2015
Motivo situação cadastral	Omissão Contumaz
Início das atividades	23/08/1995

A empresa Caixa Escolar Prof Leonidas Souza é uma empresa com **CNPJ 00.773.776/0001-44**, esta empresa é uma matriz do tipo associação privada e foi fundada em 23/08/1995 situada em Penedo - AL, onde encontra-se com **situação cadastral Baixada** desde 09/02/2015. Esta empresa foi criada para a atividade principal de atividades de associações de defesa de direitos sociais. Veja abaixo mais informações sobre Telefone, E-mail, Endereço, situação cadastral, contatos, consulte os dados nesta página.

Moradores do Oiteiro relatam que a Escola Professor Leonidas Souza permaneceu por mais de 20 anos abandonada. Em alguns momentos houve reclamação de moradores à Prefeitura Local informando que havia indícios de utilização dos espaços, já sem teto, para práticas inconvenientes. Em 2021, a Prefeitura de Penedo, após conversar com moradores, decidiu demolir o que ainda restava para construir um monumento que faz parte do Programa “O

perfil do Meu Bairro Melhor” desenvolvido com recursos próprios da Prefeitura de Penedo.

Figura 22–O que sobrou da Escola Professor Leonidas Souza –Oiteiro 2021



Fonte: <https://penedo.al.gov.br/2021/04/07/sao-obras-de-humanizacao-para-nossa-cidade-diz-ronaldo-lopes-sobre-meu-bairro-melhor/>

Figura 23 –Demolição das sobras da Escola Leonidas Souza



Fonte: <https://penedo.al.gov.br/2021/04/07/sao-obras-de-humanizacao-para-nossa-cidade-diz-ronaldo-lopes-sobre-meu-bairro-melhor/>.

No momento da demolição, foi gravado um vídeo e postado nas redes sociais com um slogan: “Estamos aqui para realizar obras de humanização para esta comunidade”. Enquanto moradora do bairro onde a escola estava inserida e, portanto, pertencente àquela comunidade, fiz o seguinte questionamento: será que arrancar um pedaço da memória educacional da comunidade quilombola, seria, de fato, um ato de humanização? Pois, como afirma Halbwachs (2006. P. 88):

Desse modo, a constituição da memória de um indivíduo resulta da combinação das memórias dos diferentes grupos dos quais está inserido e conseqüentemente é influenciado por eles, como por exemplo, a família, a escola, igreja, grupo de amigos ou no ambiente de trabalho.

Sei que outras escolas já foram construídas, conforme mostrarei adiante, no entanto, esse espaço poderia ser preservado como ambiente histórico que guarda um legado imaterial e a memória das lutas dos quilombolas daquele lugar para se incluírem na sociedade por meio da educação escolar.

3.7.2 Escola Municipal de Educação Básica Irmã Jolenta e a incorporação dos saberes quilombola

Valorizar o passado e recriar o presente tem sido um dos caminhos na construção da identidade quilombola. A dimensão da ancestralidade africana ressignificada no Brasil, os conhecimentos transmitidos pelas gerações de negros que viveram durante o período da escravidão, as mudanças advindas após o processo da Abolição, as vivências e as lutas no Brasil, antes durante a ditadura militar, os avanços sociais e políticos advindos da Constituição de 1988 e as lutas pela garantia do direito à terra, ao território, à saúde, à moradia, ao trabalho e à educação encontram-se emaranhados nesse processo. Pensar o currículo da Educação Escolar Quilombola não significa se ater apenas a um passado histórico ou se fixar ao momento presente. Significa realizar a devida conexão entre os tempos históricos, as dimensões socioculturais, as lutas sociais do Movimento Quilombola e do Movimento Negro, as tradições, as festas, a inserção no mundo do trabalho (Brasil, 2012, p.42).

A Escola Municipal de Educação Básica Irmã Jolenta, localizada na comunidade quilombola do Oiteiro, Penedo/Alagoas, foi fundada em 26 de fevereiro de 1985. De acordo com o que está descrito no Projeto Político Pedagógico, a escola recebeu esse nome em homenagem a uma freira que prestou relevantes serviços à comunidade penedense, especialmente à aquela comunidade.

De acordo com a diretora atual, Jane Freire, inicialmente, foram construídas quatro salas de aula, porém, com o passar dos anos, não foram suficientes para dar conta da demanda de matrículas. Então, no ano de 2017, por conta do crescimento populacional da comunidade, a escola teve a necessidade de ser ampliada, não havendo espaços para construção, foi construída uma extensão no mesmo bairro, porém, distante há uns 500 metros da sede. Atualmente, a escola matriz oferta Educação infantil, Ensino Fundamental anos iniciais e finais e a escola extensão, oferta Ensino Fundamental anos iniciais (1º ao 5º ano) e anos finais (6º a 9º). Possui 672 alunos matriculados na matriz e extensão.

Figura 24 –Matriz da Escola Irmã Jolenta comunidade quilombola do Oiteiro - 2023



Fonte:SEMED(2023)

Figura25 –Extensãoda EscolaIrmãJolenta comunidade quilombola do Oiteiro - 2023



Fonte:SEMED(2023)

Um aspecto intrigante visualizado naquela escola durante os dias em que vivi intensamente minha pesquisa foi a questão do ensino para a incorporação dos saberes quilombolas, pois poucas ações eram realizadas nesse sentido, também não existia formação continuada para que os professores realizassem seu fazer pedagógico embasado nas normas e diretrizes quilombolas. Em uma conversa com os coordenadores e professores, relataram que em 2018 e 2019 houve um projeto de formação para os professores com a parceria da Universidade Federal de Alagoas e Secretaria Municipal de Educação, porém, não teve continuidade, a escola realiza apenas alguns momentos de orientação realizados pela Secretaria Municipal de Educação. No Ensino Fundamental dos anos finais – 6º ao 9º ano, os docentes desenvolvem algumas ações para contemplar os requisitos da Lei 10.639/2003 que trata da obrigatoriedade para o ensino de História e cultura afro nas escolas, no entanto, as Diretrizes para a Educação Étnico Racial, e as Diretrizes da Educação Quilombola eram pouco conhecidas pelos professores, nas demais turmas, geralmente, são desenvolvidas atividades sem novembro - mês da Consciência Negra.

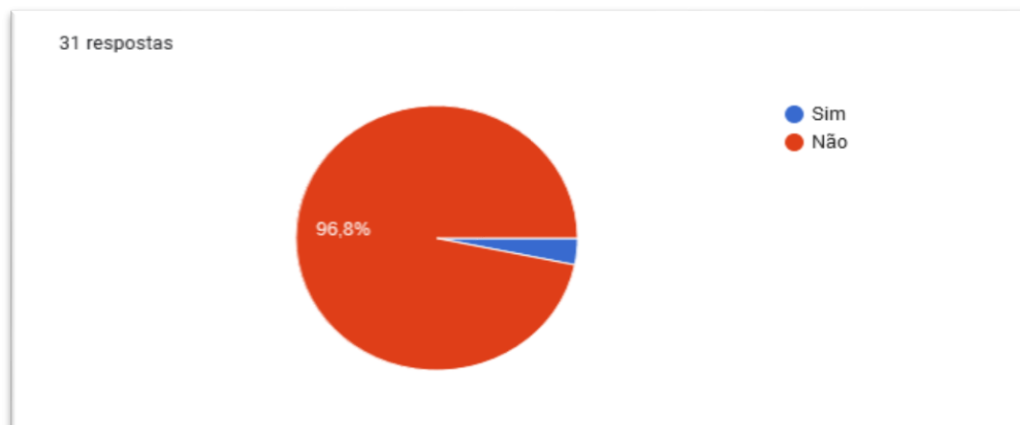
O currículo representa, assim, um conjunto de práticas que propiciam a produção, a circulação e o consumo de significados no espaço social e que contribuem, intensamente, para a construção de identidades sociais e culturais. O currículo é, por consequência, um dispositivo de grande efeito no processo de construção da identidade do (a) estudante. (Moreira e Candau, 2007, p.28).

Diante disso, levei o problema para a Faculdade Raimundo Marinho de Penedo - local

onde trabalho, já que aquela instituição possui parceria com as escolas da rede municipal para fins de Estágio Supervisionado e Projetos de Extensão. Lá, juntamente com os alunos do curso de Pedagogia, a partir da disciplina Atividades Extensionistas, elaboramos um projeto de extensão e conseguimos executar durante o semestre 2023. 2. A intenção foi incentivar aquela escola para que organizasse seu currículo a partir das determinações presentes nas diretrizes para a comunidade quilombola.

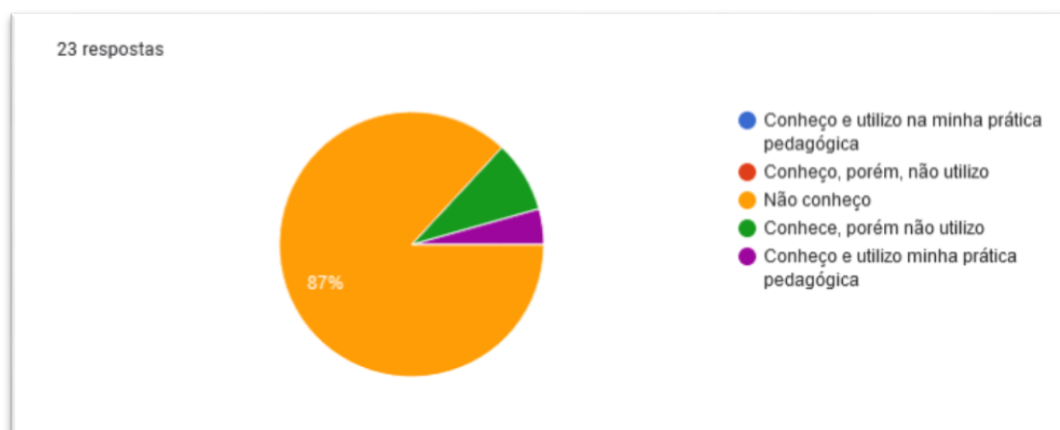
Inicialmente, os alunos realizaram uma pesquisa com a equipe diretiva, coordenadores pedagógicos e professores, o intuito foi coletar informações abrangentes, em seguida, foram elaboradas as atividades. Na pesquisa realizado por meio de questionário contendo cinco questões objetivas obteve-se o seguinte diagnóstico:

Gráfico 1 - Você conhece a Lei 10.639/2003?



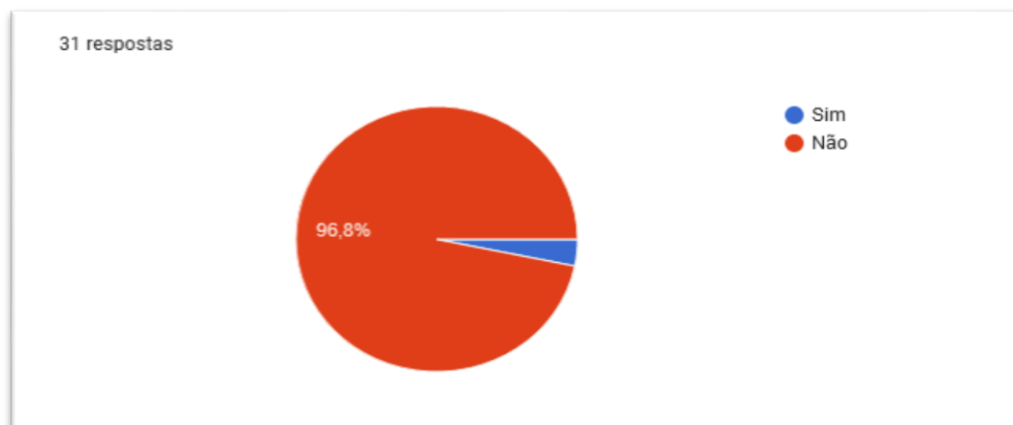
Fonte: Estudantes do curso de Pedagogia FRM/Penedo (2023)

Gráfico 2 - Qual o seu conhecimento e utilização das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Quilombola criadas em 2012?



Fonte: Estudantes do curso de Pedagogia FRM/Penedo (2023)

Gráfico 3 - Conhece o Parecer CN/CEB nº 3/2021 que trata das Diretrizes Nacionais Operacionais para a garantia da Qualidade das Escolas Quilombolas?



Fonte: Estudantes do curso de Pedagogia FRM/Penedo (2023)

Nesse diagnóstico, os estudantes constataram que 81% dos professores daquela escola não conheciam a Lei 10.639/2003 de forma precisa, 87% não conheciam as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Quilombola criadas em 2012 e 96,8% não conheciam o Parecer CN/CEB nº 3/2021 que trata das Diretrizes Nacionais Operacionais para a garantia da Qualidade das Escolas Quilombolas e, 89% disseram realizar atividades relativas ao contexto da educação quilombola apenas no mês de novembro confirmando o resultado da minha conversa anteriormente ao diagnóstico deles. A falta de conhecimento e cumprimento dessa legislação nos remete às seguintes considerações:

O dilema de ontem ainda é o de hoje: como fazer com que leis tão progressistas se realizem na prática? Atualmente, contamos com muito mais controles sociais que os africanos e abolicionistas brasileiros do início do século XIX. As organizações populares, os meios de comunicação e um governo formalmente comprometido com a democracia fazem com que as pressões para a realização dos direitos quilombolas sejam muito maiores hoje. Mas ainda assim, vivemos uma situação de insegurança de direitos, isto é, uma situação na qual não temos certeza de que tais direitos serão efetivados (Arruti, 2008, p. 21).

Sendo assim, os direitos de apropriação do saberes quilombolas por meio da educação, determinados pela legislação, não estão sendo efetivados. É necessário que os professores, gestores e todos os que estão inseridos na instituição escolar se apropriem desse contexto. Analisando a descrição de Arruti (2008, p.21), “[...] o dilema de hoje ainda é o de ontem[...]”. À luz da Lei 10.639/2003, é possível refletir que mesmo passados mais de 20 anos de obrigatoriedade para garantir o trabalho sobre a história e cultura afro nas escolas, esse direito ainda não foi efetivado.

Partindo desse contexto de diagnóstico realizado, organizei, juntamente com as turmas de Pedagogia da Faculdade Raimundo Marinho, algumas ações de extensão através do projeto “Legislação quilombola e a apropriação de saberes”. O objetivo foi despertar nos professores o desejo de conhecimento da legislação quilombola e os saberes da comunidade para ressignificar suas práticas pedagógicas de forma que promova o reconhecimento da identidade, o sentimento de pertencimento e fortalecimento das memórias daquele território.

Para embasamento das atividades foram utilizadas a Resolução N° 07, de 18 de Dezembro de 2018, que trata das atividades de extensão no Ensino Superior, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional Lei N°9.394/1996 - Lei N°024/1961, a Lei 10.639/2003 que traz a obrigatoriedade para trabalhar a história e cultura afro nas escolas a partir da seguinte determinação:

Art. 26–A Nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira.

§ 1º O conteúdo programático a que se refere o caput deste artigo incluirá o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinente à História do Brasil.

§ 2º Os conteúdos referentes à História e Cultura Afro-Brasileira serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística e de Literatura e História Brasileira (Brasil, 2003).

Naquele contexto, foram realizada palestra com os professores da Escola Irmã Jolenta sobre a obrigatoriedade da Lei 10.639/2003, rodas de conversa sobre possíveis atividades pedagógicas que sejam capazes de construir nos alunos o sentimento de pertencimento a uma comunidade quilombola, oficinas com os professores para a elaboração de planejamentos pedagógicos que incluam o estudo da história e cultura afro.

Também foi realizada uma oficina da cartilha “Vamos repensar nosso vocabulário? racismo sutil” criada em 2020 pelo Programa PARATODOS do SESC e SENAC de diversidades. Essa cartilha articula-se com a Lei 10.639/2003 e as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola. Nela se encontra uma série de palavras e expressões que estão no nosso vocabulário cotidiano e que nos fazem produzir discursos preconceituosos reforçando estereótipos. Sendo assim, as atividades tiveram como objetivo repensar estas expressões e refletir sobre possíveis mudanças através da educação quilombola.

Sobre os resultados do projeto, destacam-se relatos dos alunos do curso de Pedagogia da FRM. O primeiro relato é da aluna Lucila Erica Barbosa da Silva que liderou

as atividades com os professores:

Durante a realização desse projeto percebemos que é muito importante obter conhecimento sobre a história e cultura afro-brasileira para promover a igualdade. Vi que a educação tem o poder de desempenhar um papel fundamental no reconhecimento da identidade do aluno, mostrando a importância de pertencer a um grupo cultural, conhecer sua história, cultivar suas memórias e manter o respeito evitando o racismo. Deixamos o incentivo naquela escola para que os professores cumpram o que determina a Lei 10.639/2003 e as demais legislações quilombolas. Vimos que todos entenderam que ela necessita ser aplicada (Lucila - aluna do Curso de Pedagogia da FRM, 2023).

O outro relato é da aluna Beatriz dos Santos que esteve a frente das atividades realizadas com os alunos:

As atividades que realizamos com as crianças quilombolas da Escola Irmã Jolenta proporcionaram o estudo de sua cultura, que é tão valiosa, e a reflexão sobre aqueles termos racistas que muitas vezes eles próprios usavam até de forma inconsciente. Isso foi muito importante porque refletiu também no reconhecimento da cultura como raiz de toda aquela história. Lá, nós presenciamos um fato muito interessante, no momento da avaliação final das atividades, quando utilizamos três questões: Que bom! - Pontos positivos, Que pena! - Pontos negativos e Que tal? - Sugestões. Uma aluna do 6º ano do Ensino Fundamental falou: "O que eu achei bom foi quando vocês falaram da história do Oiteiro e daquelas palavras que não se pode falar, porque minha mãe sempre diz: 'Venha limpar o que você sujou! Deixou pra mim? Tá pensando que eu sou sua nega?' Aí como sugestão, eu queria que vocês conversassem com elas sobre isso." (Beatriz Santos – aluna do curso de Pedagogia – FRM, 2023).

Ante esse relato, percebe-se a necessidade de trabalhar essas questões no cotidiano das escolas, pois, conforme afirma a Cartilha “Vamos repensar nosso vocabulário?: racismo sutil” (2020), isso relembra o tratamento às mulheres escravizadas, e, seguidamente, assediadas. Sobre a sugestão da aluna, vê-se também que é preciso a escola desenvolver ações não somente com os estudantes, mas envolver as famílias e a comunidade, entendendo que elas precisam fazer parte do currículo, conforme afirmam os autores seguintes.

3.7.3 Escola Municipal de Educação Básica Josef Bergmann: educação escolar dentro do bairro, fora do quilombo

A Escola Municipal de Educação Básica Josef Bergmann está situada na Vila Santa Clara, dentro do Bairro Senhor do Bonfim há aproximadamente 700 metros do quilombo do

Oiteiro. Foi construída em 1988 e recebeu este nome em homenagem a Josef Bergmann, empresário alemão, amigo do Bispo Dom Constantino Lüers, que naquela época havia construído a Vila.

A Escola Josef Bergmann atende a duas categorias de povos tradicionais: quilombolas e ciganos. Mesmo ainda não estando dentro do processo de reconhecimento, como escola quilombola, trabalha a partir de uma dinâmica que contempla quase todas as exigências que são inerentes a esse contexto para atender aos alunos quilombolas. Ao contrário da Escola Irmã Jolenta, aquela instituição desenvolve ações sistematizadas sobre todos os aspectos das duas categorias de povos atendidos, seu sistema de ensino está organizado desde o Projeto Político Pedagógico aos planejamentos dos professores e planos de aula. No entanto, nela ainda há aquele aspecto já discutido anteriormente sobre dentro do bairro e fora do quilombo, pois, alguns alunos e famílias não se reconhecem como pertencentes aos quilombolas. Para tanto, existem projetos realizados naquela instituição com objetivos de trabalhar a formação continuada dos professores para atuarem no cumprimento da Lei 10.639/2003 Art. 26-A:

Nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira.

§ 1º O conteúdo programático a que se refere o caput deste artigo incluirá o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil (Brasil, 2003).

Aquela escola acredita que “[...] O estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil” (Brasil, 2003), garantirão aos alunos o conhecimento necessário para que possam perceber a importância dessa categoria de povo e conquistar o sentimento de pertencimento bem como, respeitar e valorizar a diversidade cultural existente na escola e fora dele.

O trabalho realizado naquela instituição responde a uma questão apresentada na metodologia dessa dissertação: como contribuir para a valorização do povo negro ao qual pertencemos, combater as formas de preconceito, racismo e intolerância religiosa? A seguir, evidências de um exemplo dos projetos realizados para responder a tal questão. O projeto “Minha Escola tem História” teve como objetivo realizar uma amostra cultural, apresentando toda a história da escola, incluindo a cultura dos povos que ela acolhe, além de palestras abordando temáticas pertinentes às culturas quilombolas e ciganas.

Projeto “Minha Escola tem História” - Escola Josef Bergmann

Figura26-Imagensdo projetoMinhaescolatemHistóriaEMEB Josef Bergmann – 2023



Fonte: aautoradapesquisa(2023)

Todo esse processo de organização e elaboração de atividades sistematizadas encontra-se documentado no Projeto Político Pedagógico da Escola e se desenvolve através de ações planejadas pelos professores e toda a comunidade escolar. A pedagogia desenvolvida pela escola segue os princípios elencados por Moreira e Candau, presentes em seu livro Multiculturalismo, Diferenças Culturais e Práticas Pedagógicas.

Um primeiro aspecto a ser trabalhado, que considero de especial relevância, diz respeito a proporcionar espaços que favoreçam a tomada de consciência da construção da nossa própria identidade cultural, no plano pessoal, situando-a em nsvº daltonismo cultural presente no cotidiano escola (Moreira e Candau, 2008, p.27).

Pensando nesse espaço, aquela organização para trabalhar a cultura quilombola e cigana de forma sistematizada e cotidiana, foi iniciada quando estive à frente da direção da referida escola de 2009 a 2016 conforme mencionei na introdução dessa dissertação. Em 2017, assumi a coordenação pedagógica geral do município, porém, continuei acessorando a organização daquelas atividades. Atualmente, atuando no Programa de Formação para as Comunidades, Ciganas, Indígenas e Quilombolas do município de Penedo-Alagoas, dedico parte do meu tempo na busca de estratégias que possam ressignificar o ensino-aprendizagem de todas as escolas que atendem essas categorias de povos tradicionais.

3.8 Experiências da religiosidade africana na Comunidade Remanescente Quilombolado Oiteiro

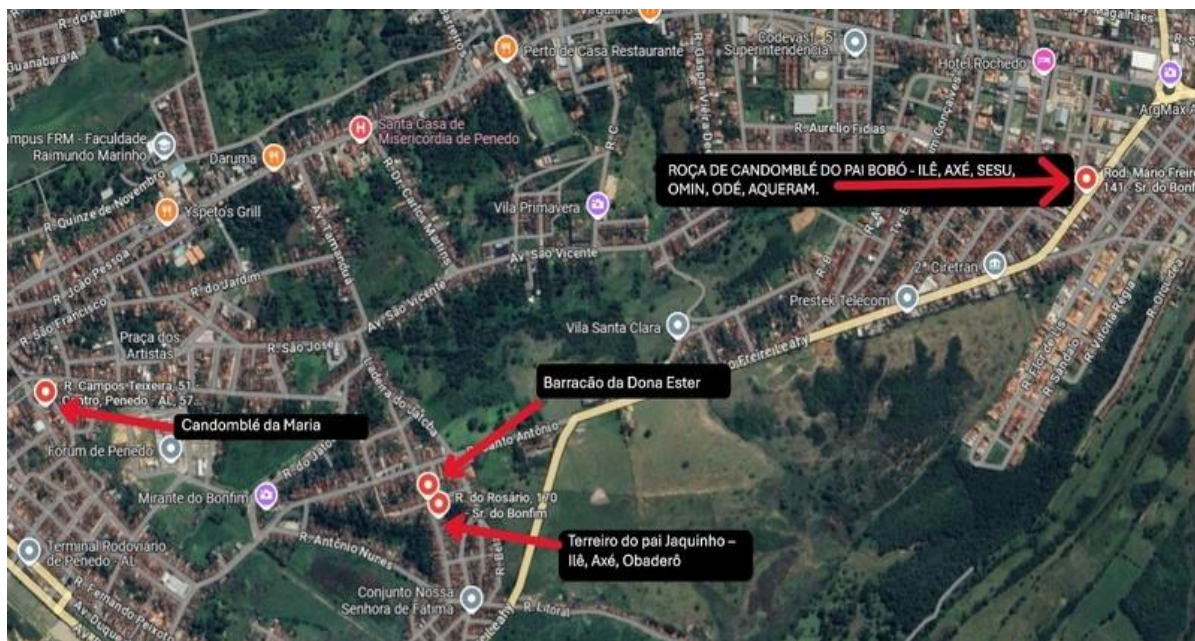
“A ancestralidade africana tem um fazer religioso, repleto de ritos, cânticos, mitos e oráculos” (Munanga, 2008, p. 46). Em minha pesquisa na comunidade em questão, foi possível perceber esse fazer religioso. A partir de conversa realizada com um dos meus interlocutores, o senhor Raimundo do Leite de 76 anos de idade, o mesmo relata que essa comunidade, em tempos antigos, contava com 6 (seis) terreiros, hoje essa quantidade diminuiu:

Lá no começo dos tempos aqui existiam seis terreiros: Terreiro da Dona Arlinda, o Terreiro do Anunciado, o Terreiro Pena Verde, o Terreiro Maria Samambaia, o Terreiro da Ester, o Terreiro do Juvenal. Os cultos eram dias de sábado, quando todos começavam a tocar, era um barulho medonho e todos eram bem frequentados pelo povo daqui. Esses terreiros foram desaparecendo. Esses terreiros foram se acabando mas ainda hoje resistem outros, o Terreiro da Dona Ester, Terreiro do Pai Jaquinho. Há também outro Terreiro que não está situado no quilombo, mas no bairro pertencente a ele, que é o Terreiro do Pai Bobô que fica ali mais pra cima (senhor Raimundo do Leite, 2023).

Este “[...] ali mais pra cima[...]” citado pelo senhor Raimundo quer dizer que essa casa de culto africano está localizada em um loteamento dentro do bairro Senhor do Bonfim,

porém, a 1 km de distância do Oiteiro. Embora não citados pelo senhor Raimundo, há ainda, dentro do te quilombola, a casa de culto africano da dona Maria, a presidente da confederação dos terreiros alagoanos. Não consegui visitar esta casa, apenas conversei com ela por telefone, já que a mesma me informou não possuir tempo disponível para visita ou entrevista.

Figura 27– Localização dos terreiros na Comunidade Remanescente Quilombola do do Oiteiro.



Fonte: Google maps (2024).

3.8.1 Roça de Candomblé do Pai Bobô - Ilê, Axé, Sesu, Omin, Odé, Aqueran

O primeiro campo de pesquisa deste recorte etnográfico sobre a religião de matriz africana foi a Roça do Candomblé do Pai Bobô denominada “Ilê, Axé, Sesu, Omin, Odé, Aqueran” que tem como dona Iemanjá. Antes de tratar do conhecimento conquistado e as experiências observadas nesta casa de culto africano, trouxe o recorte de onde ela está situada e dos conflitos existentes com o quilombo do Oiteiro. Esta casa de Axé está situada no bairro Senhor do Bonfim considerada terras quilombolas há um quilômetro do Oiteiro. Porém, de acordo com os nativos do quilombo, sobretudo as lideranças religiosas, há uma disputa acirrada entre esse terreiro e os espaços religiosos de matriz africana daquela comunidade quilombola, estas disputas ocorrem por conta de bens simbólicos e posição econômica/social.

Quando iniciei a pesquisa naquela comunidade, tive uma conversa com uma amiga do quilombo, forte liderança pelo fato de ter sido presidente da Associação dos Moradores e hoje é integrante da equipe de organização da Lavagem do Bonfim, a Jó do Oiteiro. Nessa conversa, perguntei sobre o evento, sobre a organização, os participantes e porque o senhor Francisco - Pai Bobô não participava daquela festa, já que ele é o responsável pela Lavagem

do Beco - um evento dedicado ao orixá Oxalá que ocorre no Largo do Rosário, Centro Histórico de Penedo com ritual, símbolos e performances, se apresentando como festa de purificação. Então, Jó relatou o seguinte:

No primeiro evento que ocorreu em 2017, nós fomos convidar o Pai Bobô para nos ajudar na organização e participar com seu povo, porém, ele falou que poderia, no entanto, cobrou um valor muito alto, que não estava dentro das nossas possibilidades financeiras. Dessa forma, decidimos nos organizar com o povo do quilombo e o convidamos apenas para participar, no entanto, ele não veio. O povo da organização, principalmente quem faz parte dos terreiros daqui, ficou revoltado, porque ele tem um espírito de rico, a casa dele é frequentada por gente da alta sociedade, então, se negou a nos ajudar porque somos pobres e quilombolas de raiz. Ele não quer se misturar conosco. Mas a Lavagem do Beco organiza tudo, traz filhos e pais de santo de todos os lugares, ali tem médico, advogado, empresários, só gente rica, e consegue muito dinheiro para se mostrar. Nós nos sacrificamos, batemos nas portas para conseguir o básico quando queremos realizar qualquer festinha simples no quilombo. (Jó do Oiteiro, 2023).

Enquanto pesquisadora iniciante da religião africana, percebi que, para compreender essa guerra espiritual e de poder social do relato de Jó, é necessário realizar pesquisas mais avançadas, pois a complexidade nesse campo da religião de matriz africana não poderá ser explicada a partir de um único relato. Sobre esse aspecto, pretendo me debruçar futuramente.

Para conhecer a casa de candomblé “Ilê, Axé, Sesu, Omin, Odé, Aqueran”, procurei um amigo, filho de santo do dono daquele espaço religioso, ele me falou que precisaria agendar e tomou a responsabilidade de fazer isso. O agendamento foi marcado e no dia 04 de setembro de 2022 fui visitar. Sobre sua identidade e início de pertencimento a essa religião, ele informou que seu nome é Francisco Moura de Farias, solteiro e conhecido pelos adeptos do Candomblé como Pai Bobô. Iniciou sua entrada na religião de matriz africana aos 18 anos. Ele contou que adoeceu em Arapiraca, foi a Maceió – capital de Alagoas, conheceu uma Mãe de Santo chamada Maria de Lourdes mas conhecida como “Mireia” onde fez seu processo de iniciação. Lá descobriu que seu orixá de iniciação é Oxossi – divindade africana que representa o conhecimento e as florestas. Segundo ele, primeiro pertenceu a Umbanda, depois foi para o Candomblé. Perguntei-lhe qual a diferença entre Umbanda e Candomblé? Ele respondeu:

A Umbanda não disciplina seus orixás nem as pessoas que irão recebê-los, no Candomblé há essa preocupação com a disciplina. Por isso, os filhos de Santo precisam passar 21 dias recolhidos em quartos para fazer o Orixá, disciplinar, ensinar como deve agir (Senhor Francisco - Pai Bobô, 2023).

Durante a conversa, o dono da casa relatou que aquela Roça do Candomblé – que o povo ainda chama de Xangô, foi criada em 1993 assim ele descreve:

Eu tinha um Centro em Garanhuns, porém, tinha muita vontade de morar perto de um rio. Aqui era um local pouco habitado, tinha muitas árvores, também perto do rio e como se sabe, a religião africana sempre foi discriminada, então aqui seria um lugar onde eu poderia exercer minhas obrigações sem incomodar ninguém e em contato com as coisas naturais. O bairro foi crescendo, hoje está bem povoado, existe a discriminação mas as pessoas respeitam (Senhor Francisco - Pai Bobô, 2023).

No dia 08 de novembro de 2022, o meu Professor orientador Ulisses Neves Rafael que estaria participando da Expedição Científica do Baixo São Francisco realizando levantamento e registro científico das populações tradicionais, chegando em Penedo e estando o Oiteiro em sua rota de visitas, solicitou que eu o acompanhasse em uma visita ao senhor Francisco, o babalorixá Pai Bobô. Lá, enquanto ele realizava sua entrevista, fiz várias anotações a respeito dos rituais, sincretismo e sobre conhecer a parte externa da casa. Apesar de morar bem próximo, ainda não teria entrado naquele espaço religioso de matriz africana, que muitas pessoas da rua onde moro chamam de "Casa de Macumba" e "Casa de Xangô", como termos pejorativos.

No dia 08 de julho de 2023, fui convidada para vivenciar uma experiência naquele ambiente, foi numa festa de Xangô. Logo que recebi o convite, aceitei e comecei a organizar o meu imaginário, para adentrar naquele espaço desconhecido, sem saber o que aconteceria lá.

A dança dos orixás, expressa um momento muito rico de símbolos, ritmos, gestos. O som dos tambores permite os integrantes do evento dançar num ritual organizado e harmonioso, as coreografias e os gestos realizados transparecem a magia existente naquele ritual e o sentimento de pertencimento à religião. Isso remeteu ao pensamento seguinte:

No corpo dos filhos de santo estão encarnados os esquemas de percepção e ações vivenciadas e atualizadas nas interações sociais, pelas experiências passadas, que funcionam como um código de interpretação da experiência em curso, um conhecimento pré-reflexivo presente no corpo socialmente informado (Bourdieu, 2005, p. 169).

Figura 28 – Dançados orixás casa do Pai Bobô- 2023



Figura 29– Saudação a Xangô casa do Pai- Bobô - 2023



Fonte:Pesquisadaaautora(2023)

A figura 29 que apresenta a saudação a Xangô, um ritual imagético em que evidenciei os processos de circulação e gesticulação como um momento em que seus filhos e os demais filhos de outros orixás se curvam diante dele para realizar sua saudação em atitude de obediência aquela autoridade da religião africana. Apoio-me em Mota (2020, p, 6), quando afirma: “A dança e o transe do Xangô possuem grande visibilidade, são, portanto, o que mais impressiona-os

Sempre tive a curiosidade de saber como seria o processo de iniciação no dos filhos de Santo e, ao ler o livro de Luiz Nicolau Parés, aguçou a vontade de entender esse processo a partir do que ele descreve: A iniciação de adeptos para a consagração às divindades constitui uma das características centrais do Candomblé e comporta uma mudança do papel e status do indivíduo em relação ao grupo social”. (Parés, 2006, p. 324). Na busca por informações que me possibilitassem o entendimento mais amplo, perguntei ao senhor Francisco - Pai Bobô sobre as etapas para se tornar filho de santo na sua Roça de Candomblé, e ele respondeu:

Primeiro joga-se os búzios para saber qual o Orixá da pessoa e, ao descobrir, vem o procedimento de raspar os cabelos (orô). Nessa etapa, o ambiã recebe Oxum – que é a forma de comunicação entre o iniciante e seu orixá. Também passará por um ritual de pintura do corpo chamado de efun. Iniciam-se os dias de recolhimento. Lá no quarto, que ele chama de “camarinha do santo”, acontecem os momentos de Boris, oferendas, ebós, rezas, ensinamentos sobre os modos de comportamento, como receber as pessoas. Também aprende-se as músicas e danças dos orixás. O processo da camarinha dura 7 dias, porém, existem mais 14 dias para a doutrinação do

orixá, totalizando 21 dias. Depois de todo esse procedimento, o abiã oferece sacrifícios ao seu orixá e agora passa a ser chamado deyàwó. Acontece a festa de saída, onde ele é apresentado à comunidade. (Senhor Francisco - Pai Bobô, 2023).

Pai Bobô também me falou sobre a saída de santo que é o momento em que acontece a saída da camarinha, este é recebido com uma festa pelos demais integrantes do terreiro para marcar essa passagem significativa em sua vida. Agora é acolhido pela comunidade da casa que o ajudará nesse tempo de adaptação a nova realidade.

Figura 30- Saída de santo filho de Xangô casa do Pai Bobô -2023



Figura 31- Filho de Xangô recebendo flores casa do Pai Bobô -2023



Fonte: Filhade santoBebeto(2022).

Em relação ao ambiente natural, a casa “Ilê, Axé, Sesu, Omin, Odé, Aqueran Pai Bobô apresenta muitos aspectos ligados a natureza como árvores, pedras, plantas pequenas, áreas de chão de barro. O recorte da natureza é evidenciado por toda parte.

O senhor Francisco conhecido como Pai Bobô, enfatiza que esse contato dos filhos de Santo com os elementos naturais traz irradiações e vibrações energéticas positivas que servem para efetivar a relação entre iniciante, natureza e orixás, permitindo uma iniciação saudável. Isso pode ser melhor compreendido a partir da seguinte teoria:

Na cultura africana, tudo é “História”. A grande história da vida compreende a história da terra e das águas (geografia); a história dos vegetais (botânica e farmacopéia); a história dos “filhos do seio da Terra” (mineralogia e metais); a história dos astros (astronomia, astrologia), a história das águas, e assim por diante [...] E quando falamos de ciências “iniciatórias” ou ocultas, termos que podem confundir o leitor racionalista, trata-se sempre, para a África tradicional, de uma ciência eminentemente prática que consiste em saber como entrar em relação apropriada com as forças que sustentam o mundo visível, e que podem ser colocadas a serviço da vida (Hampaté bâ 1982, p. 195).

Sendo assim, esse território espiritual, com caráter natural transforma-se em espaços de memória das origens e tradições onde o processo de iniciação dos filhos de santo pode ocorrer de maneira tranquila e calma já que nas expressões do informante Pai Bobô “[...] a feitura do santo é concebida como um renascimento, porém, um momento difícil também, a partir de agora tudo será novo na vida do yàwó”.

Sobre o segredo para a resistência, Pai bobô relata:

O povo daqui não é muito preconceituoso, aqui acolá a gente encontra pessoas com discriminação, mas o segredo é fazer suas coisas sem incomodar ninguém e quando acontecer algum ato de discriminação não revidar com brigas. Eu procuro me dar bem com todo mundo e aconselho os meus para fazer o mesmo, assim a gente pode manter a nossa cultura sem aborrecimentos (Senhor Francisco - Pai Bobô, 2023).

Em suas palavras, nota-se que apesar de não haver racismo forte ao ponto de confrontar a cultura da religião africana, ele precisa, em alguns momentos, tolerar tais atitudes. Pelo que observo muitas pessoas que moram na comunidade quilombola ainda carregam consigo raízes profundas de intolerância religiosa. Isso é evidenciado quando vejo muitos dos que passam em frente à casa de Pai Bobô fazendo o sinal da cruz e desviando-se para não caminhar na calçada.

3.8.2 Terreiro do Pai Jaquinho “IlêAxé, Obaderô

O terreiro está situado no centro da Comunidade Quilombola do Oiteiro. Seu dono é Jakson dos Anjos com 49 anos de idade. Aquela casa de religião africana foi um dos locais visitados para conhecer de perto a realidade da religiosidade africana. Eu já o conhecia, porém, nunca havia conversado sobre aspectos da religião. Em minha primeira visita à casa dele, me apresentei, falei da pesquisa e disse que precisaria de alguns momentos de conversa para entender aquele espaço, Jaquinho me recebeu com muita alegria e se dispôs a conversar, então, iniciei a minha entrevista para saber informações sobre sua entrada para a religião de matriz africana e todo o processo que envolve sua atuação enquanto Pai de Santo. A primeira questão foi sobre como ocorreu todo o seu processo para adentrar na religião de matriz africana e ele relatou:

Sou filho de pais católicos que se separaram. Eu adoeci ainda criança com 11 anos e minha mãe me levou para a casa do Senhor Agenor na Cacimbinha²⁰, lá foi onde eu fiz a iniciação. Mas minha feitura de santo foi na Casa de Umbanda do Pai Elisio “Odé, que era um pai de santo que tinha uma casa de Umbanda quase na saída de Penedo, (falecido). Lá foi onde eu fui raspado e catulado. Raspei pra Xangô, eu tinha 37 anos de idade. Quando sai de lá, filho de santo, fui “trabalhar com Dona Ester – uma mãe de santo aqui do bairro. Depois, ela me deu um cargo de pai pequeno que é a segunda pessoa da casa. Então, então eu fui aprendendo mais coisa, não tava dando mais certo com ela, me tornei pai de santo. E então, abri minha casa (Jakson dos Anjos, - pai Jaquinho).

No que se refere ao racismo, perguntei como ele percebe esse aspecto desde o início de sua vida enquanto Filho e Pai de Santo, o qual me respondeu:

O preconceito existe desde o começo, mas dá pra gente viver. Antes eu me incomodava mais, só que agora eu já me vejo com mais consciência, com mais valor. A gente tem as pessoas que não querem se aproximar, que tem medo, que acham que a gente vai fazer o mal porque é de xangô, mas também hoje já tem muitos que tiraram esse preconceito. Eu tenho colegas que são professoras que vem aqui, tem outras pessoas que são assim de um meio melhor e também vem aqui (Jakson dos Anjos – pai Jaquinho).

Quando Jaquinho falava sobre “tem aquelas que são de um meio melhor”, percebi que ainda carrega consigo a concepção de inferioridade. Mesmo já estando com “mais consciência e com mais valor” como ele diz, ainda não conseguiu se perceber dentro de um contexto de igualdade ou incluído na sociedade.

Também questionei Jaquinho acerca do seu zelo com os santos e orixás, porque percebi que haviam dois quartos diferentes. Sua resposta foi a seguinte:

Existem dois quartos: um quarto da direita ou dos santos, onde ficam assentados os orixás e outro da esquerda onde ficam o povo da rua (Jakson dos Anjos conhecido como Jaquinho).

Preciso relatar que em meu primeiro contato com aquele terreiro, Pai Jaquinho me convidou para conhecer os quartos que ele chama de “quarto da direita e quarto da esquerda”, ou “quarto de santo e quarto do povo da rua, ou ainda cafuna”. No primeiro momento, não consegui entrar no “quarto da esquerda”, o fato de nunca ter conhecido aquelas imagens me fazia intolerante à religião, além disso, sentia muito medo por ter convivido a maior parte da

²⁰Bairro periférico da cidade de Penedo localizado há aproximadamente **xxxxxxxx** quilômetros da Comunidade Remanescente Quilombola do Oiteiro.

vidacompeçoasquesempremediziam:“ninguêmpodeentraremumacasadexangôsemse preparar”.

A partir de alguns momentos de conversa em dias posteriores, descobri que o medonão estava mais comigo, da mesma forma de antes, então, ao retornar a casa de Jaquinho para obter novas informações, percebi aquele ambiente já não me causava preocupação. Então, entrei nos quartos, observei e fotografei com a permissão de Jaquinho, as figuras abaixo:

Figura 32–Imagens dos orixásno quarto de santo da casa de Jaquinho – Oiteiro - 2023



Fonte:Aautora(2023)

No quarto da esquerda também chama do de cafuna, paiJaquinhoexplicaqueseencontraopovodarua.Então,também entreilá efotografeiasimagens abaixo:

Figura 33-Imagens do quarto da esquerda casa do pai Jaquinho Oiteiro -2023

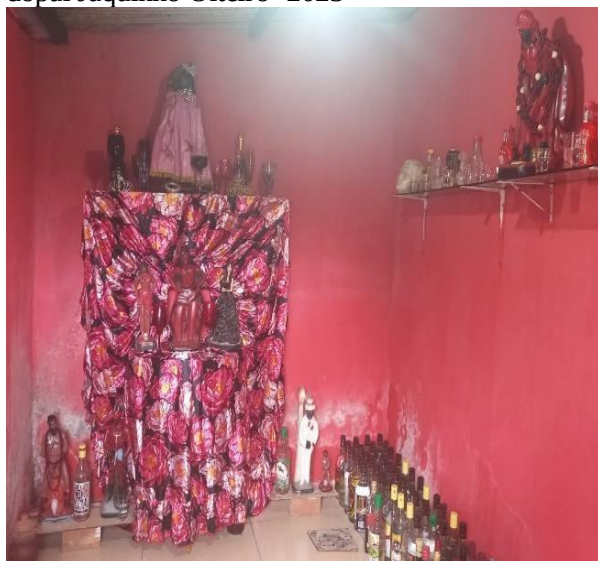


Figura 34-Imagens do quarto da esquerda casa do pai Jaquinho Oiteiro -2023



Fonte:Aautora(2023).

Esse povo tem esse nome porque representam alguns espíritos que quando estavam vivos viviam em um mundo perdido. Eles também são conhecidos como exus, mas nos ajudam a desmanchar os trabalhos que as pessoas ruins fazem para as outras (Jakson dos Anjos - pai Jaquinho).

Para dar continuidade a entrevista e conhecer outros aspectos daquela religião, bem como seus rituais, em outro dia, fui a casa de Jaquinho e perguntei sobre o significado das festas e obrigações, realizadas em seu terreiro, este respondeu:

A obrigação é um ritual que nós fazemos como compromisso de servir aos nossos orixás e exus, pra ter esse contato de união, então, a gente assume um compromisso com eles e temos que preparar as oferendas para as entidades e aí elas arriam na gente para receber (Jakson dos Anjos – pai Jaquinho, 2023).

Como forma de demonstrar o que seria aquele ritual, ao término da entrevista, Jaquinho e me enviou, via whatsapp, a seguinte foto que representa um momento de oferendas em sua casa de Axé:

Figura 35–Oferenda ao povo da rua



Fonte: Pai Jaquinho (2023).

Para compreender melhor aquele cenário de oferendas e as explicações de Jaquinho, busquei a contribuição de Roger Bastide quando afirma que “[...] cada divindade tem suas repugnâncias alimentares, bem como suas preferências. E todas essas repugnâncias explicam-se. Há uma lógica dos ebós, algum tem suas origens nos mitos, na vida dos próprios deuses, quando eles eram reis africanos (Bastide, 2001, p. 336).

Em relação às festas, Jaquinho mefalou:

Eu celebro essas festas como forma de confraternização com meus orixás. Então, os filhos de santo vêm, cada um veste a roupa do seu orixá e a gente celebra (Jaquinho, 2023).

Figura36—Festadeorixánacasado pai Jaquinho Oiteiro- 2023



Fonte:PaiJaquinho(2023)

Após minhas visitas à casa de Jaquinho, compreendi que um dos fatores causadores do preconceito e a intolerância religiosa está fortemente ligado à falta de conhecimento da religião afro - brasileira, mas vez que as pessoas de outras religiões carregam consigo e espalham entre a sociedade que esta religião pertence ao diabo, também não há muitas ações realizadas para que a sociedade possa desconstruir tais preconceitos e intolerâncias. É necessário ecoar o grito de respeito e tolerância às religiões afro – brasileira como forma de resistência.

3.8.3 O Barracão da Dona Ester

Nesta seção, trago os achados em uma visita ao “Barracão da Dona Ester” como ela própria denomina e todos conhecem na Comunidade Quilombola do Oiteiro. Dona Floristeia Oliveira, conhecida como dona Ester é uma senhora com 84 anos de idade, mãe de santo, filha de Oxum com Oxossi. No primeiro momento em que visitei dona Ester, perguntei como se deu a descoberta do seu processo de pertencimento a religião de matriz africana e a entrada para a Umbanda e Candomblé. Sua resposta foi a seguinte:

Descobri que eu tinha os orixás quando uma mulher botou uma macumba no

meu marido e eu fui com ele na casa de outra macumbeira. Então, quando cheguei lá, o orixá incorporou em mim então, foi desse momento por diante que eu comecei a minha limpeza do orixá e passei pela raspagem que é a iniciação para se fazer santo. No começo eu não queria, mas não teve jeito. Quando você nasce com um santo, não tem pra onde correr (Dona Ester, 2023).

Analisando sua fala, percebo que apesar de ter relutado no início para não adentrar na religião de matriz africana, ela adquiriu muita sabedoria, pois em seus relatos deixa transparecer o conhecimento adquirido. Isso é percebido quando fala das características dos orixás e dos trabalhos de cura já realizados na comunidade e fora dela.

Outra expressão de dona Ester me chamou atenção, foi quando ela se referiu ao seu marido dizendo que uma mulher “botou macumba”, naquela primeira expressão, a macumba aparece não somente como manifestação de culto africano, mas principalmente como algo relacionado à maldade, já na segunda, foi com ela na casa de outra “macumbeira”, ela se refere a uma pessoa que vai lhe mostrar a solução para aquela doença. Então, percebe-se que esse termo da religião africana nem sempre é pronunciado com a intenção de demonstrar seu real significado, penso que isso se deve à falta de conhecimento e às raízes da ignorância do significado.

Depois que conversamos dona Ester me convidou para visitar parte do seu Barracão, quando entramos lá naquele espaço, ela posicionou-se na frente de um lugar que chamou altar e disse: “pode tirar uma foto minha aqui”.

Figura 37 – Barracão da Dona Ester – Oiteiro 2023



Fonte: a autora (2023)

3.8.4 Rituais de benzeção no Oiteiro

O procedimento de benzeção é muito antigo no Quilombo do Oiteiro, segundo relatos dos moradores haviam mais de 15 (quinze) benzedeadas. Estas pessoas foram desaparecendo a medida que o território foi evoluindo e a medicina científica foi ocupando seu lugar, porém, ainda hoje se encontra benzedeadas neste chão.

Mesclando preceitos religiosos, saberes populares, conhecimentos empíricos das ervas medicinais e performance corporal, a benzeção tem a oralidade como seu alicerce e busca fundamentar-se no poder dos enunciados produzidos no ato da benzeção. Assim, como forma de conseguir seus propósitos curativos, “(...) o homem compreendeu que, antes de ser realidade palpável, as coisas são realidade linguística sensivelmente manifestada” (Gomes; Pereira, 2004. p. 28).

Dessas evidências, trouxe para este recorte etnográfico Dona Ester, a Mãe de Santo citada no tópico anterior, que também é benzedead e Dona Edimeia. Iniciemos por Dona Ester, conforme já apresentada, ela é a dona do Barracão e realiza o seu processo de benzeção com as mãos ou “ramos”. Em um momento de visita, foi possível fotografar esse ritual:

Figura 38—Ritual de benzeção casa de dona Ester, Oiteiro - 2023



Fonte: Autora da pesquisa (2023)

Diante desse procedimento, Lévi Strauss afirmou que:

Não há, pois, razão de duvidar da eficácia de certas práticas mágicas. Mas, vê-se, ao mesmo tempo, que a eficácia da magia implica na crença da magia, e que esta se apresenta sob três aspectos complementares: existe, inicialmente, a crença do feiticeiro na eficácia de suas técnicas; em seguida, a crença do doente que ele cura, ou da vítima que ele persegue, no poder do próprio feiticeiro; finalmente, a confiança e as exigências da opinião coletiva, que formam cada instante uma espécie de campo de gravitação no seio do qual se definem e se situam as relações entre o feiticeiro e aqueles que ele enfeitiça (Lévi-Strauss, 1975, p. 194).

Dona Ester afirma que a reza não serve para todo mundo da mesma forma. Em sua fala destaca: *“Aqueles que acreditam e tem a raiz desse povo, pode ficar bom mais depressa, tem outros que não tem fé nisso, vem porque outras pessoas mandam, então, a reza não serve bem”* (Senhora Ester, 2023).

A outra benzedeira é uma senhora com 80 anos de idade. Ela é conhecida no Quilombo como Dona Ediméia. Também incorpora orixás, dizem seu relato que começou a ser benzedeira aos 19 anos. Ela conta que no início não queria ser desse ramo. A seguir, evidência desse momento com ela e parte do seu relato:

Figura 39 – Ouvindo os relatos de benzeção de Dona Ediméia, Oiteiro - 2023



Fonte: Autora da pesquisa (2023)

Quando percebi que acontecia umas coisas ruins comigo, me sufocando, fui à casa de uma pessoa que disse: você é filha de santo. Eu comecei a me

benzer com ela mas sem querer. Apreendi umas cantigas de santo, mas não gostava. Um dia, fui para uma igreja evangélica porque o pastor disse que tirava essas coisas e que isso era coisa do diabo. Quando cheguei lá, ele começou a cantar, o povo acompanhou e eu comecei a cantar a cantiga dos meus santos. Ele veio até mim, colocou a mão na cabeça e disse: “Saí, satanás!” E eu cantava com mais força. Foi aí que ele disse: “Você não tem jeito, fora da minha igreja!”. Então, eu saí, e dali por diante, fui viver na minha religião católica, também fazendo as coisas dos meus santos e benzendo o povo. (Dona Ediméia, 2023).

Analisando o relato de Dona Ediméia, vê-se dois aspectos que merecem reflexão profunda; no o fato de não querer adentrar em sua religião de matriz africana e recorrer a outra religião onde a intolerância predomina fortemente. No segundo, vê-se o sincretismo religioso²¹ talvez para se livrar do preconceito e da intolerância da sociedade. Isso é percebido quando ela fala “Dali por diante, fui viver na minha religião católica também fazendo as coisas dos meus santos”.

Dona Ediméia enfatiza também que hoje não benze todo mundo “Se eu topar com a pessoabenzo, ese for de muitaprecisão também”. Perguntei-lhe sobre quais orações utilizava para benzer e ela respondeu: “Não basta conhecer as orações para praticar a benzeção, para se tornar uma benzedeira é preciso ter o dom e acreditar no poder dessas práticas e, principalmente, ser escolhida por Deus. A mesma não quis fotografar em momentos de sua benzeção.

3.8.5 Um relato de intolerância e resistência a religião afro-brasileira nas terras do Oiteiro

Dona Lúcia é minha vizinha, uma senhora negra com 79 anos de idade, eu a conheço desde que veio morar ali, porém, ainda não havia fala sobre essas questões de negro, cultura afro, religião. Quando iniciei a pesquisa, fui à casa dela para saber algo sobre suas origens. Naqueledia, donaLúciamecontouquenaseuno Oiteiroe viveulácomsuafamíliaatéos23 anos, depois se casou e foi morar no Rio de Janeiro, quando retornou a Penedo, morou no Bairro Santa Luziae em 1998veiomoraraquino LoteamentoVitória. Falouquesuafamíliaé de origem negra que tivera um irmão pai de santo quando moravam no Oiteiro. Então perguntei o nome dele e ela respondeu: Juvenal. Naquele momento lembrei que quando entrevistei o senhor Raimundo do Leite no Oiteiro, sobre as memórias da comunidade, ele me falou dos terreiros

²¹Na realidade, as religiões e cultos do negro e do mestiço brasileiros contemporâneos, embora se lhes reconheça a origem africana, são a resultante de uma mescla curiosa, onde várias formas míticas entraram em contato, umas se fundindo a outras, as mais adiantadas absorvendo as mais atrasadas, originando uma verdadeira simbiose ou sincretismo religioso (Ramos, 2001, p. 114).

que existiam lá nos tempos antigos e citou o nome dele. ontei a ela e perguntei se seria seu irmão, dona Lúcia suspirou profundamente e disse: “Sim, ele pendeu pra outra religião diferente da nossa família, era um negro muito inteligente, mas nasceu com umas coisas diferentes e viveu um sofrimento grande antes de se tornar gente dessas religiões”.

Queopovo não gosta, e começou seu relato:

O Juvenal era mais velho do que eu, minha mãe nos educou ensinando todos a rezar o terço, o ofício de Nossa Senhora e outras orações do nosso povo católico. Mas o Juvenal, desde pequeno, tinha umas crises em que caía e ficava no chão se batendo. Muitas vezes minha mãe o levava para a igreja, o padre o benzia com água benta, mas depois aquilo voltava. Então, havia um padre muito bom aqui em Penedo, chamado padre Aldo, que tinha uma casa chamada Lar de Nazaré, onde acolhia crianças carentes e fazia um reforço escolar. Também tinha outras atividades como dança e música. Minha mãe o matriculou lá e chamou o padre para ser seu padrinho, e o padre gostou dele. Mas aquele problema de cair persistia e, quanto mais ele crescia, mais aumentavam as crises. Meu irmão sofria muito porque meu pai o castigava para se livrar daquilo. Um dia, eu fiquei desesperada porque, quando cheguei em casa, escutei uns gritos e vi o Juvenal no sol quente, trancado lá no quintal, com a boca espumando, todo molhado de suor. Meu pai disse: “Deixe ele lá até sair essa coisa ruim.” Eu chorava muito com pena dele, e minha mãe também. Um dia, minha mãe foi falar com o padre Aldo e contou tudo a ele. Você acredita que o padre mandou procurar um benzedor? E minha mãe foi, procurou uma mulher do Oiteiro, levou ele, fez umas coisas lá e disse que ele tinha que cuidar dos encantados que tinha nascido com ele. Como o padre tinha mandado, meus pais aceitaram. Assim, o Juvenal foi crescendo, cuidando do povo, mas sempre fazendo as coisas do bem. Ele também foi estudando, depois se tornou professor e o padre colocou ele para ensinar dança lá no Lar de Nazaré. Sabia tudo sobre sua vida de cuidar do povo com aquela religião que ele seguia, mas também ia para as missas no dia de domingo. A gente enfrentou muito preconceito do povo, muitas pessoas se afastaram de nós. Eu nunca fui vê-lo lá nos terreiros fazendo aquelas coisas, mas também nunca desprezei meu irmão. Juvenal se mudou para o Rio de Janeiro há muito tempo e faleceu em 2021. (Dona Lúcia, 2023).

Em seu relato, existem pontos interessantes que precisam ser discutidos. O primeiro deles é o fato de ela dizer que “Ele era inteligente, mas nasceu com essas coisas diferentes”, entende-se então, que aquela condição de incorpora orixás, limitava sua capacidade de se tornar alguém bem sucedido na sociedade porque o povo não gosta. Porém, depois ela afirma que ele estudou e transformou-se em professor, desconstruindo o que havia falado anteriormente.

Outro ponto relevante é a forma de tratamento do pai, a não aceitação àquela condição do filho, a intolerância religiosa, o preconceito, pois, relutava para que o filho se desapegasse daquela situação de pertencimento à religião de matriz africana. No nosso cotidiano,

escutamos muitos relatos sobre esse tipo de procedimento das famílias, principalmente quando possuem raízes no catolicismo.

Há outro aspecto que precisa ser destacado, que diz respeito à aceitação da família quando o padre aconselha. Isso mostra que a obediência à religião católica esteve sempre presente e contínua.

Presente até os dias atuais, pois, caso o padre tivesse aconselhado outros caminhos mais dolorosos, os pais teriam seguido, mesmo que seu filho sofresse com a decisão estabelecida. Por fim, a atitude da irmã, que mesmo não acompanhado o irmão, fato que nos remete a uma possível rejeição, também afirma não ter desprezado.

3.9 Lavagem do Bonfim: evento da valorização da cultura afro e sincretismo dentro do quilombo

A ressignificação e a valorização da cultura afrodescendente na comunidade quilombolas é um aspecto de grande relevância para manter as crenças, tradições, valores, costumes, mitologias, rituais, formas organizativas e experiências de socialização e manter a ancestralidade negra.

Sabendo que “[...] a articulação entre as práticas e os significados dessas práticas de que trata a etnografia, permite-nos dar conta de alguns aspectos da vida de algumas pessoas sem perder de vista como essas pessoas entendem esses aspectos de seu mundo” (Restrepo, 2016). Destaca-se aqui aspectos descritivos de um evento realizado na Comunidade Quilombola do Oiteiro em Penedo/Alagoas.

A Lavagem do Bonfim é um evento que reúne pessoas do candomblé, da umbanda e do catolicismo. O primeiro evento aconteceu em 2017. A partir das informações obtidas com os organizadores e moradores da comunidade, no decorrer do tempo, a organização vem se intensificando e o evento vem acontecendo numa dimensão muito ampla, despertando o interesse da comunidade e atraindo muitas pessoas de outras localidades da cidade para participar.

A festa já faz parte do calendário oficial de eventos da cidade de Penedo e a cada ano que passa cresce cada vez mais. Apesar de morar no mesmo bairro, apenas separado da comunidade por menos de um quilômetro, nunca havia participado desse evento nas edições anteriores nem adentrado nesse processo de compreender o que as pessoas dessa comunidade quilombola fazem e a perspectiva delas sobre suas práticas, porém, fui incentivada através das abordagens de Eduardo Restrepo:

A forma como a maneira científica de capturar e resgatar a diversidade e essas práticas, através do método reflexivo da etnografia e do trabalho de campo, implica envolver-se por um período de tempo em todas as atividades das pessoas e grupos estudados, vinculando-se ao próprio lugar (ou lugares) onde as relações sociais se desenrolam. Assim, é possível capturar as lógicas e estratégias dos próprios atores sociais. O trabalho de campo, portanto, é uma experiência flexível e indispensável na formação do antropólogo, pois permite acessar uma sensibilidade cultural diferente e a construção de um conhecimento teórico e pragmático da sociedade estudada (Restrepo, 2016).

A partir do momento em que iniciei o processo de pesquisa, tornando esse território um dos meus campos de estudo, percebi a grandeza que há em todos os aspectos culturais desta comunidade, sobretudo desse evento, já que ele resgata a ancestralidade do povo negro.

Nesse campo de pesquisa, o que mais me chamou atenção foi o sincretismo religioso que se evidencia no momento do evento conforme as figuras seguintes.

Figura 40–Baianas na lavagem do Bonfim Oiteiro – 2023



Figura 41–Baianas na lavagem do Bonfim Oiteiro – 2023



Fonte:A autora da pesquisa (2023)**Fonte:**A autora da pesquisa (2023)

O evento teve início às 13 horas, todos se concentraram na praça que há no centro da comunidade, aconteceu a abertura pelos organizadores, em seguida a apresentação do Grupo de Capoeira local e iniciou-se a parte ritual religiosa. Reunindo as baianas que participam da lavagem do Bonfim o Pai de Santo Jaquinho da religião Candomblé instrui os participantes, abençoa e faz sua preparação espiritual para seguir o ritual da Lavagem do Bonfim seguindo em cortejo religioso, com cânticos sagrados, até o Mirante do Cristo. Aos pés da imagem do Senhor do Bonfim, acontece o processo de cantos e invocação de proteção.

Com flores e água perfumada, a baianada, juntamente com o pai de santo Jaquinho, adeptos do Candomblé e outras pessoas que participavam do evento descemos as ruas emladeiradas do bairro Senhor do Bonfim em direção ao forte onde está erguida a imagem do homenageado –

alguns subiram até uma parte superior, realizaram o ritual de lavagem e jogaram água nos que estavam cá embaixo desejando paz e harmonia para os moradores da localidade e visitantes.

Figura 42—Cortejo subindo ao FortedoBonfim, Oiteiro – 2023



Fonte: Pesquisa da autora (2023)

Figura 43—Cortejo subindo ao Forte do Bonfim, Oiteiro – 2023



Fonte: Pesquisa da autora (2023)

Encerrado esse momento, o cortejo seguiu para Igreja do Senhor do Bonfim. Vi muita gente da religião católica, até alguns que possuem cargos de coordenadores de pastorais e movimentos acompanhando o cortejo. Conversando com uma dessas pessoas que fazem parte de um grupo da igreja católica, ela me falou que sua família é de origem negra e naquele momento estava ali para celebrar com eles o momento cultural religioso. Entendo que isso faz parte do sincretismo religioso, mas também expressa um sentido de valorização da matriz africana da comunidade quilombola.

Ali na porta da igreja, aconteceu o ritual de lavagem da calçada com água, flores e cantos. Em seguida, a equipe de coordenação do evento fez seus agradecimentos. O Pai de Santo, Jaquinho, deu a benção e encerrou o ritual. Naquele momento, percebi que muitas pessoas daquelas que acompanhavam o cortejo ficaram longe do ritual. Eu fiquei lá, bem perto, mas, enquanto estava assistindo aquelas pessoas derramando a água e realizando aqueles movimentos de varrer e cantar, uma colega da religião católica que havia acompanhado o cortejo, tocou no meu braço e disse: *“se afaste mais um pouco, aí não é bom pra nós”*. Não lhe respondi, permaneci lá pensando na falta de conhecimento sobre aquela religião, e o preconceito ainda enraizado.

Figura44– Lavagemdocalçada daIgrejado Senhor do Bonfim , Oiteiro - 2023



Fonte:Pesquisadaaautora(2023)

Figura45–Encerramentodoritualdalavagem do Bonfim, Oiteiro - 2023



Fonte:Pesquisadaaautora(2023)

Esse momento me remeteu a lembrança das recomendações de Roger Bastide no texto “O Candomblé da Bahia” em sua parte introdutória onde ele diz: Para fazer trabalho etnográfico, não basta descrever os ritos ou citar os nomes das divindades; é preciso também compreender o significado dos mitos ou dos ritos” (Bastide, 1961, p.9).

Então, observando o ritual da lavagem, recordei-me do momento em que Roger Bastide trata do espaço e do tempo sagrado focando o ritual da água de Oxalá, assim ele descreve:

O ritual da água de Oxalá não faz outra coisa senão seguir o mito: os axés desta divindade são retirados do pegi e ficam sete dias noutra cabana, - é a viagem de Oxalufan em busca do filho Xangô. Na manhã do sétimo dia, as filhas de santo, vestidas de branco, levando na cabeça os jarros litúrgicos, sem falar nem cantar vão em seu passo macio e balanceado - como outroraas gregas as Panatenéias - buscar na fonte sagrada a água que servirá para a lavagem das pedras. Um véu branco, o ala, cobre-lhes os corpos hieráticos,e o próprio céu, como se quisesse participar da festa, é todo uma brancura difusa, luminosa. li: o que se chama lavagem de Oxalu-fan. No entanto, não são apenas os axés de Oxalá que serão assim purificados; a água lustral regará todas as pedras, todos os objetos rituais e é por isso que dissemos que esta cerimônia marca bem o início do ano africano (Bastide, 2016, p. 112).

Nas expressões do texto supracitado existe algo que se assemelha e remete ao entendimento de parte da simbologia visualizada no evento “Lavagem do Bonfim”. Tanto no textodeBastide (2026),quanto no ritualda Comunidade Quilombola, a água tem valor intrínseco de espiritualidade.

Para finalizar a descrição desse evento, também contei com a colaboração de Marshall Sahlins quando afirma que: “[...] um evento não é apenas um acontecimento característico do fenômeno, mesmo que, enquanto fenômeno, ele tenha forças e razões próprias, independentes

de qualquer sistema simbólico”. Em Sallins (1990), encontramos ainda o seguinte esclarecimento: “[...] um evento transforma-se naquilo que lhe é dado como interpretação. Somente quando apropriado por, e através do esquema cultural, é que adquire uma significância histórica” (p.14).

Analisando os conceitos de Sallins (1990) e o evento da Lavagem do Bonfim, conclui-se que aquele acontecimento adquiriu uma significância histórica dentro da Comunidade Remanescente Quilombola, já que foi organizado por meio de um esquema cultural que representa a ancestralidade daquele povo, além de promover a valorização e ressignificar da cultura afro - brasileira.

Após ter percorrido dois anos de estudos sobre a Antropologia e realizado essa pesquisa etnográfica, é possível traçar alguns comentários para finalizar esse capítulo. As experiências, as dinâmicas e memórias da comunidade remanescente quilombola do Oiteiro analisadas, me trouxeram uma carga de conhecimentos da realidade cultural e social da qual me dispus a pesquisar capaz de me fazer compreender as formas de representatividade, origem, história, maneiras pelas quais resistem às suas ancestralidades africana.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A comunidade quilombola é um espaço que abrange diversos significados e abordagens, estes encaixam ou se aproximam da realidade que se pretende entender e/ou explicar. Neste texto, esbocei resposta às indagações da natureza dessa pesquisa percorrendo sobre o aparte que me destinei: Quais aspectos importantes na historicidade da negritude do Penedo precisam ser conhecidos? Quais os vestígios do processo de escravização nesse território? Por que a história do negro não é bem contada nesse berço da cultura alagoana? Quilombo do Oiteiro: que território é esse? Como se formou? Quais as dinâmicas e memórias evidenciadas no território do Oiteiro com o intuito de resistir à ancestralidade africana? Como contribuir para a valorização do povo negro ao qual pertenço, combater as formas de preconceito, racismo e intolerância religiosa?

No primeiro capítulo dessa dissertação, apresentei um recorte da historicidade do povo negro no Penedo, percorrendo sobre o início da sua formação e aspectos que caracterizam seu processo histórico desde a fundação do povoado, categoria de vila e reconhecimento de cidade. As abordagens desse capítulo foram realizadas através das memórias fundamentadas em descrições e observações por alguns autores de livros e trabalhos construídos antes dessa pesquisa, também relatos de pessoas que pesquisaram aspectos da história, e ainda, outras pessoas que guardam memórias vivenciadas pelos seus familiares de gerações antigas.

O segundo capítulo, dediquei a investigação da trajetória dos negros presentes na história daquele território com o intuito de divulgar o conhecimento dessa categoria que marca fortemente a construção do solo penedense. No capítulo também abordei memórias dos povos negros, destacando as suas vivências, sua cultura, tradições heranças, valores, religião destacando também as marcas evidenciadas pelo sofrimento e a luta do povo negro para resistir a um sistema de opressão e apagamento de memórias. Compreender esse aspecto só foi possível através da descoberta sobre a maneira pela qual o povo de Penedo estabeleceu suas relações para com a população negra nos diferentes aspectos enfatizando a escravização como, a marca mais forte.

As informações coletadas na Fundação Casa do Penedo (museu e biblioteca) me foram úteis para adquirir conhecimentos acerca da história do negro em Penedo. Vale destacar que por esta dissertação se tratar de uma etnografia, tratar desse capítulo foi bem resumido, servindo apenas para que os leitores possam se situar em relação ao território onde está inserido o objeto da pesquisa etnográfica.

O terceiro capítulo, foi o mais significativo, o cerne desta dissertação. Nele costurei

aspectos que permitiram responder as indagações desta pesquisa e alcançar os objetivos propostos a partir do estudo etnográfico. Também foi mais desafiador, por se tratar de um estudo criterioso em que precisei utilizar estratégias para coletar informações adentrando na vida daqueles nativos que fazem parte das minhas origens. Os recortes apresentados rememoram a formação daquele quilombo, seu processo de certificação, suas dinâmicas e memórias para resistir à ancestralidade africana, mas também os conflitos existentes na dinâmica organizacional. Tudo que descrevi foi fruto da observação e participação das dinâmicas existentes naquela comunidade 2022 e 2023. Os achados na comunidade quilombola do Oiteiro, sobretudo os relatos e as minhas experiências religiosas, permitiram o fortalecimento do meu sentimento de pertencer às origens negras daquela comunidade e aguçou, ainda mais meu desejo de lutar pelo avivamento cultural da categoria afro – brasileira por meio da minha atuação profissional.

Preciso deixar registrado aqui que os caminhos para a construção dessa dissertação não foram fáceis, principalmente porque eu estava inserida enquanto pesquisadora e profissional em outras áreas. Nesse sentido, a decisão de bater à porta dos escritores antropólogos para saber sobre sua metodologia em relação à etnografia foi um processo desafiador, porém importante. O outro desafio, o que considerei mais profundo, foi adentrar no contexto das experiências por meio da observação in loco da religião afro-brasileira para entender seus mistérios e rituais, já que minha base de catolicismo havia permitido a criação de raízes que me limitava a esse aspecto. Também alguns dos registros escritos, encontrados trouxeram complexidade de entendimento, contudo, puderam servir de referências para embasar a pesquisa permitindo dialogar com os achados etnográficos e construir pontos de vista.

Sobre o meu sentimento de pertencimento antes e depois da pesquisa, quero enfatizar que, apesar das minhas raízes, minha vivência histórica com minha vó Anunciação e os trabalhos já realizados no campo da educação sobre história e cultura afro, mesmo estando perto, ainda me sentia distante da comunidade quilombola. A partir desse estudo, aconteceu o estreitamento de laços. O olhar mais de perto me fez enxergar com profundidade que algumas memórias da minha infância, vivenciadas com minha avó, estão presentes no quilombo. Isso me permitiu realizar discussões sobre ancestralidade africana, preconceito e racismo com mais maturidade.

Sintetizando esse estudo, ressalto que a preservação da cultura quilombola tem forte ligação com o sentimento de pertencimento da comunidade, é preciso ensinar aos mais novos o saber dos mais antigos, contar sua história, incentivar as dinâmicas criar e incentivar dinâmicas que servirão para manter os costumes e tradições vivos. O conhecimento do

território onde seus antepassados começaram a escrever sua história é essencial para esse Avivamento. Dessa forma, a relevância desse estudo se expressa na conquista de conhecimentos adquiridos através da história dos negros em Penedo, mais especificamente, nas descobertas e vivências realizadas dentro do território tradicional do Oiteiro. Lá foi possível compreender as dinâmicas e memórias da comunidade para refletir sobre o sentimento de pertencimento àquele lugar e aguçar a vontade de realizar outros estudos naquela Comunidade Remanescente Quilombola, construir estratégias que possam colaborar na valorização e avivamento da ancestralidade africana.

REFERÊNCIAS

ALVES, Fabianne Nayra Santos. **Os pardos da Vila do Penedo do rio São Francisco : escravidão, hierarquias e distinção social em Alagoas (1758-1819)** / Fabianne Nayra Santos Alves. – Dissertação Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Alagoas, 2019.

ALAGOAS. Secretaria de Estado do Planejamento, Gestão e Patrimônio. **Estudo sobre as comunidades Quilombolas de Alagoas / Alagoas**. Secretaria de Estado do Planejamento, Gestão e Patrimônio. – Maceió: SEPLAG, 2015.

ALAGOAS, MAPEAMENTO CULTURAL. **Cidades históricas: Marechal Deodoro, Penedo e Piranha** – Caminhos turísticos de Alagoas. Alagoas, 2009.

ARRUTI, José Maurício. **Panorama Quilombola** [recurso eletrônico] / José Maurício Arruti (editor); Amanda Jorge...[et al.] – (Campinas, SP : UNICAMP / BCCL, 2022. 1 recurso online (243 p.) (Jurema).

ARRUTI, José Maurício. **Quilombos**. In: Raça: Perspectivas Antropológicas. [org. Osmundo Pinho]. ABA / Ed. Unicamp / EDUFBA, 2008.

BASTIDE, Roger. **O Candomblé (Rito Nagô)**, 1961, Tradução Maria Isaura Pereirade Queiróz São Paulo, 2016.

BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade: lembrança de velhos**. 13. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

BOSI, Ecléa **Memória e Sociedade: Lembrança de Velho**. BIBLIOTECA DE LETRASE CIÊNCIAS HUMANAS, Série 1º - ESTUDOS BRASILEIROS Volume 1. Universidade de São Paulo, 1979.

BARROS, Francisco Reinaldo Amorim de. **ABC DAS ALAGOAS: Dicionário Biobibliográfico, Histórico e Geográfico de Alagoas**. Edições do Senado Federal – Vol. 62-B- Brasília, 2005.

BERREMAN, Gerald. Etnografia e controle de impressões em uma aldeia do Himalaia. In: GUIMARÃES, Alba Zaluar (org.). **Desvendando Máscaras Sociais**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1990 [1975].

BOURDIEU, Pierre. (2005), "**O campo econômico**". **Política & Sociedade**, 6: 15-58 (tradução de "Le champ économique". Actes de la Recherche en Sciences Sociales, 119: 48-66, 1997).

BRASIL, **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola**. Ministério da Educação/Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (MEC/SECADI), Secretaria de Educação Básica (MEC/SEB)/Conselho Nacional de Educação/Câmara de Educação Básica (CNE/CEB) UF: DF PARECER CNE/CEB Nº: 16/2012.

BRASIL, **LDB - Lei nº 9394/96, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília: MEC, 1996.

BRASIL, **Lei nº 10.639/2003 de 9 de janeiro de 2003**. Altera a **lei nº 9.394**, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro- brasileira”, e dá outras providências.

BRASIL, **Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003**. Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Brasília, 2003.

BRASIL, **Memória da viagens de S. M. Majestades Imperiais às Províncias Bahia, Pernambuco, Parahiba, Aagoas, Sergipe e Espírito – Santo**. Tomo I. Rio de Janeiro/Brasil, 1861.

BRASIL, **DECRETO Nº 5.051, DE 19 DE ABRIL DE 2004**. Promulga a Convenção no 169 da Organização Internacional do Trabalho - OIT sobre Povos Indígenas e Tribais. Brasília, 2004.

BRASIL, **Certificação quilombola**. Fundação Cultural Palmares. Disponível em: http://www.palmares.gov.br/?page_id=37551. Acesso em: 01 jan. 2023.

CANDAU, Vera M. **Multiculturalismo e educação: desafios para a prática pedagógica**. In: MOREIRA, A. F. e CANDAU, V.M.F. (orgs.). Multiculturalismo: diferenças culturais e práticas pedagógicas. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

CHAUÍ, Marilena. Cultura e democracia. **Crítica y Emancipación: Revista latinoamericana de Ciencias Sociales**, n. 1, p. 53-76, junio 2008.

DIEGUES JUNIOR, Manoel. **Etnia e Cultura no Brasil**. Bibliotecado Exército, 1980.

DUARTE, Abelardo. **D. Pedro II e Dona Teresa cristina nas Alagoas: a viagem realizada ao Penedo e outras cidades Sanfranciscanas, à Cachoeira de Paulo Afonso, Maceió, Zona Lacustre e região norte da Província (1859/1860) – Maceio: Imprensa Oficial Graciliano Ramos; Cepal, 2010.**

DUARTE, Abelardo, **Negros muçulmanos nas Alagoas: os Malês**. Maceió: Caeté, 1958.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. Dicionário da Língua Portuguesa. São Paulo: Positivo, 2010.

MORAES FILHO, Mello Moraes. **Festas e Tradições Populares do Brasil Coleção Conquista Reconquista do Brasil**. vº. 5. Editora Itatiaia LTDA-Belo Horizonte, 1999.

FREIBETTO. **O que é Comunidade Eclesial de Base**, Belo Horizonte: 1996. Disponível em: https://www.dhnet.org.br/direitos/militantes/freibetto/livro_betto_o_que_e_cebs.pdf. Acesso em: 17 jun. 2023.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

GOMES, Nilma Lino. **Alguns termos e conceitos presentes no debate das relações raciais no Brasil: uma breve discussão.** In.: Educação anti-racista: caminhos abertos pela lei federal 10.639/03. MEC: SECAD, 2005.

HAMPATÉ BÂ, Amadou. A tradição viva. In: **História geral da África I.** ZERBO, J.K (org.).Brasília:MEC/Unesco, 1982.

HALBWACHS, M. **A Memória Coletiva.** 2. ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais: 2006.

LÉVI-STRAUSS, C. **Antropologia Estrutural.** Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1975.

LÉVI-STRAUSS, C. **Tristes Trópicos.** Editora HEMBI Limitada, São Paulo, 1957.

LINDOSO,Dirceu.**OPoderQuilombola:**Acomunidade moçambiqueiraea organização social quilombola, Maceió: EdUFAL, 2007.

MACEDO, Emanuelle Socorro Goes. **Pequeno Manual de educação patrimonial:** um olhar sobre as igrejas de Penedo. Penedo, 2019. Disponível em: https://ri.ufs.br/bitstream/riufs/15894/2/EMANUELLE_SOCORRO_GOES_MACEDO-Manual.pdf. Acesso em: 27 mar. 2023

MALINOWSKI, **Os Argonautas do Pacífico Ocidental.** São Paulo: Abril Cultural, 1976.(Coleção os pensadores).

MERO, Ernani. **As três cidades -mães das Alagoas:** Tomo um: Penedo. A cidade da Madona das Corrente – Maceió. Grafmarques, 2018.

MOREIRA, Antônio Flávio, CANDAU, Vera Maria (orgs.). **Multiculturalismo:** diferenças culturais e práticas pedagógicas 2. ed. - Petrópolis, RJ : Vozes, 2008.

MOTTA, Roberto. Xangô, Jurema e Umbanda:anotações sobre três formas de religião popular na região do Recife - **Revista del CESLA**, vol. 26, 2020. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=243364810018>
DOI: <https://doi.org/10.36551/10.36551/2081-1160.2020.26.3-24>. Acesso em: 22 de 18 jul. 2023

MUNANGA, Kabengele. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil:** identidade nacional versus identidade negra. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

NEGRI, Silvio Moisés. **Segregação sócio-espacial:** alguns conceitos e análises. COLETÂNEAS DO NOSSO TEMPO, Rondonópolis - MT, v. VII, nº 8,2008.

NUER/ **Núcleo de Estudos sobre Identidade e Relações Interétnicas-** Boletim Informativo v.2,n.2-Fiorianópolis, NUER/ UFSC, 2005.

OLIVEIRA, Silveira. **Encontrei minhas origens. Literafro** – O portal da literatura Afro-Brasileira, 2021. Disponível em: <http://www.letras.ufmg.br/literafro/arquivos/autores/OliveiraSilveira->. Acesso em: 20 dez.

2023.

ORTIZ, Renato. **A morte brancado feiticeiro negro: umbanda e sociedade brasileira**. São Paulo: Brasiliense, 1999.

PARÉS, Luiz Nicolau. **A formação do Candomblé: História e ritual na nação jeje na Bahia**. – Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2006.

PEIRANO, Mariza. **Prefácio de Os Argonautas do Pacífico Ocidental, de Branslaw Malinowski**. Porto Alegre, Ubu: 2018.

POLLAK, Michael. **Memória, esquecimento, silêncio. Estudos históricos**, v.2. Rio de Janeiro, 1989. Disponível em: https://www.uel.br/cch/cdph/arqtxt/Memoria_esquecimento_silencio.pdf. Acesso em: 15 jun. 2023.

RAMOS, Arthur. **As culturas negras no Novo Mundo: O negro brasileiro – III**, 2. Edição ampliada. Companhia Editora Nacional, São Paulo – Rio de Janeiro – Bahia – Recife – Pará – Porto Alegre, 1946.

RAMOS, Arthur. **O negro brasileiro**. 5 ed. Rio de Janeiro: Graphia, 2001.

REIS, João José. **Amorte é uma festa: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX**. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

RESTREPO, Eduardo. **Etnografia: alcances, técnicas y éticas**/ Eduardo Restrepo; Bogotá: Envión editores, 2016.

RODRIGUES, Eduardo Dantas Ferreira; FERREIRA, Samara Ramos; SANTOS, Amanda Cristina dos e LIMA, Fabiana de Oliveira. **Produção de artesanato tradicional em Penedo: motivações e valores simbólicos atribuídos**. enecult18, 2022.

SALLES, Vicente. **Vocabulário Crioulo: Contribuição do negro ao falar regional amazônico**. Belém: IAP, Programa Raízes, 2003.

SANTANA, Moacir Medeiros de. **Contribuição à história do açúcar em Alagoas**. Museu do açúcar, Recife, 1970.

SANTOS, Fábio Zacarias. **Diagnóstico do potencial cultural para o turismo na comunidade ribeirinha Barro Vermelho em Penedo-AL**. Trabalho de Conclusão de Curso. Curso de graduação em Turismo. Universidade Federal de Alagoas, 2019. Disponível em <https://ud10.arapiraca.ufal.br/repositorio/publicacoes/3174>. Acesso em 20 abr. 2024.

SCHMITT, Alessandra, TURATTI, Maria Cecília Manzoli e CARVALHO, Maria Celina Pereira de. A atualização do conceito de quilombo: identidade e território nas definições teóricas ANPPAS - **Revista Ambiente e Sociedade Anppas / Revista Ambiente e Sociedade** - São Paulo – SP, 2002.

SILVA, Maria Angélica da e MUNIZ, Bianca Machado. **A cidade que abraça uma rocha:**

Histórias de Penedo do rio São Francisco, Alagoas. Publicado pelo CPMTC - Centro de Pesquisa Professor Manoel Teixeira da Costa, Instituto de Geociências, Universidade Federal de Minas Gerais, 2016.

SIMÃO, Maristela dos Santos. **As Irmandades de Nossa Senhora do Rosário e os Africanos no Brasil no século XVIII**. 2010. Dissertação (Mestrado em História da África) - Universidade de Lisboa. Lisboa, 2010.

SIMAS, Luiz Antônio. **Aciência encantada das macumbas**. Editora Mórula, 1967.

SIPEAL. **Penedo**. Disponível em: <https://sipealpenedo.wordpress.com/monumentos/casa-de-aposentadoria-nova/> Acesso em: 26 jan. 2022.

SOUZA, J. **Comunidade quilombola no sul brasileiro**: identidade, memória e sustentabilidade no Vale do Ribeira. RESGATE - vol. XX, Nº 24 - jul./dez. 2012 - de Souza, Jurandir - p. 16-24.

TEIXEIRA, Luana. Vapores e escravos no Penedo-Alagoas, na década de 1850. **Revista de História**. João Pessoa, jan./jun. 2016.

TEIXEIRA, Luan. **Negócios da escravidão em Alagoas**: o comércio de escravos em Maceió e Penedo (1842-1881) – Maceió: Fapeal: Imprensa Oficial Graciliano Ramos, 2017.

TENÓRIO, Douglas Apratto. **A presença negra em Alagoas**. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2015.

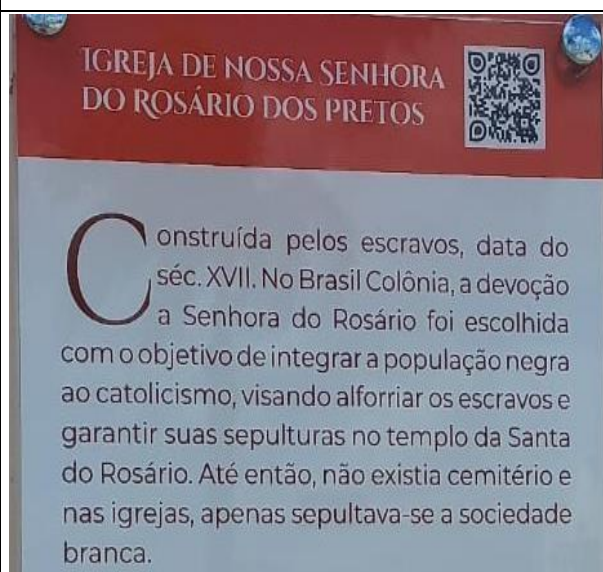
APÊNDICES

Imagens de Santa Ifigênia e Santo Antônio do Catigêrona igreja do Rosário dos pretos



Fonte: a autora da pesquisa (2022)

Placa existente na parede da frente da igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos atestando sua construção pelos escravos



Fonte: a autora da pesquisa (2022)

Roda dos enfeitados para colocar as crianças filhas de escravas com Senhores de engenho encontrada no museu Fundação Casa do Penedo



Ferramentas utilizadas em tempos de escravização para torturar escravos. Foram encontradas em porões de casas de Penedo e dispostas no museu Fundação Casa do Penedo



Fonte: A autora da pesquisa (2023)
Entrevista com senhor Raimundo do Leite
Morador do Oiteiro



Entrevista com dona Lúcia –
Morador do Loteamento Vitória



Fonte: A autora da pesquisa (2023)

Participação no Seminário dia da Consciência Negra na comunidade do Oiteiro-novembro de 2022



Fonte: Arquivos da Associação Cultural Quilombola (2022)

Participação no evento Lavagem do Bonfim na comunidade do Oiteiro-2023
Fotoa esquerda, Jô do Oiteiro e Isaías integrantes da organização do evento



Fonte: A autora da pesquisa (2023)

Diada reunião com a Coordenadora da Escola Irmã Jolente e alunos da Faculdade Raimundo Marinho para organizar o projeto de extensão



Fonte: A autora da pesquisa (2023)

Desenvolvimento do projeto de extensão na Escola Irmã Jolenta pelos alunos da Faculdade Raimundo



Fonte: A autora da pesquisa (2023)

Reunião com Lucimar vice-presidente da Associação Cultural Quilombola e alunos da Faculdade Fonte: A autora da pesquisa (2023)



Fonte: A autora da pesquisa (2023)

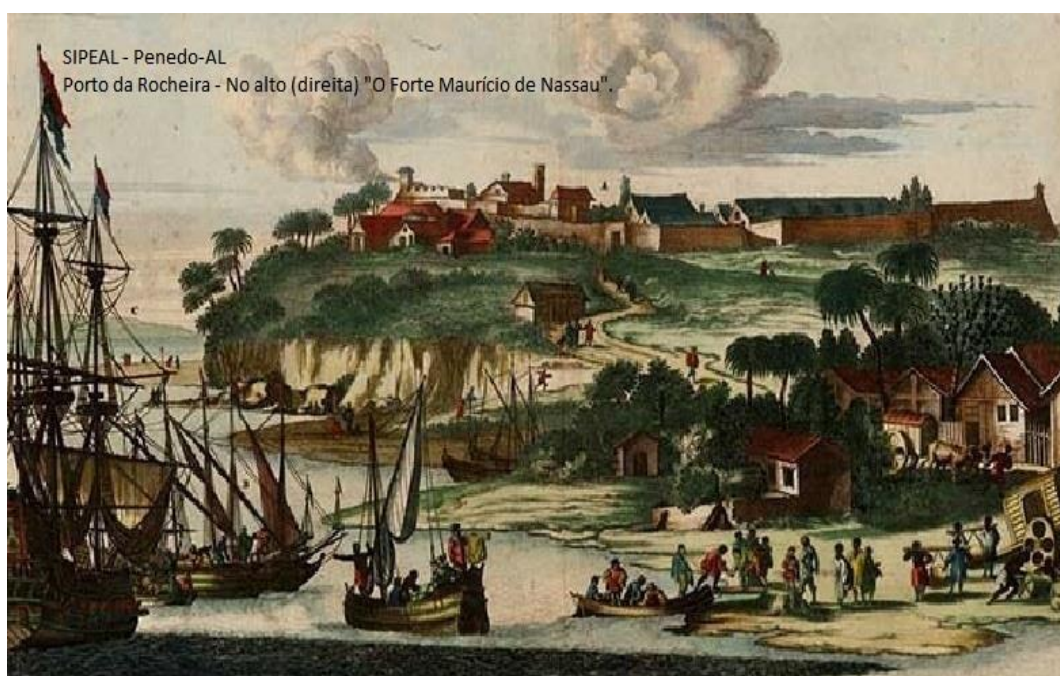
ANEXOS

Rocheira-LugarondePenedofoi erguido



Fonte: PMP/Penedo(2019)

Imagem da Vila São Francisco, Penedo/Al século XVIII – a direita o Forte Maurício de Nassau



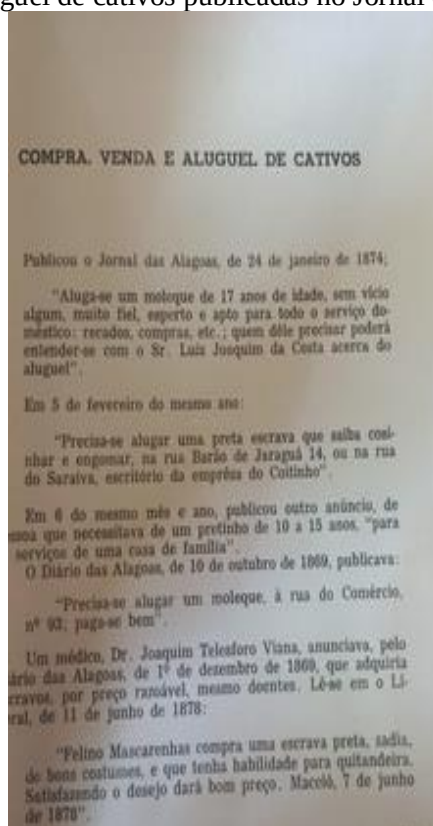
Fonte: Muniz (2010)

Meio de transporte coletivo (ASopa) conduzido por negros – Ano 1950 – R. João Pessoa – Penedo-AL (Brasil)



Fonte: SIPEAL/Penedo(2015)

Compra, venda e aluguel de cativos publicadas no Jornal das Alagoas - 1874



Fonte: Arquivos da Fundação Casa do Penedo (2023)

Pauta do seminário em que foi apresentado o Projeto Praça dos Orixás Fundação Casa do Penedo – 2010



FUNDAÇÃO CASA DO PENEDO
UTILIDADE PÚBLICA FEDERAL 24558/95-34

Seminário

A Fundação Casa do Penedo, dando continuidade aos seus trabalhos de educação, resgate e preservação das tradições culturais do Brasil, intenciona a realização de Seminário sobre o Dia Nacional da Consciência Negra. Razão também da proposta do evento, é a apresentação pública do projeto PRAÇA DOS ORIXÁS, idealizado pela Casa do Penedo. A ideia do projeto visa à implantação de um espaço público no centro histórico que permitirá a colocação de várias estátuas de entidades mitológicas representando os orixás.

Palestras

Cinco palestras serão proferidas por estudiosos da temática afro entre os dias 18 e 19 de novembro, tendo como local, o auditório da Fundação Casa do Penedo e o auditório da Faculdade Raimundo Marinho.

1. **IDENTIDADE E RESISTENCIA** – *OS CULTOS RELIGIOSOS DE ORIGEM AFRICANA NO PENEDO*
2. **PERFORMANCE NEGRA** – *O NEGRO NO TEATRO E NA MÚSICA*
3. **IDENTIDADE E RESISTÊNCIA** – *QUILOMBOS*
4. **NEGRITUDE E IDENTIDADE ALAGOANA**
5. **LEGISLAÇÃO** – *A CONSCIÊNCIA NEGRA E A LEI 10.639/03*

Palestrantes

1. Professora **CLARA SUASSUNA** – Pesquisadora do Núcleo de Estudos Afro Brasileiro / Universidade Federal de Alagoas
2. Professora **NADIR NOGUEIRA** – Centro Educacional Afro Brasileiro / Universidade Federal de Alagoas.
3. Professor **CLÉBIO ARAÚJO** – Diretor Acadêmico da Faculdade Raimundo Marinho – Penedo / Universidade Estadual de Alagoas – Especialista nas Manifestações Afro-descendentes nas Alagoas.

Rua: João Pessoa, 126 Centro Histórico – Penedo – Al CEP 57.200.000
Tel. (82) 3551-2008 E-mail: fundcasadopenedo@yahoo.com.br Site: www.casadopenedo.com.br

Fonte: Fundação Casa do Penedo (2023)

**FUNDAÇÃO CASA DO PENEDO**

UTILIDADE PÚBLICA FEDERAL 24858/95-34

16:30h – Apresentação do Projeto Praça dos Orixás – Apresentação da MAQUETE DA PRAÇA DOS ORIXÁS AO PÚBLICO E AUTORIDADES PRESENTES.

Contendo 16 Imagens em argila produzidas pelos alunos do Ponto de Cultura Resgate de Saberes Populares, a maquete será exposta a todos os presentes, para especial atenção dos representantes dos poderes Legislativo e Executivo Municipal que serão responsáveis pela construção do espaço público para acomodar o projeto. (Forte Mauricio de Nassau).

– Intervalo das atividades –

- **Degustação da culinária afro (exposição de pratos e livros de receitas) (Café do Forte)**
- **Apresentação Artística – Roda de Capoeira Pura Ginga – Penedo/Al. (Anfiteatro)**
- **Apresentação Artística – Coco de Rodas – Tabuleiro dos Negros / Al. (Anfiteatro)**

17:00h – Apresentação dos Terreiros Candomblé (Pai Fernando) e Umbanda (Mãe Maria do Amadeu) - Lavagem do pátio da Casa do Penedo. (Anfiteatro)

18:00h – Encerramento.

Fonte:FundaçãoCasadoPenedo(2023)

Noticias das alforrias a dois menores – Manoel e Honorato filhos da escrava do Sr Joaquim da Natividade Reis Caio, Tabelião público da cidade de Penedo/Al em 1875

ESCRAVOS

ALFORRIAS: O Jornal do Penedo, sexta 30/ago/1875

No dia 15 do corrente o nosso amigo Sr. Joaquim da Natividade Reis Caio, Tabelião publico desta cidade em comemoração da aniversário de aniversário da Anselmina Virginia Maria, foyou corte de liberdade aos menores Manoel e Honorato filhos de sua escrava Maria.

felicitamos ao nosso amigo por este ato de beneficencia e caridade que vem inscrever-se entre os benemeritos da Humanidade.

ATENÇÃO - Jornal do Penedo sexta-feira 03/set/1875

José Maria Figueiredo Pereira, recebe ultimamente um carregamento de chitos, amendoim, algodões, lenço, estopa, sacos, palva, sabão de coque e outros muitos foyos, que vende por preços muito baratos, e dinheiro, e tavos de escravos, sola, algodão e assucar, também precisa com sua escrava para sustento de sua familia, e o paga por bom preço.

Penedo, 13 de Agosto de 1875

José Maria Figueiredo Pereira.

(obs - veja este Sr. José Pereira ver a Carta a Amante publico de no o Luchador)

Pena de morte - Jornal do Penedo 18/5/1876 - noticiario

Pena Capital - foi no dia 22 do mes passado, as 6 hs da tarde executado no cativeiro de S. Pedro o crime de homicidio qual o del. ao qto a 2 co pararam assassinando a sua mulher e deixando a mesma filha. Muito povo assistiu a execucao.

Fonte: Casa do Penedo (2023)